



Universidade de Brasília

Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais

Dissertação de Mestrado

**CUMBARU NO MODO DE VIDA E TERRITÓRIO MORROQUIANO: UMA
NARRATIVA A PARTIR DA MEMÓRIA**

JOANNA FERNANDA RAMOS

Brasília - DF

2025

JOANNA FERNANDA RAMOS

Cumbaru no modo de vida e território morroquiano: uma narrativa a partir da memória

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (PPG-PCTs), da Universidade de Brasília (UnB), como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Mônica Celeida Rabelo Nogueira

Linha de pesquisa: Territorialidades e Sistemas Agroalimentares em Contextos Tradicionais

Brasília – DF

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

RAMOS, Joanna F.

Cumbaru no modo de vida e território morroquiano: uma narrativa a partir da memória

Joanna Fernanda Ramos

Brasília, 2025.

Número de páginas: 142

Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

I - Palavras chaves: Cumbaru; Memória; Territórios tradicionais; Morroquianos.

II - Universidade de Brasília. PPG-PCTs.

III - **Cumbaru no modo de vida e território morroquiano: uma narrativa a partir da memória**

Agradecimentos

Ancestrais e Antepassados por suas escolhas que me trouxeram até aqui. Ao meu núcleo duro, minha família: Lúcia, Oberto e Juliana que me ensinaram a registrar e amar memórias. À Poliana minha irmã que me apoiou em intermináveis leituras e revisões. Ao meu amigo querido Osete que me apoiou no memorial e inspirações de escritas para vida. Ao Porãn por conceder sua casa para entrevista de seleção. À minha querida amiga Graciele que gentilmente me incluía em seus campos e me ajudou a encontrar o tema da minha dissertação. Ao Programa REM e GIZ que me proporcionaram a possibilidade de conhecer essas pessoas e lugares. Ao Seu Simão e à Dona Rosa pela gentileza e guia em todas as encruzilhadas e estradas da Morraria. A todas as pessoas e seus familiares que confiaram me receber e dividir suas memórias comigo: Dona Maria Valeria e familiares, Dona Miguelina e familiares, Dona Helena e Seu Nilo, Seu Arnaldo e familiares, Seu Crispim e Dona Normeli, Seu Catiti e Familiares, Seu Rafael, Dona Adriana, a Associação Raízes do Cerrado e suas integrantes, Dona Greicy, Dona Rosa, Dona Estela. A todos presidentes/as de associação das comunidades visitadas. A todos os meus amigos que foram comigo a campo, seguraram minha mão e compartilharam essa experiência: Fernanda, Ismael, Caroline, Sandro e tantos outros que ouviram minhas ideias mesmo de longe. Aos meus amigos mato-grossenses que estenderam a mão. À minha amiga Deroní que gentilmente me apoiou a encontrar sua pesquisa que foi uma das mais completas sobre a região. À minha orientadora pelo apoio e orientações. Aos meus queridos amigos/as do MESPT que me inspiraram e viveram ao meu lado essa aventura de mestrado. À minha amiga Geovana pela construção do mapa, à Nathany pelas transcrições. Pensando em todas as pessoas que me deram a mão nesse processo, sem dúvida esta não foi uma caminhada solitária, mas sim cheia de altos e baixos, muita vida, choros, alegrias, trocas e muita confiança.

*E quando percebo que sozinho não faço a diferença,
me abro para outras perspectivas.*

*É dessa afetação pelos outros que pode sair
uma outra compreensão sobre a vida na terra.*

Ailton Krenak

Trabalho realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (PPG-PCTs) da Universidade de Brasília, sob orientação da Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira.

Cumbaru no modo de vida e território morroquiano: uma narrativa a partir da memória

JOANNA FERNANDA RAMOS

DISSERTAÇÃO APROVADA DA EM: 19/11/2025

Profa. Dra. Luzineide Dourado Carvalho – Universidade do Estado da Bahia – UNEB
(Membro externo)

Profa. Dra. Regina Coelly Fernandes Saraiva – Universidade de Brasília – UnB
(Membro interno)

Profa. Dra. Janaína Deane de Abreu Sá Diniz – Universidade de Brasília – UnB
(Membro interno / Suplente)

Profa. Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira – Universidade de Brasília – UnB
(Orientadora / Presidente)

**BRASÍLIA – DF
2025**

Recordar é preciso

O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos

A memória bravia lança o leme:

recordar é preciso.

*O movimento vaivém nas águas-lembranças
dos meus marejados olhos transborda-me a vida,*

salgando-me o rosto e o gosto.

Sou eternamente náufraga,

Mas os fundos oceanos não me amedrontam

e nem me imobilizam.

Uma paixão profunda é a boia que me emerge.

Sei que o mistério subsiste além das águas.

Conceição Evaristo



Resumo

Esta dissertação aborda a relação entre o Cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.), a identidade e a territorialidade das comunidades Morroquianas na região da Morraria, Mato Grosso. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, cuja coleta de dados envolveu (a) o levantamento de dados secundários sobre a região, o Cumbaru e as comunidades Morroquianas, (b) visitas às comunidades, realização de entrevistas semiestruturadas com lideranças e moradores, (c) observação participante e caminhadas transversais no território, (d) sistematização e análise das entrevistas, (e) identificação de temas recorrentes e construção de diagramas para representar as relações entre o Cumbaru e as comunidades. A pesquisa revelou que o Cumbaru desempenha um papel importante na vida das comunidades Morroquianas, sendo um elemento fundamental da paisagem, da memória coletiva e da identidade territorial. O Cumbaru está presente nas brincadeiras infantis, nas práticas de manejo e coleta, nos conhecimentos tradicionais e nas narrativas sobre a origem e a história da Morraria. Atualmente, o Cumbaru se apresenta como uma importante fonte de renda alternativa para as comunidades, influenciando a dinâmica de sociabilidade e a gestão do território. A pesquisa contribui para ampliar a visibilidade das comunidades Morroquianas e fortalecer suas capacidades de gestão territorial, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais justas e eficazes na promoção da sustentabilidade.

Palavras-chave: Cumbaru, Memória, Territórios tradicionais, Morroquianos.

Abstract

This dissertation addresses the relationship between Cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.), identity, and territoriality of the Morroquianas communities in the Morraria region, Mato Grosso. The research adopted a qualitative and descriptive approach, where data collection involved (a) secondary data collection on the region, Cumbaru, and Morroquianas communities, (b) visits to communities, conducting semi-structured interviews with leaders and residents, (c) participant observation and cross-sectional walks in the territory, (d) systematization and analysis of the interviews, (e) identification of recurrent themes, and construction of diagrams to represent the relationships between the Cumbaru and the communities. The research revealed that the Cumbaru plays an important role in the life of Morroquianas communities, being a fundamental element of the landscape, collective memory, and territorial identity. The Cumbaru is present in children's games, management and harvesting practices, traditional knowledge, and narratives about the origin and history of Morraria. Currently, the Cumbaru is presented as an important source of alternative income for communities, influencing the dynamics of sociability and territory management. The research contributes to broaden the visibility of the Morroquianas communities and to strengthen their territorial management capacities, offering subsidies for the formulation of fairer and more effective public policies to promote sustainability.

Palavras-chave: Cumbaru, Memory, Traditional territories, Morroquianos.

Lista de Quadros

Quadro 1: Número de comunidades/famílias Morroquianas em Mato Grosso, por município.	25
Quadro 2: Nomes de Comunidades autodeclaradas Morroquianas por lideranças PCTs participantes do diagnóstico.	25
Quadro 3: Perguntas-chave para entrevistas nas comunidades.	46
Quadro 4: Cronograma de visitas realizadas para entrevistas nas comunidades da Morraria no ano de 2024.	53
Quadro 5: Perguntas adaptadas (em verde as novas perguntas) e divididas por temas.	54
Quadro 6: Cronograma de visitas realizadas nas comunidades da Morraria para autorizações, entrevistas e apresentação resultados prévios no ano de 2025.	57
Quadro 7: Sistematização de informações sobre comunidade, seu tempo de existência, há quantas gerações das famílias dos entrevistados/as estão na Morraria e interação com outras comunidades.	77
Quadro 8: Síntese das percepções gerais das pessoas entrevistadas na pesquisa sobre mudanças no território da Morraria (antes e agora).	81
Quadro 9: Relatos sobre os tipos de ferida causados pelo Cumbaru.	108
Quadro 10: Formas de consumo e brincadeiras com o Cumbaru durante a infância dos moradores entrevistados da região da Morraria (em * estão marcadas as brincadeiras).	112
Quadro 11: Tipos de uso e beneficiamento do Cumbaru relatados na região da Morraria.	122

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Lista de Figuras

- Figura 1: Mapa da Geomorfologia de Mato Grosso com destaque (feito pela autora) para a unidade de relevo número seis, nomeada de Província Serrana em Serras Residuais do Alto Paraguai. 27
- Figura 2: Mapa dos municípios de Mato Grosso com cadeias produtivas das comunidades tradicionais Morroquianas. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 3: Mapa do Brasil, com destaque para o estado de Mato Grosso e município de Nossa Senhora do Livramento. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 5: Mapa de comunidades visitadas durante o período do campo, no município de Nossa Senhora do Livramento. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 6: Encruzilhada na região da Morraria, seguindo pelo lado esquerdo direção da Comunidade Serragem, e seguindo caminho direito direção da Comunidade Brumado. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 7: Encruzilhada a caminho da Comunidade Laginha de Cima, com diversas placas de diferentes indicações, tamanhos e formatos. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 8: Apresentação de resultado parcial das entrevistas, a partir da sistematização em tarjetas com palavras-chave e desenhos, para a Dona Adriana, liderança da Comunidade Carrapatinho. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 9: Dona Rosa durante o treinamento de brigadistas voluntários da Brigada de incêndio Vicente de Moraes da Comunidade de Serragem - MT. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 10: Dona Maria Valeria, liderança da Comunidade Serragem, em frente a um pé de cumbaru localizado na Comunidade Serragem - MT..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 11: Dona Miguelina a esquerda e Dona Helena a direita, lideranças locais da Comunidade São Manoel do Pari - MT. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 12: Seu Nilo a esquerda, liderança local da Comunidade São Manoel do Pari, durante a reunião de casais que ocorria na comunidade. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 13: Seu Arnaldo, liderança local e benzedeiro da Comunidade Laginha de Cima, morador ao pé da Serra das Araras. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 14: Seu Crispim, liderança local da Comunidade Laginha de Cima, e irmão do Seu Arnaldo. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 15: Seu Catiti, Dona Aguida e família, moradores e lideranças da Comunidade Laginha de Cima. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 16: Dona Norma, liderança local da Comunidade Laginha de Cima, esposa do Seu Crispim. **Erro! Indicador não definido.**

Figura 17: Seu Rufino beneficiando o cumbaru (retiro da casca do cumbaru torrado) na Comunidade de Cachoeirinha.	Erro! Indicador não definido.
Figura 18: Mulheres integrantes do grupo de Mulheres Raízes do Cerrado da Comunidade de Cachoeirinha.	Erro! Indicador não definido.
Figura 19: Produtos derivados de Cumbaru produzido pelo grupo Raízes do Cerrado, na Comunidade de Cachoeirinha.	Erro! Indicador não definido.
Figura 21: Dona Adriana, liderança local e presidente da associação da Comunidade Carrapatinho.	Erro! Indicador não definido.
Figura 20: Seu Rafael, tocador e construtor de Viola de Chocho, e morador da Comunidade Carrapatinho.	Erro! Indicador não definido.
Figura 22: Dona Rosa e Seu Simão, embaixo de um pé de Cumbaru, no seu quintal na Comunidade de Brumado.	Erro! Indicador não definido.
Figura 23: Ilustração da sistematização das informações coletadas contendo interações entre as comunidades e municípios, pessoas entrevistadas e quantidade de gerações das famílias em vivência na Morraria.	76
Figura 24: Plantação de soja no caminho da Comunidade Laginha de Cima, e ao fundo a Serra das Araras.	81
Figura 25: Uma das entradas para Comunidade de São Manoel do Pari, do lado esquerdo a BR 070 e do lado direito estrada de terra que leva à comunidade. ...	Erro! Indicador não definido.
Figura 26: Estrada a caminho da Comunidade de Carrapatinho com poucas árvores em pé, mês de agosto, época de queimadas na região.	Erro! Indicador não definido.
Figura 27: Serra das Araras ao fundo, estrada próxima à casa de Seu Catiti, na Comunidade Lajinha de Cima, na região da Morraria. .	Erro! Indicador não definido.
Figura 28: Visão geral do fruto do Cumbaru (<i>Dipteryx alata</i> Vog.).	Erro! Indicador não definido.
Figura 29: Diagrama de usos e tipos de beneficiamento do Cumbaru na Comunidade Cachoeirinha, caixas com bordas pretas significam que este uso do Cumbaru só foi relatado nessa comunidade.	119
Figura 30: Diagrama de usos e tipos de beneficiamento do Cumbaru na Comunidade São Manoel do Pari, caixas com bordas pretas significam que este uso do Cumbaru só foi relatado nessa comunidade.	120
Figura 31: Diagrama de usos e tipos de beneficiamento do Cumbaru na Comunidade Laginha de Cima, caixas com bordas pretas significam que este uso do Cumbaru só foi relatado nessa comunidade.	124
Figura 32: Diagrama de usos e tipos de beneficiamento do Cumbaru na Comunidade Brumado, caixas com bordas pretas significam que este uso do Cumbaru só foi relatado nessa comunidade.	125

Figura 33: Diagrama de usos e tipos de beneficiamento do Cumbaru na Comunidade Carrapatinho, caixas com bordas pretas significam que este uso do Cumbaru só foi relatado nessa comunidade.....	125
Figura 34: Diagrama de usos e tipos de beneficiamento do Cumbaru na Comunidade Carrapatinho, caixas com bordas pretas significam que este uso do Cumbaru só foi relatado nessa comunidade.....	126
Figura 35: Diagrama de usos e tipos de beneficiamento do Cumbaru divididos nas categorias de uso medicinal, uso prático e Alimentação, coletados nos relatos das comunidades.	127

Sumário

Introdução	15
Profissional aliada na travessia: eu, Joanna, filha de memórias	15
Problemática	18
Objetivos	22
Objetivo geral.....	22
Objetivos específicos	22
Capítulo 1 - O povo, o lugar, o fruto	23
Capítulo 2 - Percurso metodológico: caminhando pelas encruzilhadas da Morraria	33
2.1 A abordagem: benquerença respeitosa	33
2.2 Palavra falada	37
2.3 Localização	40
2.4 Fases da pesquisa	41
2.4.1 Campo exploratório: plantando Cumbaru	41
2.4.2 Campo estendido: catação de Cumbaru	42
2.4.3 Análise dos dados e retorno à comunidade: torrando o Cumbaru	43
2.5 Instrumentos metodológicos	44
2.5.1 Travessias (Caminhadas Transversais).....	44
2.5.2 Entrevistas, conversas, rodas de conversa.....	45
2.5.3 Registros e memórias	48
2.6 Campo estendido na prática: catação do Cumbaru	49
2.6.1 Comunidade Serragem	59
2.6.2 Comunidade São Manoel do Pari	61

2.6.3 Comunidade Laginha de Cima.....	63
2.6.4 Comunidade Cachoeirinha.....	64
2.6.5 Comunidade Carrapatinho	67
2.6.6 Comunidade Brumado	69
Capítulo 3 - Análise dos resultados: torrando o cumbaru.....	71
3.1 Origem e chegada ao território	71
3.2 Percepção da paisagem	80
3.3 Morraria e território	94
3.4 Memórias e histórias sobre o fruto.....	106
3.5 Práticas de manejo, coleta e consumo Cumbaru.....	116
Conclusão	128
Referências bibliográficas	131
Apêndices	139
Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Informado	139
Apêndice 2 – Autorização de uso de imagem e som	141
Apêndice 3 – Termo de Aceite	142

Introdução

Profissional aliada na travessia: eu, Joanna, filha de memórias

Amar e registrar me interessa mais.

Sou mulher ainda em formação, em constante movimento, neta de deslocamentos nordestinos, de grandes famílias que migraram para a região Centro-Oeste, buscando condições de vida melhor, fugindo de secas e da falta de emprego. Tenho essas origens bem gravadas em mim, tanto nos hábitos alimentares, como em memórias que sempre são recontadas pela minha mãe.

Enquanto filha do solo vermelho da capital, Brasília, trago comigo algumas paisagens afetivas que me marcaram e me constituíram enquanto pessoa, inclusive memórias que não são minhas, mas de meus antepassados. Os registros da memória, sempre foram algo que me fascinaram. Me alimento das partilhas de familiares, os quais contam sobre suas infâncias no sertão do Ceará e da Bahia, e a vida de suas famílias e de todas as mulheres que as mantiveram.

Tenho o nome da minha avó, que nunca conheci. Talvez por isso tamanha curiosidade e interesse em registros e memórias tenham surgido e, aos poucos na busca por origens, diversas histórias me foram sendo reveladas. Nesse processo pude ir entendendo melhor quem são os meus, e quem estou me tornando em trânsito. Nesta caminhada, escrita e fotografia, ferramentas de registro e memórias sem dúvida me ajudaram a me constituir enquanto pessoa.

Há mais de 9 anos trabalho na assessoria técnica de assuntos ambientais junto aos governos federal, estadual, municipal e organizações da sociedade civil, Povos Indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Durante os anos de 2018 e 2024, residi e trabalhei em Mato Grosso¹. Esse período de vivência foi e vem sendo

¹ Integrei o Projeto de Cooperação Técnica REM Brasil – REDD Early Movers, que coopera com os estados de Mato Grosso e Acre, apoiando tecnicamente os Programas REM desses estados.

de profunda transformação e trabalho, em que venho realizando dentre outras, intensas atividades de consulta livre prévia e informada junto aos povos indígenas e de construção de diagnósticos voltados aos PCTs².

O Programa REM-MT é um programa de pagamento por resultado, coordenado pelo estado do Mato Grosso e financiado pelo Reino Unido e a Alemanha. Estabelece que 60% de seus recursos diretos devem chegar a quem mantém a floresta em pé: os Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e Agricultores Familiares.

A consulta com os Povos Indígenas foi realizada em estreita cooperação com a Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT), que nesse processo foi amadurecendo e se estruturando melhor. Mas as questões que circundavam os PCTs no estado eram diferentes. Além de possuírem menos aparatos legais, que garantissem seus direitos, os segmentos de comunidades tradicionais eram, em sua maioria, desconhecidos. As grandes distâncias do estado dificultavam a articulação entre os atores, refreando sua organização em conjunto.

O governo do estado então demandou um diagnóstico relativo aos PCTs em Mato Grosso, na tentativa de coletar dados para planejar atividades de inclusão do Programa REM-MT e a construção de políticas públicas. Esse pedido, partindo do estado, demonstra o quanto é presente a falta de acesso a informações com esse recorte temático. Toda a investigação que se deu a partir do diagnóstico só explicitou ainda mais a situação de invisibilidade em que os PCTs se encontravam em Mato Grosso.

Nesse processo de escuta, sistematização e coleta de dados pude me aproximar mais das diversas temáticas e conflitos que circundavam os PCTs. Fui instigada pela riqueza e diversidade dos diferentes segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais que vivem nesse imenso e conflituoso território chamado Mato Grosso.

² Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Pude entender um pouco mais a profundidade e a complexidade de suas especificidades e demandas, e nesta conjuntura percebi que eram necessárias mais pesquisas e investigações acadêmicas.

Todas essas experiências de trabalho foram me direcionando para um assessoramento mais próximo ao Subprograma AFPCT³ e, conseqüentemente, me aproximaram de instituições públicas voltadas à agricultura familiar e à assistência técnica e extensão rural. Um dos eixos desse subprograma é o fortalecimento dos frutos e das cadeias de valor⁴ da sociobiodiversidade, que apoiam a conservação das florestas. Na busca por subsídios, o Programa REM-MT contratou estudos relacionados à temática, mas todos relataram dificuldades em obter informações sobre os PCTs de Mato Grosso.

Isso me impressionou, por ter em consideração a diversidade de segmentos PCTs existentes no estado. No início, eu mesma não tinha conhecimento dos Morroquianos, pequenos produtores, moradores históricos da Morraria, região de Provincia Serrana localizada na divisão centro sul matogrossense (SILVA e SATO, 2012). Eu soube dessas comunidades por meio de conversas com parceiros e leituras de artigos de Michele Sato e Regina Silva, que eram as poucas informações disponíveis na época sobre os grupos sociais que viviam no estado. Embora os Morroquianos tenham participado ativamente do diagnóstico, logo percebi que ainda são pouco conhecidos, de modo geral.

Considero a coleta desse tipo de informações uma via importante para uma melhor compreensão e visibilidade dos territórios, seus povos e suas territorialidades, a fim

³ Subprograma de Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais do Programa REM MT, um dos quatro subprogramas existentes, que busca atender ao público rural e de comunidades tradicionais incluindo também Povos Indígenas, com ações voltadas a melhora de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) e fortalecimento de produtos e cadeias da sociobiodiversidade que promovem a manutenção da floresta em pé.

⁴ A cadeia de valor da sociobiodiversidade se refere a uma sequência de processos produtivos, que envolve etapas como a obtenção de insumos (equipamentos e matérias da atividade), a extração do produto, transformações (processos de beneficiamento do recurso extrativista) e comercialização. A Cadeia que possui o aspecto de coordenação compartilhado entre os diferentes atores da cadeia (operadores, instituições de apoio e reguladoras) e permite planejamentos e ações participativas para a estruturação de uma cadeia que assegure a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios, e que valorize a identidade cultural de comunidades tradicionais (GIZ, 2012).

de contribuir com o aumento da qualidade de vida das populações locais, podendo vir a servir também como subsídios à construção de políticas públicas.

Na qualidade de profissional aliada, a serviço desses territórios e povos, a busca por soluções práticas e atividades propositivas se fazem urgentes, e só é possível propor algo que seja efetivo ao se conhecer a realidade localmente. A escuta ativa, a empatia e o comprometimento devem estar presentes, sendo que outro elemento importante é a vigilância constante nas construções coletivas pelos próprios PCTs, superando abordagens paternalistas ainda tão comuns.

A relevância de se ter embasamento em informações sistematizadas e acadêmicas é perceptível no convencimento e criação de argumentos mais estruturados. Me impressionou o tamanho da lacuna de informações, e acredito que os temas relacionados a PCTs e Produtos da Sociobiodiversidade são atuais, urgentes e de extrema importância para a sustentabilidade e a autonomia na gestão territorial desses povos.

Problemática

...em cima do medo, coragem!

Desde 2018, ao longo da experiência de trabalho que tive em Mato Grosso (MT), me deparei com dificuldades para encontrar informações qualificadas, que pudessem basear atividades estratégicas ligadas aos PCTs, às cadeias de valor da sociobiodiversidade e seus respectivos produtos. Mato Grosso é o terceiro maior estado brasileiro, com 903.207.047 km² e uma população estimada de mais de três milhões de habitantes (IBGE, 2010). É recoberto por três biomas: Pantanal, Cerrado e Amazônia, os quais abrigam diversos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais.

A multiplicidade biológica e a pluralidade de sistemas socioculturais no estado são notórias. A espécie *Diepteryx Alata vog.* mais conhecida como Baru ou Cumbaru⁵ possui ampla ocorrência podendo ser encontrada na região do Pantanal e Cerrado. Dispõe de significativo valor ecológico uma vez que é fonte de alimentação para diversos animais na época da seca, com alto valor exploratório e uma versatilidade na qualidade de seus produtos (in natura, óleo, bebidas, doces, temperos dentre outros). São poucas as informações registradas sobre a biologia e o manejo do Cumbaru (EMBRAPA, 2004) e ainda mais escassas as informações sobre a relação de espécies arbóreas da sociobiodiversidade com as populações que fazem uso do extrativismo de seu fruto.

No entanto, apesar dos PCTs serem atores importantes da cadeia de valor do Cumbaru no estado de Mato Grosso, ainda existem poucas informações disponíveis relacionadas tanto aos PCTs, bem como à cadeia de valor do Baru e muito menos a algo relacional entre eles. Tamaña ausência termina por prejudicar o planejamento correto de atividades que possam impulsionar a cadeia e a construção de políticas públicas, além de dificultar a promoção de ações que visem a geração de renda comunitária justa e, portanto, o fortalecimento e autonomia de comunidades tradicionais.

Os produtos da sociobiodiversidade são bens e serviços originados de recursos da biodiversidade, orientados à formação de cadeias produtivas de interesse dos PCTs e de agricultores familiares, os quais fomentam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e asseguram os direitos consecutivos, produzindo renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (BRASIL, 2009). Esse deveria ser o *modus operandi*, da cadeia do Cumbaru em MT, no entanto ainda não foi possível alcançar essas diretrizes definidas pelo Plano Nacional da Sociobiodiversidade no estado.

⁵ O termo Cumbaru será utilizado como padrão ao longo deste trabalho, pois na área de estudo o nome mais empregado à espécie é Cumbaru por isso essa nomenclatura será utilizada como padrão nesta dissertação, entretanto em outras regiões do Brasil com mais tradição de comercialização, é conhecida como Baru. Sendo assim, convencionada no mercado nacional e internacional como Baru.

A cadeia do Cumbaru apresentou no ano de 2021 uma produção nacional de 416,7 toneladas de Cumbaru, tendo aumento de volume, se comparado a anos anteriores (CONAB, 2022). A depender do estado, existe alta discrepância entre os preços, mas não é possível inferir os dados de Mato Grosso, já que essa unidade da federação não é citada na tabela média de produções estaduais de Cumbaru e preços médios (IBGE/PEVS).

Em 2020, Mato Grosso foi o único estado que teve uma média de preço pago aos extrativistas abaixo do preço mínimo estabelecido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sendo também o único com diminuição no valor do preço médio pago comparado a anos anteriores (CONAB, 2021). Isso demonstra a imensa lacuna de informações e a falta de planejamento e políticas públicas estaduais de incentivo ao Cumbaru.

A situação de invisibilidade dos PCTs dentro do estado também é latente. Na região centro sul de MT, estima-se que comunidades tradicionais (Quilombolas, Morroquianos e Pantaneiros) integrem a cadeia do Cumbaru (IPAM, 2020), inclusive com organizações coletivas. No entanto, ainda assim ao se buscar informações a respeito é difícil encontrá-las, tanto sobre PCTs, quanto da cadeia do Cumbaru e, por isso, a compreensão sobre a relação que os PCTs teriam com o Cumbaru é limitada.

A proposta desta dissertação foi investigar essa relação, em específico, no município de Nossa Senhora do Livramento, e junto ao segmento tradicional de Morroquianos, devido à maior ausência de informações relacionadas a essas comunidades. No final de 2022, uma aglutinação de associações e cooperativas comandadas por lideranças locais da Morraria e arredores ganharam recursos do Programa REM-MT para fortalecer a cadeia de valor do Cumbaru na região. Por isso, e no intuito de contribuir para o entendimento e desenvolvimento local, foi pesquisado o vínculo das comunidades Morroquianas com o Cumbaru, um fruto abundante na região e que deve participar da experiência territorial dessas comunidades.

Buscar conhecer essa relação por meio da memória é uma forma de ter como ponto de partida a realidade local e a experiência dos próprios Morroquianos, e assim evitar a projeção de ideias pré-concebidas sobre o “tradicional”, sem de fato escutar as falas das comunidades. Partindo do pressuposto de que “cada cultura local interage com

seu próprio ecossistema local e com a combinação de paisagens e as respectivas biodiversidades nelas contidas, de forma que o resultado é uma ampla e complexa gama de interações finas e específicas” (TOLEDO; BASSOLS, 2015, p. 40).

Aqui entendendo que o pé de cumbaru e seu fruto fazem parte da paisagem e biodiversidade contidas na Morraria e vivenciadas pelas comunidades Morroquianas.

A concepção é de buscar conhecer e relatar a:

ampla e complexa coleção de sabedorias locais, de cuja análise em conjunto devemos obter recordações-chave e identificar eventos que tiveram uma influência profunda e duradoura sobre toda a espécie, que se encontra a memória de espécie humana (TOLEDO; BASSOLS, 2015, p. 41).

Tentando compreender melhor as consciências históricas comunitárias em torno do Cumbaru, ao tomar em conta as vivências, práticas de manejo e relações do fruto com a identidade das comunidades Morroquianas na Morraria. Parto assim de uma noção de território mais ampla. Afinal, segundo Milton Santos (2002, p. 10):

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Além do território, tenho em conta a territorialidade, como a maneira pela qual um determinado grupo social vivência e experimenta o espaço-território. Paul Little (2002, p. 3) aponta que “a territorialidade é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território ou homeland”.

Assim, tendo em mente o quanto os produtos da sociobiodiversidade são importantes para os PCTs e suas construções identitárias e de territorialidade, a ausência de informações e os questionamentos que circundam as comunidades tradicionais Morroquianas que convivem com Cumbaru são numerosos. Nesta dissertação a se buscou respostas para os seguintes questionamentos: Em que medida o Cumbaru faz parte da memória das comunidades Morroquianas? Como o Cumbaru se relaciona com a identidade das comunidades Morroquianas? O Cumbaru exerce um papel na ligação dos Morroquianos à Morraria? As formas de manejo e uso do Cumbaru revelam aspectos da territorialidade dos Morroquianos?

Objetivos

Objetivo geral

Compreender como o Cumbaru (*Dipteryx alata Vog*) se relaciona com a identidade e a territorialidade das comunidades Morroquianas da Morraria, em Mato Grosso.

Objetivos específicos

- a) Analisar as memórias e narrativas sobre o Cumbaru entre membros das comunidades;
- b) Caracterizar as formas de manejo e uso do Cumbaru e suas relações com a gestão dos territórios e o modo de vida morroquiano;
- c) Identificar referências culturais associadas ao Cumbaru, no contexto das comunidades Morroquianas.
- d) Comparar e identificar as similaridades e diferenças na construção de narrativas em torno do Cumbaru em memórias de infância de pessoas de maior idade nas comunidades Morroquianas.

Nos capítulos a seguir disserto de forma mais aprofundada sobre os aspectos relacionados aos objetivos desta pesquisa. No capítulo 1 são descritas, a partir de dados secundários compilados de teses e dissertações, artigos, manuais e outros, características do povo Morroquiano e seu modo de vida, a região da Morraria e o fruto do Cumbaru. No capítulo 2 descrevo o percurso metodológico adotado, a abordagem deste estudo, a localização geográfica do campo, as fases da pesquisa, os instrumentos e técnicas mobilizados, bem como a descrição das atividades de campo tal como ocorreram na prática. No capítulo 3 analiso os dados coletados por meio das entrevistas e conforme as temáticas relacionadas aos objetivos do estudo. Por fim, na conclusão, sistematizo os principais resultados da pesquisa.

Capítulo 1 - O povo, o lugar, o fruto

Ai do povo se não é as Morraria, a floresta da Morraria, que é aonde nois tá conseguindo alguma matazinha. É nessas área aqui que é Morraria que ainda não tá sendo destruída. (Senhor Felipe, Comunidade Taquaral, em entrevista concedida a SILVA, 2022).

Os Morroquianos, segundo documentário intitulado “Povos da Morraria e seus Costumes: Língua, memória e cultura” (SILVA, 2022), afirmam que sua essência é de:

colher frutos do cerrado...é viver da terra e para a terra, preservar o elo com a natureza estabelecida pelos nossos antepassados...é ter fé em Santa Luzia, Nossa Senhora do Carmo, São Sebastião, é saudar os santos nos barracões das comunidades...é carregar a identidade, a cultura, a história, a memória, e essa linguagem de povos tradicionais. (José do Carmo, comunidade Luzia do Retiro).

Habitantes históricos da Morraria, os Morroquianos desenvolveram conhecimentos sobre a terra, que são transmitidos de geração para geração, por meio da oralidade.

As comunidades Morroquianas ainda são pouco conhecidas do poder público e da sociedade em geral. O estudo de Deroní Mendes (2005), O fim do uso comum da terra e suas implicações na identidade territorial de comunidades tradicionais: O caso do Taquaral e Nossa Senhora da Guia-Cáceres - MT, é um dos únicos estudos monográficos aprofundados sobre essas comunidades tradicionais de Mato Grosso. Não obstante a invisibilidade que sofrem, o trecho acima informa que as comunidades Morroquianas já compreendem a importância da afirmação de sua identidade e vínculos com a Morraria. Nas palavras de Nêgo Bispo (2019, p. 34):

Temos de estar juntos, e não pode chamar todo mundo de povos e comunidades tradicionais. Esses povos têm nomes. Se a academia e o governo não conseguem dizer sequer o nome de cada um, como daria conta de nos atender? Somos indígenas, quilombolas, pescadores, ciganos, ribeirinhos, catadores de coco, catadores de capim... Temos de dizer cada um dos nomes. Quanto mais nomes, mais armas os colonizadores precisarão, mais estratégias precisarão.

Reafirmando a importância de olhar com respeito as especificidades e identidades dos diferentes povos e comunidades tradicionais que existem em todo o Brasil, na busca por garantia de direitos e construção de políticas públicas efetivas.

A professora Olga Maria Castrillon-Mendes no documentário intitulado “Povos da Morraria e seus Costumes: Língua, memória e cultura” (SILVA, 2022) afirma que “Esses povos da morraria são muito antigos, eles fazem parte de todo um processo histórico social, que faz parte também da história de Cáceres, as comunidades que se constituíram nesse espaço geográfico ficam entre as planícies, os vales e espaços que fazem parte da Serra das Araras”, assim, como as comunidades estão entre os morros:

é como se ela ficasse um pouco isolada, e como a formação de Cáceres tem a ver também com essa constituição desse espaço da morraria, desses povos, houve uma certa digamos limitação a cultura que se produziu ali, ela ficou meio que fechada, então ela perdeu por muito tempo, e isso é que faz dessas comunidades uma singularidade na cultura matogrossense.

A ocupação deste território geograficamente isolado, se deu de forma diversa e dinâmica, e por diferentes povos como indígenas, quilombolas, e outros, o professor Acir Montecchi (SILVA, 2022) fala sobre parte do período da seguinte forma:

As ocupações posteriores que provavelmente tiveram início após o ciclo da mineração em Cuiabá, livramento, com a escassez das minas, populações remanescentes dos primeiros habitantes que se deslocaram no século 18 para Cuiabá, para as minas do Cuiabá, passaram a voltar os olhos, com interesse em possuir terras, então essas populações foram de alguma forma geografizando esses espaços, e foram renomeando esses espaços...outras regiões aqui desse complexo que nós chamamos de Morraria que se entende por mais de 400km, então várias comunidades foram se estabelecendo.

Tendo tantas influências e referências, as comunidades que ocuparam esses territórios são identificadas por alguns aspectos, como cita a professora Olga Maria Castrillon-Mendes (SILVA, 2022) “essas comunidades da Morraria elas são muito embasadas nas questões religiosas, então são comunidades que eram antigamente chamadas de comunidades santas” ou ainda o professor Acir Montecchi que afirma que:

uma característica fundamental dos Morroquianos é que os Morroquianos praticamente eram autossuficiente, aqui se produzia tudo, ao contrário do Pantanal, o Pantanal se especializa em produzir carne, mas o Pantanal não produzia grãos, quem produzia grãos era a Morraria.

Em diagnóstico realizado pelo Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM), no âmbito do Programa REM-MT, foram identificadas 70 referências de comunidades

Morroquianas nos municípios de Cáceres, Nossa Senhora do Livramento, Porto Estrela e Poconé, conforme descrições nos quadros abaixo.

Quadro 1: Número de comunidades/famílias Morroquianas em Mato Grosso, por município.

Município	Segmentos de PCTs prevalentes na comunidade	Nº de Comunidades
Cáceres	Morroquiano	18
Nossa Senhora do Livramento	Tradicional e Morroquiano	32
	Pantaneiro Tradicional (mistura de seguimento Morroquiano e Pantaneiro)	10
Porto Estrela	Morroquiano	9

Fonte: IPAM, Diagnóstico de Povos e Comunidades Tradicionais em Mato Grosso: Subsídio para processo de inclusão participativa no Subprograma de Agricultura Familiar do REM (2020).

Quadro 2: Nomes de Comunidades autodeclaradas Morroquianas por lideranças PCTs participantes do diagnóstico.

Município	Tipo	Nome Comunidade
Cáceres	Morroquianos	<ul style="list-style-type: none"> • Água Branca • Anhumas • Bezerro Branco • Bocaina da Cascavel • Bocaina do Marimbondo • Bocaina do Vão • Chapadinha • Flor da Mata • Formiga • Guanandi • Lagoa da Onça • Nossa Senhora da Guia • Pindaival • Ponta do Morro Santana • Santana • Taquaral • Vila Aparecida
Nossa Senhora do Livramento	Tradicional e Morroquianos	<ul style="list-style-type: none"> • Aguaçú Monjolo • Atoledo • Bela Grama • Brumado • Buriti do Atalho • Buriti Grande • C. Quilombo • Cabeceira • Cabocla • Cachoeirinha • Campina de Baixo • Campina de Cima • Campo Alegre de Cima • Carratinho • Cascavel • Chapadão • Chico Leite • Coxos • Cristal • Cumarú • Distrito de Faval • Espinhalzinho • Lagoa de Baixo • Lagoa de Cima • Limoeiro • Paratudal • Paratudo • Rio dos Peixes • São Gonçalo • São Manoel do Rari • Seco • Serragem
	Mistura de Morroquianos e Pantaneiros(a)	<ul style="list-style-type: none"> • Brejal • Campo Agre de Baixo • Cedral de Baixo • Figueiral • Mangueiral • Pirizal • Ribeirão dos Cocais • Tatu • Volta do Bananal
Porto Estrela	Morroquianos e em alguns casos, Quilombolas	<ul style="list-style-type: none"> • Boi Morto • Luzia do Retiro • Monjolinho • Novo Oriente • Saloba Grande • Salozinha • Vão do Meio • Vão Grande • Vãozinho
Poconé	Morroquiana	<ul style="list-style-type: none"> • Imbé

Fonte: Oficina de Inclusão Participativa de PCTs no Programa REM de Mato Grosso, fevereiro de 2020.

As comunidades Morroquianas também se definem, frequentemente, como o povo da Morraria, uma extensa região de serras e morros em território mato grossense. A Morraria se localiza na região centro-sul mato-grossense, perto da capital do estado, Cuiabá. Parte da Morraria, hoje classificada como a área Devoluto VIII - Gleba Salobra, está localizada na província serrana de Mato Grosso, entre os municípios de Cáceres e Porto Estrela.

O nome Morraria é devido às características geomorfológicas da paisagem, composta por um conjunto de serras com cristas paralelas. Segundo sua localização e aspecto biogeográfico faz parte do bioma Cerrado, sendo rica e diversa em flora e fauna. No período colonial a região recebeu destaque devido ao extrativismo da Poaia ou Ipeca (*Psychotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes – *Rubiaceae*), planta medicinal muito comercializada na época (MENDES, 2005, p. 47).

Segundo a fala do professor Acir Montecchi no documentário intitulado “Povos da Morraria e seus Costumes: Língua, memória e cultura” (SILVA, 2022):

isso que nós chamamos de Morraria o pessoal da geografia, o pessoal que estuda as ciências da terra, classifica como Província Serrana...é essa faixa mais aqui no costal do Norte do Pantanal de uma área caracterizada por elevações e cuja elevações revelam espaços internos, vales, imensos vales, no alto, no cume dessas elevações você tem uma chapada, alguns platôs e nascentes de córregos obviamente.

Não existe atualmente uma delimitação precisa da região e, portanto, não se sabe o tamanho exato da Morraria. Apesar das informações identificadas em diagnóstico e pesquisas complementares, não encontrei informações exatas sobre a extensão (quantidade de municípios) da Morraria e suas comunidades. Mas ao que tudo indica, fazendo uma comparação de extensão territorial do relevo da região, a Morraria parece cobrir um extenso território, fazendo parte da unidade de relevo de Planaltos em Cinturões Orogênicos em específico compreendido como relevo da Província Serrana em Serras Residuais do Alto Paraguai, como se pode ver em destaque na figura abaixo:

Figura 1: Mapa da Geomorfologia de Mato Grosso com destaque (feito pela autora) para a unidade de relevo número seis, nomeada de Província Serrana em Serras Residuais do Alto Paraguai.



Fonte: IBGE, 1992 – DZSEE, 1999 – PCBAP, 1996 – Ross, 1996 (adaptado). Mato grosso em Mapas. Geografia total. Disponível em: [[Mato Grosso em Mapas](#)]. Acesso em: 17 out. 2025.

Existem poucas informações sistematizadas e organizadas quando se busca dados sobre a região. Essa dificuldade de acesso a informações e delimitações não é uma situação atual.

O município de Cáceres está localizado a sudoeste do estado de Mato Grosso, na parte mais alta do Pantanal, com áreas de boa fertilidade natural propícia para exploração agropecuária. Mas convivemos com sérios problemas documentais provenientes de Cartas de Sesmarias, principalmente na região da Morraria. As áreas de Sesmaria são de difícil definição em termos cartográficos, pois elas não possuem dados precisos para sua amarração total e normalmente possuem excesso de áreas e são ocupadas por diversas famílias de agricultores, muitas vezes com mais de 70 anos na área. (INCRA-INTERMAT, 1994, p. 05, grifo original *apud* MENDES 2005, p. 36).

O Mato Grosso, por ser um estado de fronteira, foi terreno de disputas entre os países de Portugal e Espanha. A reocupação para exploração da região Centro-Oeste do Brasil ocorreu tardiamente, se comparada ao litoral do país, onde se iniciou a política de capitâneas hereditárias em 1534. A busca obstinada por ouro em Goiás e no sudoeste de Mato Grosso foi a responsável por formar as primeiras povoações com perspectivas exploratórias na região, e deu início à expansão territorial inclusive para além de território brasileiro, uma vez que de acordo com Tratado de Tordesilhas parte do estado de Mato Grosso estava fora do domínio português. Somente a partir de 1770 criou-se oficialmente a capitania de Mato Grosso. (MENDES, 2005, p. 31-32).

Enquanto metrópole do Brasil, durante o pacto colonial, Portugal pôde, no período de 1500 a 1822, fazer doações de lotes denominados sesmarias aos que pudessem colonizá-las e defendê-las. Tal doação ia de acordo com a vontade e comando da Coroa Portuguesa (PRESSBURGER, 1990). Com o fim das sesmarias, as terras do Mato Grosso foram, de forma geral, ocupadas por descendentes de pessoas escravizadas e indígenas, visto que o processo previsto na Lei de Terras de 1850 não foi eficiente na diferenciação das sesmarias regularizadas daquelas que se tornaram ou permaneceram devolutas (PRESSBURGER, 1990). Tal afirmação corrobora a versão de moradores das comunidades Morroquianas, os quais alegam que seus ancestrais já estão na área há mais de 100 anos (MENDES, 2005, p. 37). Assim, pode-se supor que essas comunidades tenham se gestado no processo de territorialização de pessoas livres e pobres, negros e indígenas, desde o período de declínio do ciclo do ouro na região e com o fim das sesmarias.

Segundo Mendes (2005) a origem da Sesmaria Taquaral, que se encontra na região da Morraria e abriga as comunidades Taquaral e Nossa Senhora da Guia, teve origem em torno de 1700. Ainda segundo relatos coletados por MENDES (2005, p. 41):

[...] a Morraria que abastecia Cáceres feijão, banana, mandioca, milho melado, farinha, rapadura. Era só levar que vendia tudo em qualquer mercado.era questão de chegar lá...nois que não gostava mesmo, porque se a gente já tira tudo da rocinha da gente vai precisar de dinheiro prá que? Mais esse era naquele tempo antigo [...] (Agricultor, 55 anos)

Os agricultores das comunidades de Taquaral e Nossa Senhora da Guia, ambas comunidades da Morraria, produziam com o principal objetivo de manter sua vida familiar, sendo os excedentes comercializados. Esta forma de viver não pôde se manter sem alterações após a década de 1960, marcada pela Revolução Verde⁶, que modificou profundamente o cenário agrário e as configurações socioespaciais da Morraria (MENDES, 2005, p. 42).

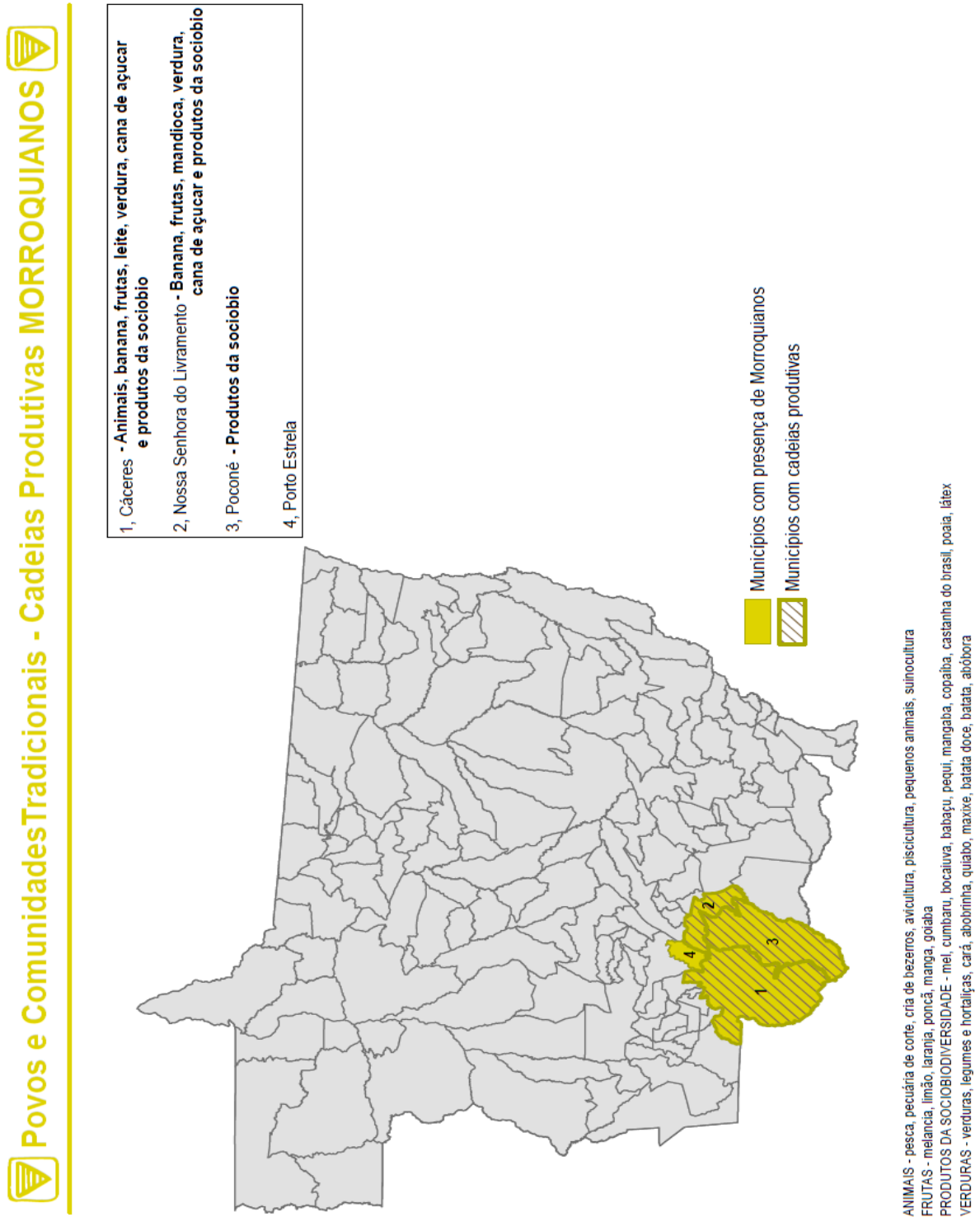
A estratégia de colonização do estado e a divisão das terras, sem ter em consideração as relações e especificidades dos que ali viviam, levou a uma diminuição da área de plantio das famílias, uma vez que anteriormente estas viviam em um sistema comunitário, baseado em laços de solidariedade e ajuda mútua, podendo fazer roça sem restrições em qualquer lugar da antiga sesmaria, porque as terras eram um bem coletivo. As famílias moravam próximas umas das outras e faziam uso coletivo da terra e demais recursos, sendo os laços de parentesco existentes um reforço na união e coesão do grupo frente as dificuldades (MENDES, 2005, p. 42). As mudanças que passaram a ocorrer desde a década de 1960, bem como as pressões crescentes sobre o território das comunidades Morroquianas são foco do estudo de Mendes (2005).

O sistema produtivo tradicional das comunidades Morroquianas pode ser definido como sendo agroextrativista, conforme a caracterização de Nogueira e Fleischer (2005), um sistema de base familiar, cuja produção de pequena escala integra

⁶ “A Revolução Verde caracteriza-se pela mudança de paradigma na produção agropecuária com o uso de fertilizantes químicos, irrigação, mecanização, agrotóxicos e sementes geneticamente melhoradas, visando ao aumento de produtividade” (HAZELL, 2009; AMEEN e RAZA, 2017 *apud* CAMPAGNOLLA e MACÊDO, 2022, p. 2).

atividades agrícolas, à criação de animais e à coleta de recursos da biodiversidade nativa.

Figura 2: Mapa dos municípios de Mato Grosso com cadeias produtivas das comunidades tradicionais Morroquianas.



Fonte: IPAM, Diagnóstico de Povos e Comunidades Tradicionais em Mato Grosso: Subsídio para processo de inclusão participativa no Subprograma de Agricultura Familiar do REM (2020).

No diagnóstico realizado pelo IPAM, no âmbito do Programa REM-MT, pode-se constatar que os chamados produtos da sociobiodiversidade – que incluem frutos nativos como o Cumbaru – são declarados como parte das cadeias produtivas Morroquianas, ao lado de produtos agrícolas, em três dos quatro municípios investigados: Cáceres, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Porto Estrela.

Em incursões exploratórias desta dissertação, constatei que membros das comunidades Morroquianas fazem referências frequentes ao Cumbaru associado a memórias de infância. Alguns Morroquianos dão a entender que o Cumbaru sempre participou da experiência comunitária, mas que o seu aproveitamento para fins comerciais é bastante recente.

O Cumbaruzeiro ou Pé de Cumbaru é uma árvore de uso versátil e os PCTs de Mato Grosso e de outros estados que integram a zona central do Cerrado o utilizam atualmente como fonte de renda. A cadeia produtiva do Cumbaru (*Dipteryx alata* Vog) tem sua abrangência no bioma Cerrado e Pantanal, onde ocorre em alusiva abundância nos remanescentes de vegetação nativa e em áreas antropizadas, como as ocupadas por pastagens. O Cumbaru não é uma espécie do Brasil, também ocorre em outros países como Peru, no complexo do Pantanal no Paraguai (Brako; Zarucchi, 1993) e na Bolívia onde é conhecido como “Almendra chiquitana” (Pérez-Cruz; Villarroel, 2020).

A árvore, na fase adulta, pode chegar a uma altura de aproximadamente 20 metros. Produz frutos de casca dura com uma amêndoa em seu interior. Atualmente o fruto vem ganhando destaque nacional e internacional no mercado de nozes e amêndoas, devido ao valor nutricional da amêndoa e dos impactos socioambientais positivos gerados pela cadeia, se apresentando, portanto, como uma oportunidade de geração de renda, garantia de conservação das áreas nativas e compatibilização de uso em áreas agropecuárias. Entretanto, é necessário desenvolver novas estratégias para esta cadeia extrativista, levando em consideração o comércio justo, perpetuidade da espécie e transparência nas relações comerciais.

Apoiar as cadeias de produtos advindos da biodiversidade, é apoiar o uso sustentável dos recursos naturais (GOMES *et al.*, 2012). O fruto do Cumbaru está diretamente relacionado à manutenção e conservação das áreas de coletas, logo a manutenção

de áreas remanescentes do Cerrado e Pantanal. A cadeia do Cumbaru é compreendida como parte da estratégia de sustentabilidade do Cerrado e Pantanal por colaborar na geração de renda das famílias de agricultores familiares e Povos e Comunidades Tradicionais locais, por meio da conservação de remanescentes e regeneração destes biomas. Tais medidas, também dão suporte à mitigação de mudanças climáticas, uma vez que o desmatamento é um dos agentes propulsores da crise climática atual.

Para criação de políticas públicas, estratégias de organizações coletivas e planejamento estratégico eficientes, possuir insumos baseados em dados reais e atualizados é fundamental. Em Mato Grosso, persiste uma falta de informações referentes a cadeia de valor do Cumbaru e os Povos e Comunidades Tradicionais que dele fazem uso. Até 2024 existia somente um trabalho⁷ na região específico sobre cadeia do Cumbaru, e ele não possui recorte relacionado a PCTs.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou levantar informações relevantes, que pudessem contribuir com a construção de políticas públicas estaduais voltadas à cadeia do Cumbaru, com especial atenção aos Povos e Comunidades Tradicionais, ou quem sabe fomentos estaduais a rastreabilidade e certificação da cadeia do Cumbaru advinda de comunidades tradicionais.

A manutenção da floresta em pé, e todos os recursos naturais que dela fazem uso, provendo serviços ecossistêmicos para o Brasil, muitas vezes tiveram sua preservação a partir de estratégias advindas de costumes sociais dos Povos e Comunidades Tradicionais. Tamanha riqueza e inteligência de uso do Cumbaru precisa ser divulgada, e evidenciar o protagonismo das comunidades tradicionais nas cadeias de valor da sociobiodiversidade, para que os PCTs possam finalmente lograr dos benefícios de um desenvolvimento territorial sustentável.

⁷ O trabalho intitulado “Cadeia Produtiva do Cumbaru (*Dipteryx alata* Vogel) em Poconé, Mato Grosso” teve como objetivo a caracterização da cadeia produtiva do Barú, identificando os principais obstáculos e potencialidades de coleta, processamento e distribuição. A partir do método de amostragem bola de neve foi definido o número de famílias que seriam entrevistadas com questionário semiestruturado (MELO, *et al*, 2014).

Capítulo 2 - Percurso metodológico: caminhando pelas encruzilhadas da Morraria

2.1 A abordagem: benquerença respeitosa

No movimento, nosso tempo-tambor gira para trás e simultaneamente para frente, na cadência das espirais que enovelam e fecundam o presente. Volver o olhar para o antes é virá-lo também para o depois, matizando os agoras. Assim cantamos, assim sarávamos, assim dançamos e batucamos (MARTINS, Leda Maria, 2021, p. 217).

Sair de uma perspectiva de pesquisa colonizada e positivista⁸ - que convencionalmente aborda as comunidades como objeto de estudo e considera como válido somente o saber científico -, é um desafio e um posicionamento ético-político. Ainda que o ideal seja a busca por uma pesquisa culturalmente sensível, de escuta ativa, e condizente com a realidade e necessidades locais, ainda assim se corre o risco de: a) acreditar de alguma forma que o pesquisador se torna o detentor da verdade e que aquele conhecimento local só é válido a partir do momento em que é “descoberto” e validado da maneira “correta”, e b) julgar e estar propenso a julgamentos precipitados (SMITH, 2018).

Em contextos de pesquisa, e principalmente as interculturais, é preciso um exercício constante de autorreflexão, sobre suposições e crenças pessoais, e como elas podem vir a interferir na interação que é estabelecida com as comunidades. Por isso é sempre sensato e ético se questionar segundo Smith (2018, p. 201) sobre:

Quem define o problema de pesquisa?
Para quem esse estudo tem valor e é relevante? Quem afirma isso?
Que conhecimento o pesquisador irá obter a partir desse estudo?
Quais são os possíveis resultados positivos desse estudo?
Quais são os possíveis resultados negativos?
Como se pode eliminar os resultados negativos?
Quem é o responsável pelo pesquisador?

⁸ “A crítica ao positivismo tem emergido da experiência de pessoas que vêm sendo estudadas, pesquisadas, descritas e definidas pelos outros. Colocadas em posição de passividade compulsória, sem ao menos nenhuma consulta” (SMITH, 2018, p. 196).

Que processos existem para dar apoio à pesquisa, aos pesquisados e ao pesquisador?

Esse pensamento reflexivo leva a uma postura diferenciada do/a pesquisador/a, o que pode ser um primeiro passo para que a comunidade com a qual se deseja estudar se sinta incluída e parte da pesquisa, buscando evitar possíveis desconfiâncias e vivências desagradáveis nesta interação com o/a pesquisador/a, como no exemplo dado por Smith (2018, p. 201) onde a desconfiância de comunidades maoris advém de preceitos que circundam o que seria uma boa “pesquisa” feita:

Hoje, nas comunidades maoris, existe uma profunda desconfiância e suspeita com relação à pesquisa. Essa suspeita não se dirige apenas aos pesquisadores não indígenas, mas a toda a filosofia de pesquisa e aos diferentes conjuntos de crenças que subjazem seu processo. (SMITH, 2018, p. 201)

Dar uma atenção mais refletida e cuidadosa à metodologia utilizada é um importante passo na direção de construções dialógicas com a realidade e conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais, para a produção de conhecimento em chave intercultural. Citando Toni Morrison (2019, p.48) “quando falamos ou escrevemos sobre o estrangeiro, o forasteiro, o Outro, devemos ter em mente o que significa essa relação”. Estou consciente de que sofro influências de criações afetadas por um habitar e pensar colonial, mas não sou um outro afastado, tenho afeto e respeito pelas comunidades com as quais desejo estar junto.

Entendo que o ato de pesquisar “é importante porque é reconhecido como um meio pelo qual o conhecimento é adquirido ou descoberto e como um meio pelo qual podemos “saber” o que é real” (SMITH, 2018, p. 190). E uma vez sabendo que ainda hoje, a maioria das pesquisas são escritas e elaboradas por pessoas que não pertencem aos contextos PCTs, a busca pela oralidade pode vir a ser uma forma de tentar diminuir, mesmo que minimamente a distância entre as interpretações acadêmicas e experiência dos sujeitos PCTs.

A busca por abordagens de pesquisa culturalmente sensíveis também se refere a “uma ampla variedade de tentativas de dar atenção aos problemas e às questões que preocupam as pessoas envolvidas na investigação científica.” (SMITH, 2018, p. 205). Se colocando assim como um posicionamento de respeito, sendo prioridade o

consentimento da comunidade quanto à realização da pesquisa, conjugada a uma escuta ativa sobre seus anseios e necessidades.

Quanto ao tipo, este estudo se aproxima da pesquisa de natureza qualitativa, tendo em consideração a compreensão das relações entre diferentes comunidades Morroquianas, suas vivências e memórias com o fruto do Cumbaru. Em conjunto, com a pesquisa descritiva, à qual se dedica ao relato das particularidades de uma população específica, com intuito de expor e compreender as informações coletadas ao longo da pesquisa, objetivando indicar a qualidade dessas relações (GIL, 2022).

A pesquisa qualitativa pode ser entendida como uma metodologia que produz referências a partir de observações com os quais o/a pesquisador/a procura estabelecer um trato direto para assimilar os fenômenos estudados. Nessa abordagem, o/a pesquisador/a entra em contato acordado e demorado com o indivíduo ou grupos humanos, com o ambiente e a situação que está sendo pesquisada (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 272).

Ainda com todas essas particularidades que levam a acreditar em um caráter de pesquisa inclusivo (SMITH, 2018, p. 206):

[...] adotar um modelo de pesquisa emancipador, em si, não libertou os pesquisadores da arrogância do exercício intelectual, nem de adotar práticas evangelizadoras e paternalistas. Isso também se aplica a métodos que parecem ser qualitativos ou etnográficos. Essas abordagens podem parecer mais sensíveis em campo, mas em geral as premissas por trás dos focos de estudo e sua tradução em texto podem ser tão problemáticas quanto outras formas de pesquisa

Por isso, a cautela deve estar presentes em todas as fases da pesquisa, incluindo as diversas técnicas adaptáveis de acordo com o objetivo, mas que incluem observações diretas, diagramas, entrevistas semiestruturadas, retratos, histórias e oficinas de trabalho (CONWAY, 1993; FARIA; NETO, 2006). Buscando dar importância e relevância à oralidade e ao diálogo, trazendo assim o protagonismo das comunidades, realizei diálogos prévios com alguns moradores das comunidades buscando construir de forma dialogada esta dissertação, além disso foram utilizados dados secundários de teses e dissertações, artigos, manuais e outros. Os dados primários da dissertação posteriormente foram levantados a partir da observação direta e a realização de entrevistas semiestruturadas/abertas com lideranças da Morraria.

Segundo Smith (2018, p. 203) “o saber maori constitui um corpo de conhecimentos que, na sociedade atual, pode ser posto lado a lado com o conhecimento ocidental existente”. Refletindo sobre este apontamento, podemos considerar da mesma forma a importância dos conhecimentos e modos de vida dos demais Povos e Comunidades Tradicionais no mundo, e dos Morroquianos em Mato Grosso.

Analisando a potência que um estudo pode fazer emergir (SMITH, 2018, p. 204):

A pesquisa, em si, mesmo quando executada a distância, é uma intervenção poderosa, que tem tradicionalmente beneficiado o pesquisador e a base de conhecimento do grupo social dominante. Ao empreender uma pesquisa, quer de maneira transversal entre culturas, quer no âmbito da cultura de uma minoria, é de vital importância que os pesquisadores reconheçam a dinâmica de poder que está implícita nas relações com seus sujeitos.

Nesse sentido, a ideia é sempre ter em mente as relações de poder que implicam a realização da pesquisa, e concomitantemente a afetação de parte a parte – minha, enquanto pesquisadora, e da comunidade -, mantendo-me vigilante. Segundo Smith (2018, p. 206):

Graham Smith tem postulado quatro modelos de acordo com os quais os pesquisadores não indígenas podem realizar uma pesquisa culturalmente apropriada O terceiro modelo de Smith é o de “compartilhamento de poder”, em que os pesquisadores “procuram a assistência da comunidade para que esta dê suporte significativo ao desenvolvimento e realização da pesquisa”. Ao quarto modelo, Smith chama de “modelo dos resultados empoderadores”, pois remete aos tipos de questões que os maoris querem responder e que trazem resultados benéficos.

Assim, esta pesquisa busca ao máximo alçar os modelos três e quatro citados acima, objetivando uma pesquisa de parceria, coautoria e diálogo, sendo este, como explicitado anteriormente, um posicionamento ético-político. Segundo Smith (2018, p. 207):

Teariki e Spoonley escrevem que a pesquisa, como parceria, envolve trabalhar mediante um processo que é inevitavelmente político. Argumentam, ainda, que a pesquisa necessita ser cuidadosamente negociada e que seus resultados precisam ser pensados antes que ela seja realizada.

Mesmo buscando ao máximo ser condizente com a realidade, aprovação e vivência desses povos, não ocupo um lugar de pertencimento ao corpo social Morroquiano. Uma alternativa então é buscar uma perspectiva de coautoria com as comunidades,

e metodologia/relato que condigam com o “pensamento fronteiriço”, proposto por Antônio Bispo (2023, p. 31) como existência de:

[...] respeito e diálogo de fronteira. A humanidade está aí, não vamos matar a humanidade. Mas como vamos nos relacionar com ela? Estabelecendo fronteiras. Pode ser que, no futuro, como a fronteira é um território movediço, elástico, a gente avance quando eles recuarem, ou pode ser que a gente recue quando eles avançarem, mas sem chegar ao limite. Nós pensamos sempre na circularidade, quebrando o monismo, a dualidade e o binarismo.

As estruturas para a intercientificidade e interculturalidade se fundam no respeito, e nos encontros que como afirma Nurit Bensusan (2023, p. 175):

[...] quando, porém, o encontro acontece, ele é avassalador e, porque não dizer, sagrado. E assim, se encontro for, ele nos dá asas nos permite mirar o futuro, o que está por vir, o que podemos vir a ser. Mostra-nos que há caminhos, por mais perdidos que estejamos; que o céu pode não despencar sobre nossas cabeças e ali permanecer nos dando seu azul; e que o que passou é pouco diante do que pode passarinho.

Os desafios de exercitar a intercientificidade e a interculturalidade são vários. Alguns deles são: a) o verdadeiro diálogo, e a construção de narrativas de forma condizente com a realidade sem afirmar/reafirmar estereótipos ou expectativas pessoais; e b) o respeito e utilização de categorias próprias dos povos que contribuam para debates mais amplos, a partir de diversas perspectivas, como diz Antônio Bispo “eu não penso a partir de você”, assim fortalecendo um debate diversista e fronteiriço.

A romantização sobre Povos e Comunidades Tradicionais é também um perigo. Para os Morroquianos pode ser ainda maior, por ser um segmento que possui poucas informações disponíveis sobre ele. Mas em um território tão diverso em povos, culturas, flora, fauna e encontros a Morraria é terreno fértil para o exercício criativo da produção de um novo e inclusivo futuro todos os dias.

2.2 Palavra falada

São agora, todos, nossos antepassados. Mas também nosso presente. Nas espirais do tempo, tudo vai e tudo volta, nunca o mesmo, mas o semelhante. Em nós ressoam seus ensinamentos, os cantos e falas que nos deram, os timbres de suas vozes, gestos, suas histórias e reminiscências, sua presença e nunca seu abandono ou esquecimento. Dificultosos têm sido os anos nos oratórios da memória (MARTINS, Leda Maria, 2021, p. 216).

O foco sobre a oralidade, enquanto critério metodológico, parte da ideia de construção de diálogo, onde a pesquisa não é feita “sobre” uma determinada comunidade, mas “com” as pessoas que interagem e participam ao longo da pesquisa, buscando assim valorizar o saber popular. Além disso, surge como forma de complementar de estudos de uma região que possui poucos documentos escritos e menos ainda sobre as comunidades tradicionais que ali vivem.

Pensando na busca pelas memórias sobre o Cumbaru, a oralidade se impõe, como fundamental. Segundo Portelli (1997b), “ao trazer vozes de homens e mulheres, a oralidade torna possível reconhecer a história em suas múltiplas dimensões, em uma ‘história a contrapelo’, registrando narrativas de grupos relegados ao esquecimento”. É possível assim “trazer para o campo da história aquilo que foi silenciado, expor identidades, saberes e fazeres anteriormente relegados, além de o conteúdo ser a vida diária e a cultura material dessas pessoas” (SARAIVA, 2013; PORTELLI, 1997b).

Pensando nos registros dessas memórias referentes ao fruto do Cumbaru, e ao movimento orgânico que se dá no modo de viver dessas comunidades, não é possível trabalhar memória sem pensar em oralidade e vice-versa. Segundo Célia Xakriabá (2018, p. 205) o “melhor jeito de guardar oralidade é na memória” e como posto pela pesquisadora Juliana Assis (2022, p. 60) “o trabalho de pesquisa com a história oral tem contribuído no caminho metodológico para a (re)construção de histórias de vida no registro de referências de saberes a partir de memórias”, o que conflui para os objetivos desta dissertação.

Devido a processos históricos de dominação e violência colonial de povos que ainda persistem em outros moldes em todo mundo, ainda hoje existe uma hierarquização de conhecimentos, saberes, e maneiras de ver o mundo, e as diferentes formas de repasse de conhecimento sofrem com isso. No ocidente existe um pensamento comum de que a história escrita vale mais que a história oral, mas o estudioso Amadou Hampaté Bâ traz alguns contrapontos importantes nesse debate. Segundo o qual (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 168):

O testemunho, seja escrito ou oral, no fim não é mais que testemunho humano, e vale o que vale o homem. Não faz a oralidade nascer a escrita, tanto no decorrer dos séculos como no próprio indivíduo? [...] Nada prova a priori que a escrita resulta em um relato da realidade mais fidedigno do que o testemunho oral transmitido de geração em geração. [...] O que se encontra

por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra. [...] Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado á palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra.

Entendendo a importância e significância da oralidade para a comunidade Morroquiana, e ao se pesquisar junto a culturas negras e de tradição que muitas vezes são formadas de encontros, transfluência e confluências, nas encruzilhadas é preciso uma pesquisa-escuta atenta, crítica e, ao mesmo tempo, afetiva de vozes, corpos, gestos e linguagens. Buscando, na perspectiva de Pinheiro (2021):

pesquisa-escuta gerida pelo afeto – entendido aqui como possibilidade aberta de contato com o outro que visa delinear não apenas o modo de organização de um costume, mas também a sua manifestação como representação ativa de um povo/comunidade no mundo.

Assim, esta pesquisa também se inspira no conceito proposto por Leda Martins de oralitura, enquanto registro, sendo letra e litura, voz e corpo, linguagem em deslocamento, assim entendida como (2021, p. 25):

[...] como *littera*, 'letra', grafa o sujeito no território narratório e enunciativo de uma nação, imprimindo, ainda, no neologismo, seu valor de *litura*, 'rasura' da linguagem, alteração significativa, constituinte da diferença e da alteridade dos sujeitos, da cultura e das suas representações simbólicas.

Ou seja, uma escrita a partir da compreensão da oralidade dessas comunidades, vivências e histórias intergeracionais e intracomunitárias. Buscado assim, por meio do registro da palavra falada e a escuta sensível, dar atenção em captar gestos, expressões e proporcionar acolhimento aos participantes da pesquisa, buscando garantir seus espaços de fala, representatividade e integração na perspectiva da construção da relação de memória e práticas com o Cumbaru e o território Morroquiano.

2.3 Localização

Esta pesquisa tem como área de abrangência a região Centro-Sul Mato-Grossense situada em uma área próxima à transição entre os biomas Cerrado e Pantanal. Tem como foco a Província Serrana, que abrange os municípios de Alto Paraguai, Barra do Bugres, Cáceres, Nossa Senhora do Livramento, Rosário Oeste e Nobres. Localmente, em alguns destes municípios, a região é nomeada popularmente como Morraria, e abriga diversas comunidades tradicionais que se autodenominam Morroquianas.

Devido ao tempo de campo previsto para a pesquisa e a conversas anteriores com comunidades da região, o município de Nossa Senhora do Livramento foi selecionado para a realização da produção de dados primários. O município possui uma área territorial de 5.537,413 km² e uma população residente de 12.940 pessoas, tendo uma densidade demográfica baixa, se comparada com outros municípios estaduais, de 2,34 habitantes por km², de acordo com o censo de 2022 no município residem 30 pessoas indígenas fora de terra indígena, sendo divididas em 7 diferentes etnias, povos ou grupos indígenas, já no caso de pessoas quilombolas a quantidade é muito maior, com um total de 945 quilombolas residentes no município, destes 711 estão em território quilombola e os outros 234 residem fora de seu território (IBGE, 2022). Segue abaixo mapa e localização geográfica do município dentro do estado de Mato Grosso.

Figura 3: Mapa do Brasil, com destaque para o estado de Mato Grosso e município de Nossa Senhora do Livramento.



Fonte: Faria, R. A. P. G. et al. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282456337_FENOLOGIA_DE_Brosimum_gaudichaudii_TRECVL_MORACEAE_NO_CERRADO_DE_MATO_GROSSO. Acesso em: 24/03/2024.

2.4 Fases da pesquisa

2.4.1 Campo exploratório: plantando Cumbaru

Partindo da perspectiva que o campo se iniciou antes mesmo da pesquisa, meus campos exploratórios começaram muito antes de eu saber onde seria minha pesquisa. No final de 2022, fui pela primeira vez na Comunidade de Laginha de Cima. Fui por questões pessoais e essa visita me ajudou substancialmente a definir as fronteiras da pesquisa e o que eu realmente gostaria de estudar.

Ao longo de 2023, realizei outras saídas por questões pessoais e por questões de trabalho nas comunidades de: Capão Verde, Distrito de Faval, São Manoel do Pará, Cumbaru e Buriti Grande, todas no município de Nossa Senhora do Livramento, onde se observa distintas organizações de território e comunidade.

A partir dessa vivência prévia e proximidade com lideranças locais, foram escolhidas as comunidades para participar da pesquisa. Em uma nova incursão em campo, apresentei a proposta do projeto e a metodologia às lideranças locais, e a partir desse diálogo selecionei as primeiras pessoas a serem entrevistadas nas comunidades de Serragem, Laginha de Cima e São Manuel do Parí. Porém com o decorrer da pesquisa e orientações e convites das lideranças locais, posteriormente tive a oportunidade de integrar e adicionar entrevistas nas comunidades de Carrapatinho e Brumado.

Também conversei previamente com as comunidades, para alinhar a linguagem e os procedimentos metodológicos utilizados. Estabeleci como critério conversar com as pessoas de mais idade e/ou que estão há mais tempo vivendo no local. Esta etapa é ocorreu inicialmente principalmente nos meses de abril a maio de 2024, mas também e forma complementar ao longo da realização das entrevistas, assim constantemente validando com as comunidades o caminho a seguir na dissertação. Esse período também teve como objetivo identificar lideranças das comunidades que quisessem acompanhar a pesquisa de forma mais próxima, tendo como intenção fazer uma pesquisa em coautoria com a comunidade.

2.4.2 Campo estendido: catação de Cumbaru

Esse foi o momento de coleta dos dados, onde em cada uma das comunidades a meta foi dialogar com pelo menos 3 pessoas, mas essa quantidade variou para menos ou mais a depender da comunidade. O local da entrevista variou, mas a intenção foi realizá-la na residência ou quintal, um ambiente que gerasse conforto e confiança, buscando a sombra de árvores e a vista para a Morraria.

Além de entrevistas, nesta fase realizei a observação direta de situações cotidianas, de produção e de festejos das comunidades. Também utilizei técnicas como a Caminhada Transversal para conhecer as formas de manejo e outras práticas associadas ao Cumbaru.

Antes de cada uma das atividades previstas, firmei um termo de consentimento livre e esclarecido, alinhando e esclarecendo dúvidas sobre a pesquisa, para que as pessoas envolvidas pudessem autorizar o uso das informações ali coletadas.

Posterior a essa ida inicial voltei as comunidades novamente para colher mais autorizações e validar resultados prévios, a qual explicarei mais detalhadamente em sessões subsequentes.

Concomitantemente, o levantamento de dados secundários foi realizado junto com o levantamento bibliográfico e documental pertinente ao tema abordado. Foram considerados, principalmente, aqueles dados relacionados à Morraria e Morroquianos e acessados, sempre que disponíveis, em instituições públicas (Arquivo Público de MT, Instituto de Terras de MT – INTERMAT, e INCRA).

2.4.3 Análise dos dados e retorno à comunidade: torrando o Cumbaru

A análise de dados foi uma fase que possuiu um movimento constante desde as primeiras saídas de campo, até o entendimento de finalização da pesquisa. Por serem informações de caráter orgânico, ou seja, que sempre estão em posição de atualização, foi preciso um intenso processo de leituras e buscas por metodologias que prezassem pelo “saber orgânico” que segundo Bispo (2019 p. 27) seria “aquele que diz respeito a ser”, consonante com uma abordagem “contracolonialista” (BISPO, 2019, p. 25). Ou seja, uma pesquisa que buscasse não reproduzir esquemas coloniais, para abrir-se para uma energia de criação, de novas nomeações, circularidade e diversas perspectivas e, neste caso, que incluam as das comunidades Morroquianas.

O retorno à comunidade é um posicionamento político de respeito junto aos participantes e integrantes desta pesquisa. Será agendado após a defesa do mestrado, para apresentar os resultados da pesquisa, durante as idas a campo eu já informava sobre esse planejamento, a ideia é de conciliar agenda com outras pesquisadoras que também fizeram pesquisas na região recentemente. Ao longo da pesquisa, minha intenção também foi fotografar a região e as pessoas, com sua prévia autorização e consentimento, as quais foram entregues na versão impressa as comunidades no retorno das entrevistas.

2.5 Instrumentos metodológicos

2.5.1 Travessias (Caminhadas Transversais)

Para gerar confiabilidade e eu me ambientar no território das comunidades, as caminhadas transversais ou travessias foram uma opção de ferramenta metodológica utilizada. A investigação das relações ou vínculos das/os entrevistadas/os com seu território e a melhor caracterização das comunidades/território foi iniciada a partir desta ferramenta, a qual segundo Verdejo (2010 p. 36) se caracteriza como “uma caminhada linear, que percorre um espaço geográfico com várias áreas de uso e recursos diferentes. Ao longo da caminhada anotam todos os aspectos que surgem pela observação dos participantes em cada uma das diferentes zonas que se cruzam” todas as anotações devem conter “as denominações utilizadas pelas pessoas” locais.

Durante o ano de 2024, realizei visitas para entrevistas nos meses de junho e agosto. Foram visitadas cinco comunidades diferentes no município de Nossa Senhora do Livramento, o planejamento era de visitas em Serragem, Laginha de Cima e São Manoel do Pari, mas devido a proximidade entre as comunidades e articulação de Seu Simão, liderança local que me acompanhou a campo durante toda a pesquisa, visitei duas comunidades adicionais, Carrapatinho e Cachoeirinha.

A época de catação do Cumbaru aconteceu de junho a agosto, quando foi possível participar, pelo menos em parte, da colheita do fruto do Cumbaru e demais frutos da estação. No retorno as comunidades em 2025 para colher novas autorizações tive a oportunidade de entrevistar moradores de uma comunidade adicional, Brumado, tendo assim ao final da pesquisa moradores de seis comunidades da Morraria entrevistados/as.

A caminhada nas comunidades ocorreu de forma guiada e acompanhada por liderança ou morador local, no intuito de propiciar um ambiente para trocas e conversas em que as lideranças expressassem o que sabem de sua vivência no território. A ideia foi caminhar, observar e construir diálogos por locais do território que têm ocorrência de Cumbaru ou tenham visão para a Morraria. Assim, sempre buscando remeter a histórias sobre Cumbaru, a Morraria e o histórico de vinda para o território.

A partir da realização da caminhada e com base em uma discussão com as pessoas locais, construí diagramas e quadros para caracterizar a comunidade. Quantas pessoas moram ali? Desde quando? Quais árvores têm em grande abundância? A comunidade possui alguma história de origem? Quais são os problemas da comunidade? Quais festas existem? Estão relacionadas de alguma forma ao Cumbaru?

2.5.2 Entrevistas, conversas, rodas de conversa

*E vivendo o presente
que não é sem passado
e é futuro momento
faço as entrevistas
potências momentâneas
presença
potente
partilha afetada
de quem se foi
de quem viveu
e quer partilhar
confia
partilha
fia a rede de
memórias.*

*Cuidado, não é troca, é compartilhamento".
Porque a troca significa um relógio por um relógio, um objeto por outro
objeto,
enquanto no compartilhamento temos uma ação por outra ação,
um gesto por outro gesto,
um afeto por outro afeto.
E afetos não se trocam, se compartilham...
O compartilhamento é uma coisa que rende.*

Antônio Bispo dos Santos

As entrevistas abertas foram realizadas em seis comunidades, a quantidade de pessoas entrevistadas variou por comunidade, onde o mínimo foi de uma pessoa mais seus familiares, ou até quatro pessoas e familiares, na Comunidade Laginha de Cima, a qual entrevistei a maior quantidade pessoas.

Como o objetivo da pesquisa permeia questões de memória, as entrevistas ocorreram com as pessoas mais velhas, e/ou que vivem há mais tempo nas comunidades, e/ou

indicadas como lideranças atuantes nas comunidades. A seleção ocorreu a partir de conversas com liderança local e articulações junto as comunidades, os diálogos se iniciaram de forma inicial após a primeira incursão em campo, na fase de campo estendido. Nenhuma entrevista foi realizada sem aviso e consentimento prévio do/a participante.

Durante a entrevista, foi utilizado gravador para registro e, em seguida, a entrevista foi transcrita, categorizada e analisada. A intenção foi buscar ser condizente com as falas ouvidas, procurando evitar vieses.

As entrevistas ocorreram nas comunidades selecionadas, em horário de temperatura amena, de preferência na casa ou quintal dos participantes, em local onde o/a participante se sentia confortável e gerasse um ambiente de tranquilidade e confiança para a realização do diálogo. As entrevistas foram semiabertas, com perguntas-chave como eixo norteador, porém passíveis de modificações e improvisos (de ordem e conteúdo) a depender dos participantes e condições locais. As perguntas-chave, em caráter inicial, seguem no quadro abaixo. Adiante comento adaptações feitas nesse roteiro.

Quadro 3: Perguntas-chave para entrevistas nas comunidades.

Perguntas orientadoras	
1.	Você nasceu aqui?
2.	Há quanto tempo mora aqui?
3.	Sabe como sua família veio parar aqui? De onde vieram?
4.	Como era chamada essa comunidade e região?
5.	Como foi a sua infância aqui? Muita coisa mudou de lá para cá ou não?
6.	Você já comeu cumbaru? Quando comeu pela primeira vez? Quantos anos você tinha?
7.	Quais partes você comia?
8.	Como você quebrava o Cumbaru?
9.	Como você comia, torrava, comia cru?
10.	Onde comia? Debaixo da árvore? Em casa? Se não comia, fazia outros usos do Cumbaru?
11.	Você guardava o Cumbaru? Como?
12.	Onde você catava o cumbaru? São os mesmos lugares? Você ainda cata?
13.	Quais materiais você usava para coletar? Sacola? Balde?
14.	Quando você ia catar ficava em contato com animais?
15.	Você saía sozinho ou em grupo para catar cumbaru?
16.	Havia brincadeiras em torno do Cumbaru?

17.	Havia Histórias sobre o Cumbaru? sua mãe ou seu pai falavam sobre?
18.	Como surgiu o Cumbaru? Você conhece histórias sobre o cumbaru, rezas ou cantos?
19.	Seus filhos comem cumbaru?
20.	Que gosto tem o Cumbaru para você?
21.	Você gosta de comer Cumbaru?
22.	Cumbaru faz bem/mal pra quê?
23.	Você já plantou pé de cumbaru? Alguém te ensinou a plantar?
24.	Qual pé de cumbaru mais perto aqui?
25.	Alguém da sua família cata cumbaru? Quem cata?
26.	Existe mais de um tipo de cumbaru? Quais você conhece?
27.	O que você faz com cumbaru? Quais subprodutos?
28.	O cumbaru é comido em alguma festa?
29.	Você sabe do que é feito? Quais são suas partes? qual a textura das partes, isso traz alguma memória?
30.	Você tem alguma memória, ou lembra de alguma história (mostrar Cumbaru)?

Fonte: Autoria própria.

As perguntas foram pensadas, buscando responder à questão geral “Como o Cumbaru figura na memória dessas pessoas?”. A fim de compreender as nuances do Cumbaru no contexto territorial Morroquiano, a memória de consumo desse fruto, a sua relação com a territorialidade e identidade, as práticas associadas e ainda o valor/papel simbólico do Cumbaru para essas comunidades. Afinal, seria ele um marcador cultural?

Inicialmente, os temas pensados para a pesquisa foram: origem, chegada ao território e percepção da paisagem; Morraria e território; memórias e histórias sobre o fruto, práticas de manejo, coleta e consumo do Cumbaru. Sendo os temas citados trabalhados de modo combinado e vivo, sempre que apropriado, buscando as percepções sobre memória de vivência com a espécie Cumbaru, com objetivo de traçar a trajetória dos saberes e as referências socioculturais expostas na memória dos/as entrevistados/as, a exemplo do estudo de Juliana Assis (2022).

2.5.3 Registros e memórias

Refletindo sobre a vida dessas comunidades Morroquianas, e como o conhecimento é repassado, principalmente de modo familiar e oral, aponto para um paralelo com a vivência que Conceição Evaristo relata em entrevistas (2021):

Eu não nasci rodeada de livros, eu nasci rodeada de palavras. Meu contato foi com a literatura oral, com a contação de histórias, com a fabulação do dia a dia, as coisas que aconteciam e poderiam virar história porque sempre uma pessoa conta de uma maneira, outra pessoa conta de outra

A influência que essa experiência teve em sua vida, no sentido de registrar a partir da escrita, e ainda o espaço que deu a importância às memórias de sua família, a qual a levou à reflexão de se perguntar e questionar (EVARISTO, 2021) “Que memória é celebrada? Quem tem direito à memória? E eu acho que essas histórias trazem outros tipos de celebração, elas trazem outros tipos de memória”.

“A história não é história, são histórias”, diz a autora. Ora, se considerada a diversidade que existe dentre os Povos e Comunidades Tradicionais, esta afirmação cresce em potência.

é muito bom também porque são pensamentos, é uma episteme nascida de experiência negra. [...] Assim como a experiência branca nos orientou em muita coisa, eu acho que a experiência negra, a experiência indígena, a experiência das mulheres, ou a experiência das pessoas que por A ou por B sofrem processos de exclusão e essa experiência se transforma em material de pensar o mundo, de pensar a vida, é muito bom, necessário e justo que sejam valorizadas como locais de conhecimento (EVARISTO, 2021, s.p.)

A construção de conhecimento e cultura acontece de forma dinâmica e não linear, neste sentido pensar nesses conhecimentos, é segundo Leda Maria Martins (2021, p. 159) pensar que “... as tradições culturais, orais e escritas, não se constituem como um lugar-depósito periodicamente revisitado pelos sujeitos, mas, sim, como sistemas formais de organização, repertório, sim, mas de signos em processos operantes de recomposição diversificada, engendrados pelas culturas e seus sujeitos” e ainda pensar que a memória é elemento chave para construção e movimento desse conhecimento (2021, p.16):

No movimento curvo da memória, nosso tempo-tambor gira para trás e simultaneamente para frente, na cadência das espirais que enovelam e inspiram o presente. Volver o olhar para o antes é vira-lo também para o

depois, e para os agoras. Assim ainda catamos, assim sarávamos, assim dançamos e batucamos com a força de Nzambi, que nos alumia...

Deste modo, eu parto da ideia de que as memórias dos povos da Morraria merecem ser celebradas e registradas, atenta ao fato de que são registros de narrativas comunitárias, e que o que foi registrado está em constante mudança e fluência. Escrevo da perspectiva de uma mulher negra que vive em contexto urbano e trabalha com Povos e Comunidades Tradicionais, mas que é constantemente afetada por esse encontro e momento de partilha com as comunidades.

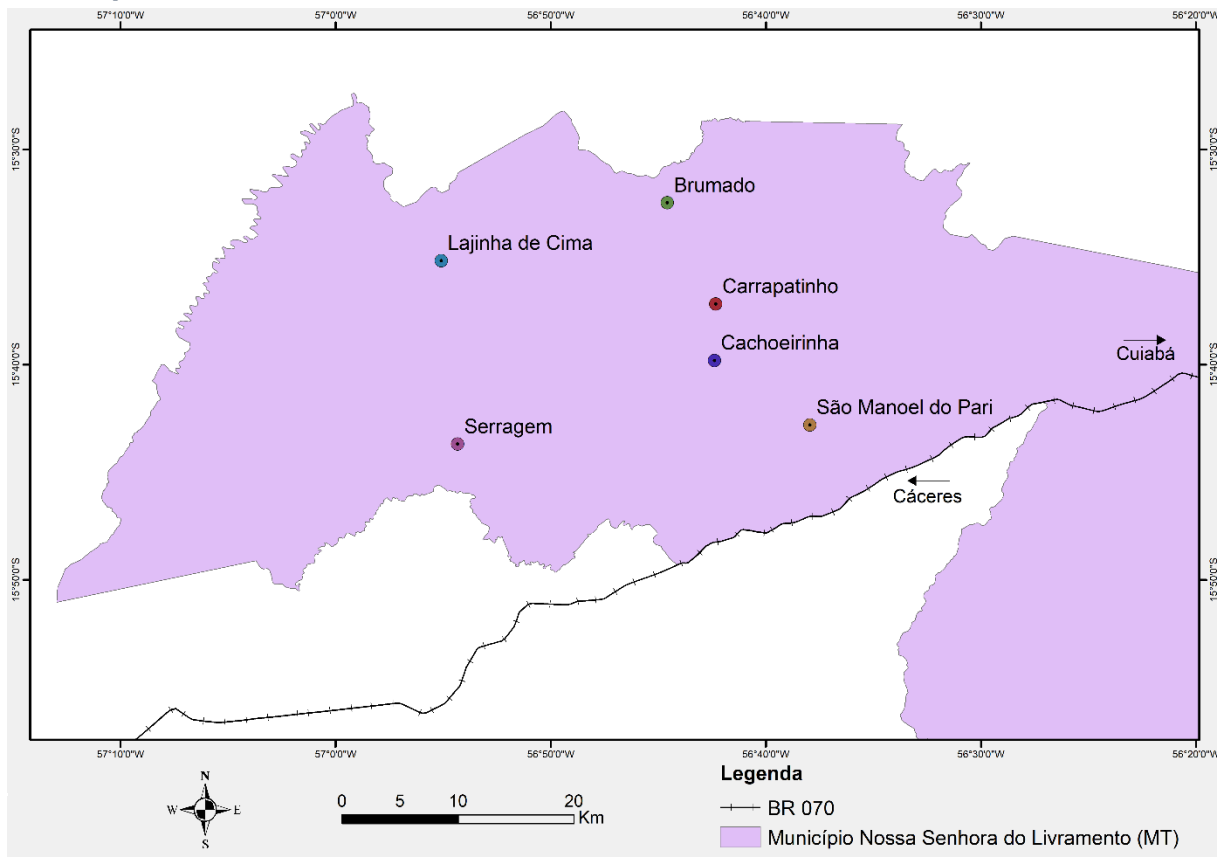
Assim, as Estratégias Sensíveis conceituadas por Muniz Sodré (2016, p. 10) como uma possibilidade de jogo que vincula os “atos discursivos às relações de localização e afetação dos sujeitos no interior da linguagem” circundam essa pesquisa, ou seja, as entrevistas e encontros com as lideranças entrevistadas, acontecem a partir da interação entre quem eles são e quem sou, para além do compartilhamento de histórias e memórias, mas reconhecendo as subjetividades presentes nessa troca.

Os instrumentos a serem utilizados nesse exercício de registro foram: diário de campo, onde todas as observações de ida às comunidades foram escritas e ou gravadas a partir de áudios próprios, incluindo a descrição de paisagens, conversas, sentimentos, e tudo que pudesse se agregar aos resultados desta pesquisa; Fotografias e vídeos de paisagens, pessoas, trajetos, fauna e flora; e gravação e transcrição das entrevistas também contribuem para o *corpus* de textos e imagens produzidos pela pesquisa.

2.6 Campo estendido na prática: catação do Cumbaru

Essa afetação do encontro
é potência
tem algo de muito forte
na confiança
no ouvir
memórias
ler na expressão
os lampejos já vividos
aquela risada
da lembrança engraçada.

Figura 4: Mapa de comunidades visitadas durante o período do campo, no município de Nossa Senhora do Livramento.



Fonte: Autoria própria.

A ida às comunidades variou de acordo com a disponibilidade dos/as entrevistados/as, mas ocorreu na maioria das vezes aos finais de semana (buscando não atrapalhar a rotina dessas pessoas), nos meses de junho e agosto. Todas as entrevistas e agendamentos foram realizadas com apoio de liderança local da comunidade de Brumado, que por fazer parte do sindicato de trabalhadores e apoiar no processo de aposentadoria rural dos moradores e regularização de algumas comunidades para modalidade de assentamento tradicional⁹ (em meados de 2003), tem vasto conhecimento sobre as comunidades e ótima relação com seus moradores.

⁹ Não encontrei uma definição para “Assentamento Tradicional” segundo site do órgão estadual de terras de Mato Grosso – INTERMAT, mas segundo listagem geral de assentamentos do INCRA (fonte: [Assentamentos - Relação de Projetos — Incra](#)) as comunidades em questão seriam projetos de assentamento estaduais. Ainda, buscando conceituar o termo encontrado em documento oficial da INTERMAT de “Modalidade Projeto de Assentamento Rurais Tradicional” (fonte: [38a297c1-33eb-7900-](#)

Para chegar na região da Morraria, saindo de Cuiabá, a média de tempo era de aproximadamente 2 horas, sendo metade do percurso via BR 070 e a outra metade em estradas de terra. O tempo de percurso entre as comunidades normalmente sempre era de no mínimo 30 minutos, demonstrando que as comunidades são grandes em extensão e as casas não se encontram próximas umas das outras.

Figura 5: Encruzilhada na região da Morraria, seguindo pelo lado esquerdo direção da Comunidade Serragem, e seguindo caminho direito direção da Comunidade Brumado.



Fonte: Autoria própria.

O meio de transporte ocorreu através de aluguel de carros, sempre que possível convidava um amigo próximo e de confiança para me acompanhar nas visitas, mas em algumas não foi possível e realizei o percurso sozinha. A intenção era de realizar visitas de campo de um dia, mas em algumas ocasiões estendia a permanência e dormia na casa de algum/a morador/a local.

[aa20-96587c2f9577](#)), e relacionando com Nota técnica da PUC-RIO sobre “Assentamentos ambientalmente diferenciados: conciliação entre reforma agrária e proteção do meio ambiente” (Fonte: [*Nota técnica assentamentos ambientalmente diferenciados final.docx](#)) e aos diferentes tipos de assentamentos descritos pelo INCRA está modalidade se assemelharia a modalidade diferenciada de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) que tem como uma das características “Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc).” (Fonte: [Assentamentos — Incra](#)).

A região da Morraria analisada na pesquisa, se encontra do lado direito da BR 070 no sentido de Cuiabá para Cáceres (Figura 5), alguns quilômetros após a entrada da via que leva ao município de Poconé. Ao entrar na parte do trajeto de estrada de terra, não existe mais sinal de internet, então uma referência eram localizações via Google Maps que eram enviadas e baixadas com antecedência, no entanto houve ocasiões em que a localização estava com alguns metros de erro e precisava pedir apoio aos moradores/as, que muitas vezes não eram fáceis de localizar, e mesmo com ajuda tive dificuldades e me perdi algumas vezes.

As estradas de terra da Morraria são numerosas e variadas em formato e direção, além de possuírem diversas encruzilhadas, que muitas vezes não possuem placas e quando existem, não são padronizadas ou indicam o caminho de todas as comunidades existentes, muitas vezes as indicações são para sítios ou igrejas (por exemplo, Comunidade Cristã Batista - CCB) que se localizam nas comunidades.

Figura 6: Encruzilhada a caminho da Comunidade Laginha de Cima, com diversas placas de diferentes indicações, tamanhos e formatos.



Fonte: Autoria própria.

Como algumas vezes fui ao campo sozinha comecei a fazer gravações de áudio descritivas sobre o campo, tentando descrever o trajeto, interações, paisagem, pessoas e experiências, buscando não perder qualquer registro de campo.

Durante os trajetos, passava por diversas pontes e diferentes rios, os quais não possuíam identificação ou sinalização. Em alguns momentos era possível ver uma serra ao longe, que imaginava ser a Morraria, ela surgia e sumia no horizonte constantemente, e isso ocorria com maior ou menor frequência dependendo de para qual comunidade estava indo (nos trajetos para comunidades de Brumado e Laginha de Cima a serra aparecia mais).

Existem várias estradas de terra na Morraria, muitas delas se interligam, e para chegar em algumas comunidades existe mais de um caminho, alguns estão em boa conservação e outros não - como no caso da comunidade Brumado que tem uma estrada por cima que estava boa e uma por baixo que “estava difícil de passar” -, outras comunidades que visitei em ocasiões de trabalho, apoio a colegas que faziam pesquisa ou festas na comunidade, como Buriti do Atalho, Cumbaru, Faval e Paratudal também possuem mais de uma estrada de acesso, assim parece haver uma rede de estradas diversas entre as comunidades visitadas e as comunidades da região da Morraria.

Durante os percursos visualizei diversos animais vivos e mortos, e como citado acima fui a campo outras vezes além da pesquisa, nessas ocasiões quando falava informalmente sobre o tema da pesquisa aos moradores locais, todos/as que comentavam que não comiam Cumbaru porque dava ferida, e houve relatos de proibição do consumo por mulheres porque deixava as mesmas “assanhadas”.

Quadro 4: Cronograma de visitas realizadas para entrevistas nas comunidades da Morraria no ano de 2024.

Data	Nome da Comunidade	Nome dos entrevistados	Idade¹⁰	Tempo de Duração
01/06/24	Serragem	Dona Maria Valeria	53	24'45"
08/06/24	São Manoel do Pari	Dona Miguelina e Dona Helena	60 e 75	36'46"
09/06/24	Laginha de Cima	Seu Arnaldo	80	42'39"
09/06/24	Laginha de Cima	Seu Crispim e Dona Norma	77 e 67	37'13"
17/08/24	Carrapatinho	Seu Rafael	84	24'41"
17/08/24	Carrapatinho	Dona Adriana	40	27'04"
17/08/24	Cachoeirinha	Raízes do Cerrado Greicy, Rosa, Estela	51, 67 e 64	17'41"
17/08/24	Laginha de Cima	Seu Catiti	86	33'20"

Fonte: Autoria própria.

¹⁰ Idade dos entrevistados/as no ano da entrevista.

As entrevistas foram combinadas normalmente com uma pessoa, mas várias ocorreram em conjunto com familiares, como maridos, esposas, irmãs, filhos/as e algumas vezes em grupo, como no caso da associação Raízes do Cerrado. Neste formato conjunto, os participantes se mostraram mais confortáveis com a situação e deu um caráter mais descontraído (Quadro 4).

As entrevistas foram sendo adaptadas de acordo com a situação, novas informações, contexto e número de pessoas, neste sentido se fez necessário retirar algumas perguntas e adicionar outras (como é possível observar no Quadro 5). Também houve uma adaptação da linguagem uma vez que todos/as entrevistados se referiam ao fruto enquanto “Cumbaru” por isso houve uma substituição de nomenclatura, e em algumas entrevistas adicionei perguntas específicas devido ao histórico e contexto da pessoa entrevistada.

Muitas vezes as respostas misturavam temas, o que gerava um caráter vivo e orgânico a cada entrevista, sendo necessário atenção para não perder o fio lógico do objetivo das entrevistas além de um alto senso de improviso, uma vez que em muitas ocasiões as perguntas saíam da ordem planejada.

Quadro 5: Perguntas adaptadas (em verde as novas perguntas) e divididas por temas.

Temas	Perguntas orientadoras
Origem e Chegada ao território	Você nasceu aqui? Seus pais nasceram aqui?
	Qual a sua idade? Quantos anos seus pais, avós têm/tinham quando faleceram?
	Há quanto tempo mora aqui?
	Sabe como sua família veio parar aqui? De onde vieram?
Morraria e Território	Como era chamada essa comunidade e região?
	Quando você chegou aqui essa comunidade já existia?
	Essa região já se chamava Morraria?
	Como se chama essa Serra que está aqui próxima?
	O que você acha que tem a cara dessa comunidade? O que você sente falta quando sai daqui?
Percepção da Paisagem	Como foi a sua infância aqui? Muita coisa mudou de lá para cá ou não?
	Como era essa comunidade e região antigamente? O que mudou?

Memórias e histórias sobre o fruto	Você já comeu Cumbaru? Quando comeu pela primeira vez? Quantos anos você tinha?
	Quais partes você comia?
	Como você quebrava o Cumbaru?
	Como você comia, torrava, comia cru?
	Onde comia? Debaixo da árvore? Em casa? Se não comia, fazia outros usos do Cumbaru?
	Você guardava o Cumbaru? Como?
	Onde você catava o Cumbaru? São os mesmos lugares? Você ainda cata?
	Quais materiais você usava para coletar? Sacola? Balde?
	Quando você ia catar ficava em contato com animais?
	Você saía sozinho ou em grupo para catar Cumbaru?
	Havia brincadeiras em torno do Cumbaru?
	Havia Histórias sobre o Cumbaru? Sua mãe ou seu pai falavam sobre?
	Cumbaru faz bem/mal pra quê?
	Você tem alguma memória, ou lembra de alguma história?
Práticas de manejo, coleta e consumo Cumbaru	Seus filhos comem Cumbaru?
	Que gosto tem o Cumbaru para você?
	Você gosta de comer Cumbaru?
	Você já plantou pé de Cumbaru? Alguém te ensinou a plantar?
	Qual pé de Cumbaru mais perto aqui?
	Alguém da sua família cata Cumbaru? Quem cata?
	O que você faz com Cumbaru? Quais subprodutos?
	O Cumbaru é comido em alguma festa?

Fonte: Autoria própria.

Para atender às exigências do Comitê de Ética em Pesquisa, houve momentos adicionais de visita de campo em 2025 (Quadro 4), para recolher novas assinaturas e gravações de autorizações com os entrevistados, sendo elas: a) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido atualizado; b) Termo de Autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa e c) Aceite Institucional junto às associações das comunidades que tiveram participantes entrevistados. Esses documentos se encontram em apêndices deste estudo. No caso do aceite institucional na entrevista adicional realizada com Seu Simão e Dona Rosa da Comunidade

Brumado, o Aceite foi assinado pela associação de Paratudal, comunidade vizinha de Brumado, tendo o rio Brumado como fronteira, na qual os dois são associados.

Neste processo, aproveitei e levei os resultados parciais das entrevistas que já haviam sido feitas, suas respectivas fotografias impressas, e realizei uma nova entrevista com Seu Simão e a Dona Rosa que são dois moradores e lideranças locais da Comunidade de Brumado e foram meus mentores e guias de campo, apoiando nas articulações e mapeamento das comunidades, com as quais mantive contatos periódicos durante todo o período da pesquisa.

Ao visitar as famílias tive a triste notícia de que algumas pessoas que haviam sido entrevistadas ou acompanharam e contribuíram nas entrevistas haviam falecido, nesse sentido também averigui com as famílias se todos estavam de acordo em manter os dados coletados dos falecidos como forma de homenagem.

No intuito de levar resultados prévios nessa nova ida a campo, realizei um processo de pré-análise de todas as entrevistas realizadas, e sistematizei os principais resultados por temática. Em campo os resultados foram apresentados em tarjetas coloridas com palavras-chave e imagens simbólicas, no intuito de evitar o uso de recursos digitais, e tornar os resultados o mais palpáveis e físicos possíveis.

A cada pessoa visitada houve uma reação diferente, alguns concordaram com tudo sem complementação e outros foram complementando com informações que não haviam sido ditas anteriormente, todas as informações adicionais foram anotadas em diário de campo. Após um longo período sem ir às comunidades, essa visita se

Figura 7: Apresentação de resultado parcial das entrevistas, a partir da sistematização em tarjetas com palavras-chave e desenhos, para a Dona Adriana, liderança da Comunidade Carrapatinho.



Fonte: Autoria própria.

mostrou como um momento de validação e complementação dos resultados, além de manutenção de vínculo com as lideranças entrevistadas.

Quadro 6: Cronograma de visitas realizadas nas comunidades da Morraria para autorizações, entrevistas e apresentação resultados prévios no ano de 2025.

Data	Nome da Comunidade	Nome dos entrevistados	Idade ¹¹	Atividade Realizada
14/06/25	Laginha de Cima	Seu Arnaldo	80	Mostrar resultados e novas autorizações
14/06/25	Cachoeirinha	Dona Greicy	51	Mostrar Resultados, novas autorizações e entregar fotos
14/06/25	Carrapatinho	Dona Adriana	40	Mostrar Resultados, novas autorizações, assinatura termo de aceite e entregar fotos
19/06/25	Carrapatinho	Seu Rafael	84	Mostrar Resultados, novas autorizações e entregar fotos
19/06/25	Cachoeirinha	Dona Estela	64	Mostrar resultados e novas autorizações
19/06/25	Laginha de Cima	Dona Hosana		Assinatura Termo de Aceite
19/06/25	Laginha de Cima	Seu Crispim	77	Mostrar resultados e novas autorizações
19/06/25	Laginha de Cima	Seu Catiti	86	Mostrar Resultados, novas autorizações e entregar fotos
19/06/25	Paratudal	Dona Tamila		Assinatura Termo de Aceite
20/06/25	Brumado	Seu Simao e Dona Rosa		Mostrar resultados, entrevista de 83 minutos, e autorizações
20/06/25	São Manoel do Pari	Dona Miguelina	60	Mostrar Resultados, novas autorizações e assinatura termo de aceite
20/06/25	São Manoel do Pari	Dona Helena	75	Mostrar resultados e novas autorizações

¹¹ Idade dos entrevistados/as referentes ao ano de 2024.

22/06/25	Serragem	Maria Valeria	53	Mostrar resultados e novas autorizações
22/06/25	Serragem	Seu Jezuino		Assinatura Termo de Aceite

Fonte: Aatoria própria.

Ao final, foram 8 dias de campo, junto a 6 comunidades com moradores entrevistados/as, 14 pessoas participantes, mais familiares agregados que muitas vezes acompanhavam as entrevistas e adicionavam um comentário ou outro, 9 entrevistas que muitas vezes aconteceram em grupo, se tornando mais uma roda de conversa, e aproximadamente 5,43 horas de conversas gravadas e degravadas.

As entrevistas foram degravadas, depois tabuladas e divididas por minutagem e temáticas, que estão detalhadas no capítulo abaixo. A tabulação tinha como objetivo identificar as principais falas dos/as entrevistados/as relacionadas aos temas e com isso realizar as análises finais. As comunidades foram escolhidas a partir da análise e indicações de lideranças locais, a intenção era escolher pelas pessoas mais velhas, e/ou com os moradores mais antigos na comunidade.

Gostaria de destacar, alguns fatores que acredito, contribuíram para a realização do campo durante a pesquisa, inicialmente havia planejado a visita apenas a 3 comunidades da região, mas devido ao caloroso **apadrinhamento comunitário** que recebi, por parte do Seu Simão e Dona Rosa, consegui visitar 5 comunidades. Interpreto que devido à sensação de confiança que chegar com alguém conhecido gera nos entrevistados, além do alto grau de articulação entre os moradores/as das comunidades, conhecimento relacionados à logística (caminhos e estradas da Morraria), conhecimento de história da região e de seus moradores/as. Se tivesse mais tempo de campo e pesquisa acredito que poderia ainda ter visitado mais comunidades e aumentado meu número de entrevistas e dados coletados.

Ainda sobre a efetividade do campo, **a comunicação e visitas frequentes**, junto às comunidades foram muito importantes para ganhar confiança e reconhecimento das lideranças. A busca por dar um **retorno concreto** após as entrevistas também contribuiu para uma boa interação, entregar as fotos impressas, enviá-las por

Whatsapp, e no retorno levar os resultados preliminares em papel, me parece trouxeram uma sensação de compromisso com as comunidades. Por fim um outro fator importante foi a completa **adaptabilidade** e **flexibilidade** tanto para as idas a campo, como agendamento e ponto de encontro quanto para o formato e local de realização das entrevistas.

2.6.1 Comunidade Serragem

A Comunidade Serragem foi uma das mais isoladas em termos de distâncias das outras comunidades visitadas para entrevista. Atualmente, os moradores possuem uma brigada de incêndios comunitária chamada “Brigada Vicente de Moraes”.

A liderança entrevistada nessa comunidade, foi a Dona Maria

Valeria, que é presidente da Cooperativa de Agricultores/as Familiares de Nossa Senhora do Livramento - MT (COPERNOSSASENHORA). Engajada na região, possui bastante conhecimento relacionado ao histórico de desenvolvimento das comunidades e entrada do segmento de Morroquianos na lei que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Lei 6.040/2007.

Figura 8: Dona Rosa durante o treinamento de brigadistas voluntários da Brigada de incêndio Vicente de Moraes da Comunidade de Serragem - MT.



Fonte: Autoria própria.

Figura 9: Dona Maria Valeria, liderança da Comunidade Serragem, em frente a um pé de cumbaru localizado na Comunidade Serragem - MT.



Fonte: Autoria própria.

A comunidade se encontra a uma distância mais próxima da denominada Serra das Araras, e vizinha da Comunidade Cumbaru (a qual possui essa nomenclatura devido à elevada densidade de espécies de Cumbaru no local). Segundo a EMPAER, (2015) a comunidade possui um total de 20 famílias, sendo que seus subsistemas são qualificados

principalmente pelas atividades de produção de mandioca, hortaliças, gado de leite, entre outros subsistemas complementares como a banana, abacaxi e outras frutas (GARBIN *et al.*, 2006).

Segundo Laranja *et. al* (2020), em 2020 as famílias se dedicaram a produção de legumes e verduras no intuito de participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, havia problemas voltados à falta de independência por parte de insumos externos e o alcance de uma produção equilibrada.

Neste sentido, em 2019 as famílias participaram de projeto sobre Sistemas Agroflorestais (SAFs) junto à UFMT, tendo destaque a participação efetiva da associação agricultores locais e protagonismo das mulheres do grupo, promovendo assim avanços no processo de manutenção do conhecimento tradicional da comunidade (LARANJA, *et al.*, 2020).

2.6.2 Comunidade São Manoel do Pari

A Comunidade de São Manoel do Pari é a que fica mais próxima da BR 070, considerada e autodeclarada como comunidade tradicional, e conhecida pela sua produção de redes cuiabanas - uma arte de origem indígena confeccionada por uma complexa trama de fios – (CAMPOS, 2024) e por manter a tradição de festas de romarias com apresentações de cururu e siriri¹².

Figura 10: Dona Miguelina a esquerda e Dona Helena a direita, lideranças locais da Comunidade São Manoel do Pari - MT.



As pessoas entrevistadas nessa comunidade foram Dona Miguelina liderança local ligada ao sindicato dos trabalhadores, e sua irmã Dona Helena também liderança local, com contribuições pontuais de seu companheiro Seu Nilo, nascido na comunidade e liderança. A entrevista aconteceu em formato de roda de conversa após a reunião de casais sobre estudos religiosos que acontece periodicamente na comunidade há mais de 15 anos, e conta com a participação de moradores locais e de outras comunidades.

A associação dos agricultores e agricultoras familiares das comunidades Aguaçu, Monjolo e São Manoel do Pari está ativa desde 1998, tendo diversas parcerias com diferentes instituições, implementando uma gama de atividades envolvendo

¹² Segundo Cascudo, (2001, p. 639 *apud* Osorio, 2012, p. 237): “O cururu é descrito por Luís da Câmara Cascudo como uma manifestação encontrada nos estados de Goiás, São Paulo e Mato Grosso; uma dança de caráter religioso, provavelmente de origem ameríndia e introduzida nas festas cristãs pelos missionários jesuítas. Os instrumentos musicais utilizados são viola de cocho e ganzá, tocados por homens que improvisam toadas em tons de desafio. O siriri é descrito como uma dança circunscrita à região mato-grossense, e é dançada aos pares, em roda e fileiras, ao som de reco-reco, viola de cocho e tambor”.

agroecologia, extrativismo e cadeias produtivas de valor socioambiental na região, incluindo a implementação de uma agroindústria, (ISPN, 2023, 2024; MOURA, 2021).

São Manoel do Pari, hoje comunidade tradicional camponesa, no passado era a sesmaria Parý-Aguassú formada por um conjunto de unidades produtivas familiares.

Figura 11: Seu Nilo a esquerda, liderança local da Comunidade São Manoel do Pari, durante a reunião de casais que ocorria na comunidade.



Fonte: Autoria própria.

Área ocupada há várias gerações, como explicitado na citação de liderança local descrita abaixo (CABRAL. C.; CAETANO, E. 2020, p.135):

moram já na região uns duzentos anos. Por exemplo, pessoa nova que já conhecemo morreu com cem ano, ele nasceu já aqui. Os pais dele, os vô dele, que morreu com cem anos, era daqui, era deles aqui (Seu Nilo, Comunidade São Manoel do Pari, informação verbal *apud* CABRAL; CAETANO, 2020).

Ainda sobre a Comunidade, Cabral e Caetano (2020) afirmam que o longo período de moradia das famílias foi fundante para a construção do conhecimento da natureza neste espaço, o qual é passado de forma geracional e de modo adaptado aos objetivos e especificidades espaço-temporais.

2.6.3 Comunidade Laginha de Cima

A Comunidade Laginha de Cima foi dentre as comunidades visitadas, a com maior número de moradores, e a mais próxima da Serra das Araras, sendo inclusive alguns moradores que foram entrevistados moradores do “pé da serra”, ou seja, é uma das comunidades mais distantes da BR 070.

Nos campos iniciais, quando ainda não havia concretizado o tema da minha pesquisa, essa comunidade foi uma das primeiras que visitei, em apoio ao campo de uma colega mestranda na época.

Nessa ocasião fiquei impactada pela proximidade com a Serra, além de ter sido uma das primeiras comunidades que pude observar localmente uma das manifestações culturais mais populares de Mato Grosso, dois senhores cantando e tocando Cururu com viola de cocho e ganzá.

Segundo relatório do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), sobre projetos de assentamento do estado, publicado em 2022, a Comunidade Laginha de Cima é considerada um assentamento tradicional, com uma área de 1.467,05 hectares e 106 famílias homologadas. De acordo com seu Simão, liderança comunitária da Morraria e meu guia de campo, essa comunidade seria uma das mais antigas da região.

Quatro pessoas foram entrevistadas nessa comunidade, incluindo de forma extra contribuições pontuais de seus familiares que estavam juntos na hora da entrevista. Seu Arnaldo conhecido por ser um forte benzedor e liderança local, morador do pé a Serra das Araras, Seu Crispim e Dona Norma lideranças locais, sendo seu Crispim irmão do Seu Arnaldo, e Seu Catiti a pessoa mais velha entre os entrevistados e uma das lideranças mais velhas e respeitadas da comunidade.

Figura 12: Seu Arnaldo, liderança local e benzedor da Comunidade Laginha de Cima, morador ao pé da Serra das Araras.



Fonte: Autoria própria.

Figura 14: Seu Catiti, Dona Aguida e família, moradores e lideranças da Comunidade Laginha de Cima.



Fonte: Autoria própria.

Figura 13: Seu Crispim, liderança local da Comunidade Laginha de Cima, e irmão do Seu Arnaldo.



Fonte: Autoria própria.

2.6.4 Comunidade Cachoeirinha

Figura 15: Dona Norma, liderança local da Comunidade Laginha de Cima, esposa do Seu Crispim.



Fonte: Autoria própria.

A Comunidade Cachoeirinha foi uma das comunidades que nas visitas prévias de campo eu acreditava que não ia entrevistar ninguém, pois haviam me informado que houve estudos com os moradores e eles não estavam tão abertos a participar de novas pesquisas. Mas graças a articulação e boa reputação do Seu Simão foi possível entrevistar moradoras participantes do grupo Raízes do Cerrado.

A origem do Grupo de Mulheres Camponesas Raízes do Cerrado, se deu em 2017, e teve como motor inicial diálogos e trocas que ocorreram na turma de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos/as (EJA) na sala anexa da Comunidade Cachoeirinha. O grupo conta com a participação de cinco

comunidades tradicionais da região da Morraria¹³ e 33 mulheres: 7 de Cachoeirinha, 3 do Carrapatinho, 11 do Buriti do Atalho, 2 do Chico Leite, e 10 do Buriti Grande. O Grupo ao longo dos anos recebeu diversos apoios de instituições como Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável (GIAS) e a paróquia (CAMPOS, 2024).

O barracão da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Cachoeirinha e Buriti do Atalho, foi criado em 1995, englobando inicialmente as comunidades de Carrapatinho e Chico Leite. Apesar da longa criação, a associação e seu barracão estavam em más condições, com a criação, mobilização e organização das mulheres foi possível sua reativação e melhorias locais (CAMPOS, 2024).

Inicialmente os encontros do Grupo de Mulheres Camponesas Raízes do Cerrado ocorria na Comunidade Cachoeirinha, mas devido à distância e problemas logísticos as mulheres foram se auto-organizando em outros grupos como extensões do grupo inicial. Neste sentido, as mulheres das comunidades da Cachoeirinha e Chico Leite permaneceram com o nome Raízes do Cerrado, a Comunidade Carrapatinho criou o grupo Força do Cerrado, a Comunidade Buriti Grande criou o grupo Frutos do Cerrado, e na Comunidade Buriti do Atalho foi criado o grupo Amigas do Cerrado. A

Figura 16: Seu Rufino beneficiando o cumbaru (retiro da casca do cumbaru torrado) na Comunidade de Cachoeirinha.



Fonte: Autoria própria.

¹³ Segundo Campos (2024) a região da Morraria (em sua maioria composta por cerrado) foi nomeada tradicionalmente pela população desta forma devido a ocorrência de muitos morros, já a região com predominância do bioma pantanal ficou popular como baixo pantanal, e a divisão de ambas seria o Rio Bento Gomes.

Comunidade Paratudal também está se organizando para a criação de um grupo de mulheres chamado Flores do Cerrado (CAMPOS, 2024).

Figura 17: Mulheres integrantes do grupo de Mulheres Raízes do Cerrado da Comunidade de Cachoeirinha.



Fonte: Autoria própria.

O Grupo Raízes do Cerrado é formado por mulheres das comunidades Cachoeirinha e Chico Leite, sendo sua principal atividade o crochê e o extrativismo do Cumbaru e produção de seus derivados. O grupo Força do Cerrado é formado por mulheres das comunidades Buriti Grande e Brumado, se reúnem semanalmente e tem como principal atividade trabalhos com crochê. E o grupo Frutos

do Cerrado, constituído por mulheres da Comunidade Carrapatinho tem como sua principal atividade a produção de bombom de Cumbaru e rapadura de cana-de-açúcar com coco babaçu. Antes da criação dos grupos em separado as mulheres se reuniram e decidiram por manter o nome Grupo de Mulheres Camponesas Raízes do Cerrado para se referir a todos os grupos já citados e seu funcionamento seria como um grupo-mãe, ou associação dos outros grupos (CAMPOS, 2024).

A origem da história das comunidades de Cachoeirinha, Carrapatinho, Buriti do Atalho, Buriti Grande e Chico leite são similares, e se inicia por volta do século XX, segundo Campos (2024) Seu Edefônio junto à família decidiu cruzar o rio que corria próximo à sua propriedade e conhecer o lado oposto, influenciando outras famílias que cruzaram o córrego Brumado em busca de construção de novas moradias, obtendo pedaços de terra que na época eram de propriedade de um senhor conhecido como Jejê.

Ao passar do tempo foram se formando pequenos povoados que depois foram nomeados de comunidades, e conseqüentemente foram se ampliando territorialmente originando novos povoados e assim por diante. Essa movimentação aconteceu há muitos anos segundo relatos de Dona Rosa da Comunidade de Cachoeirinha (em 03/08/2023), na época de seus pais e avós, quando a terra era coletiva “a terra era de várias pessoas, nós chamamos de Seis Maria, que é uma área assim chamada que é um taião grande, eu conto verdadeiramente porque eu acompanhei” (CAMPOS, 2024).

Três mulheres foram entrevistadas no barracão da associação da comunidade, durante um dia de produção dos produtos derivados do Cumbaru. Dona Greicy, Dona Rosa e Dona Estela, todas moradoras da Comunidade Cachoeirinha e integrantes do Grupo de Mulheres Raízes do Cerrado. O grupo tem como objetivo estudo, geração e acesso ao aumento da renda de modo sustentável e condizente com práticas agroecológicas, além de funcionar como espaço de acolhimento, cuidado, proteção e superação de violências (CAMPOS, 2024). A entrevista foi realizada em formato de roda com as três mulheres simultaneamente, pois assim se mostraram mais dispostas e confortáveis ao diálogo.

2.6.5 Comunidade Carrapatinho

Segundo relatório do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) sobre projetos de assentamento do estado, publicado em 2022, a Comunidade Carrapatinho é considerada um assentamento tradicional, com uma área de 1.805,112 hectares e 53 famílias homologadas. Segundo Campos (2024) Carrapatinho é considerada uma

Figura 18: Produtos derivados de Cumbaru produzido pelo grupo Raízes do Cerrado, na Comunidade de Cachoeirinha.



Fonte: Autoria própria.

comunidade tradicional de população negra que fazia uso coletivo da terra, por isso também pode ser considerada um quilombo.

Foram entrevistados dois moradores, Seu Rafael tocador e construtor de viola de chocho, e a segunda pessoa mais velha entrevistada, e Dona Adriana, educadora, liderança local, presidente da associação da Comunidade Carrapatinho e uma das fundadoras do Grupo de Mulheres Camponesas Raízes do Cerrado, que realiza atividades voltadas ao extrativismo, beneficiamento e venda de Cumbaru e seus derivados.

A Comunidade Carrapatinho, possui forte relação com a Comunidade de Cachoeirinha e Limoeiro. As comunidades Carrapatinho e Cachoeirinha, possuem cenário e perfis socioeconômicos parecidos, a principal fonte de renda é a agricultura em pequena escala, de caráter familiar, tendo criações, plantações e produções em quantidade e diversidade. Em complementação à renda, as mulheres realizam o extrativismo do Cumbaru, e artesanatos de crochê e redes. Algumas famílias possuem renda de aposentadoria do trabalho rural realizado em fazendas da região, do serviço público e da comercialização de excedentes da plantação (CAMPOS, 2024).

Figura 20: Seu Rafael, tocador e construtor de Viola de Chocho, e morador da Comunidade Carrapatinho.



Fonte: Autoria própria.

Figura 19: Dona Adriana, liderança local e presidente da associação da Comunidade Carrapatinho.



Fonte: Autoria própria.

2.6.6 Comunidade Brumado

A Comunidade Brumado foi a comunidade base das saídas de campo, devido ao fato de lá estar localizada a casa de Seu Simão e Dona Rosa, lideranças locais que me apoiaram em todo o processo, com orientação nas estradas e articulação com as comunidades e seus moradores.

Apesar de possuir a localização de GPS da residência, o sinal de telefone não funciona na região, e sempre existe um erro de precisão nesse tipo de localização. Por isso, os pontos de referência de apoio eram o rio Brumado e o bar da comunidade.

Segundo relatório do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) sobre projetos de assentamento do estado, publicado em 2022, a Comunidade Brumado é

considerada um assentamento tradicional, com uma área de 685,9187 hectares e 35 famílias homologadas. A Comunidade de Brumado, assim como outras citadas acima, possui relações de apoio e trocas com diversas instituições como CPT, FASE, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Mato Grosso (FETAGRI-MT) que promovem ações voltadas à agroecologia.

As duas últimas pessoas a serem entrevistadas na saída de campo foram moradores dessa comunidade. Seu Simão é liderança local ligado ao sindicato dos trabalhadores e reconhecido em diversas comunidades da Murreria por ter apoiado em várias questões de acesso a direitos, como aposentadoria rural e regularização das comunidades na categoria de assentamento tradicional. E Dona Rosa, liderança local, participante do grupo de mulheres Força do Cerrado, e esposa do Seu Simão. A

Figura 21: Dona Rosa e Seu Simão, embaixo de um pé de Cumbaru, no seu quintal na Comunidade de Brumado.



Fonte: Autoria própria.

entrevista aconteceu em conjunto e formato de roda de conversa, no quintal de sua casa.

Capítulo 3 - Análise dos resultados: torrando o cumbaru

Buscando responder aos objetivos específicos desta pesquisa, estruturei as perguntas das entrevistas, depois agreguei as perguntas em temáticas que poderiam ser analisadas após o campo, e em seguida sistematizei as respostas em comum, ou diferenças significativas entre as respostas dos entrevistados/as.

Inicialmente, foram pensados seis temas: 1) Origem, 2) Chegada ao território, 3) Percepção da paisagem, 4) Morraria e território, 5) Memória e histórias sobre o fruto, 6) Práticas de manejo, coleta e consumo. No entanto no decorrer do campo e experiências com as entrevistas e rodas de conversa, percebi que os participantes não seguem uma ordem linear nas respostas, com uma sequência estrita, e que algumas categorias se misturam e estão interligadas. Nesse sentido, devido às similaridades entre os temas Origem e Chegada ao território, optei por analisar as respostas relacionadas a eles de forma conjunta.

A ideia central dessa categorização foi facilitar o entendimento a ir de encontro a questões de identidade e territorialidade das comunidades Morroquianas, tendo sempre como lente e entrada as histórias e memórias de infância, com o intuito de trazer as percepções sobre memória de vivência com a espécie Cumbaru, com o objetivo de traçar a trajetória dos saberes e as referências socioculturais expostas na memória dos/as entrevistados/as. Nos subcapítulos a seguir, ressaltarei algumas frases e sentenças com a intenção de destacar os principais resultados das sistematizações encontradas, em cada uma das temáticas centrais debatidas nas entrevistas.

3.1 Origem e chegada ao território

só do avô ou do bisavô que nasceu lá. Nois morava perto do eu avô, que faleceu e deixou pra meu pai. E continuamo lá até eu crescer, e fomo casando e foi mudando. Foi casando e foi saindo. Você sabe como é as coisa, né... lá no fundo, lá do meu papai, lá tem um pedaço de Buriti. Então, não sei se é por esse motivo que chamou Buriti Grande, porque quando eu já entendi por gente, já era Buriti Grande, né? (Dona Rosa, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025).

Tudo se inicia pelo começo, então para isso era preciso entender mais a fundo a origem e história dos moradores, suas comunidades e as relações com seu modo de vida e história da região. Ao analisar as entrevistas se percebe que as duas categorias buscam compreender questões em comum como: há quanto tempo as comunidades existem, como essas pessoas chegaram no território, há quanto tempo ocupam o território, quantos eram, e como foi esse processo. Pensando nisso, e analisando as respostas adquiridas no campo e sua análise geral, pude chegar em algumas conclusões.

De acordo com orientações do Seu Simão, e relatos de moradores da Morraria, a comunidade de Laginha de Cima seria uma das mais tradicionais e onde iria encontrar os moradores mais antigos da região. O relato da Dona Maria Valeria da comunidade de Serragem, no qual afirma que “Meu pai tinha 86... Isso, tinha nascido em Laginha e o pai dele também nasceu aí.” Confirma essa afirmação dos moradores da região, assim analisando as respostas coletadas cheguei à conclusão de que dentre as comunidades que tiveram moradores/as entrevistados/as, **a comunidade mais antiga é a de Laginha de Cima.**

Nas respostas relacionadas à origem de nascimento, alguns participantes relataram que avós e/ou bisavós nasceram em duas comunidades da Morraria, ou seja, seriam as mais antigas dentre as comunidades citadas pelos entrevistados/as. Segundo relatos do Seu Arnaldo, irmão do Seu Crispim, sendo ambos moradores da comunidade de Laginha de Cima, seu avô nasceu em Limoeiro. E segundo relatos da Dona Rosa, moradora da comunidade Brumado, seus avós e bisavós nasceram assim como ela na comunidade Buriti Grande, sendo assim dentre todas as comunidades citadas a mais antiga. Assim de acordo com os dados coletados durante entrevistas, **as comunidades mais antigas da região da Morraria são Limoeiro e Buriti Grande.**

Segundo relatos do Seu Catiti, um dos moradores mais antigos de Laginha de Cima, e primo do Seu Arnaldo e Seu Crispim, sua família já está na região desde a época de seu bisavô.

Ai, sou nascido e criado aqui na região... Meu pai é natural daqui. Meu avô é daqui, de Livramento. Meu bisavô era de Livramento. (Seu Catiti, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 17/08/2024).

De acordo com relatos da Dona Rosa, liderança da Comunidade de Brumado, sua família também ocupa a região desde pelo menos a época de seu bisavô, já que este nasceu na Comunidade Buriti Grande. Desse modo, a relação com o território já se estenderia há pelo menos quatro gerações. Pensando nisso, e no relato de outros entrevistados/as de idades entre 80 e 86 anos que nasceram no território, supondo que suas mães tiveram os filhos em torno de seus 20 anos ou menos, e que estes viveram aproximadamente a mesma média de ano das gerações atuais, é possível estimar que as comunidades teriam em torno de uns 200 anos no mínimo. Indicando assim que **a região da Morraria já viria sendo ocupada por famílias há pelo menos quatro gerações, e as comunidades têm no mínimo aproximadamente uns 200 anos de existência.**

De acordo com as falas de Seu Catiti e familiares em roda de conversa, na Comunidade de Laginha de Cima, ele tem descendência indígena, em específico do povo Bororo que ocupou a região de Mato Grosso por pelo menos sete mil anos (WÜST; VIERTER, 1982 *apud* ISA, 2024).

sou um dos legítimos brasileiro, porque minha mãe era filha de uma borora. Filha: mas esse aí é por causa de que, vamo vê como é que é, parece que ela nem morava aqui né... não, foi pegada no laço... vem vindo lá... (Seu Catiti e falas pontuais de sua filha, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 17/08/2024).

Quando retornei ao campo na minha segunda visita, para colher autorizações e apresentar os resultados preliminares das entrevistas, o seu Arnaldo, que é primo do seu Catiti, relatou que a avó de sua mãe, que nasceu na Comunidade de Sucuri na Morraria foi escravizada. E durante a entrevista realizada com Seu Simão, liderança comunitária da Morraria, cuja família tem origem na Comunidade de Aterrado no Baixo Pantanal, foi relatado que “Na época dos escravos, teve garimpo, e através desse garimpo dos escravos surgiu o nome da comunidade, com nome Aterrado”. Neste sentido, acredito que tais relatos vão de encontro as falas dos professores Olga Maria Castrillon-Mendes e Acir Montecchi, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) durante o documentário sobre a Morraria (SILVA, 2022):

É uma cartografia bastante vasta né, com uma variedade de cultura né, porque foi uma somatória de pessoas da própria terra, de migrantes, e de indígenas, a questão do negro também, a comunidade negra que também foi

se avolumando ali... (Profa. Olga Castrillon-Mendes, entrevista concedida a SILVA, 2022).

Possivelmente os primeiros moradores são povos indígenas que passaram por aqui alguns até permaneceram, e a arqueologia por exemplo já tem revelado algumas informações preliminares sobre essas populações ameríndias, sobre esses povos indígenas que estabeleceram aqui, que moraram aqui que passaram por aqui...

Então do ponto de vista dessa ocupação nós podemos pensar que o povo que habita essa região aqui é uma síntese de diferentes populações ... e nessa forma também já que nós temos um povo habitando aqui que é uma síntese de diferentes povos, ... indígenas, não indígenas, afro descendentes, então tudo isso gerou um modo de vida bastante característico daqui, bastante peculiar, modo de relacionar entre essas populações e sobre tudo desenvolvendo estratégias linguísticas, estratégias de domínio da natureza, de compreensão da natureza, e de interpretação de como viver aqui. (Prof. Acir Montecchi, entrevista concedida a SILVA, 2022).

Os dois professores reiteram que a origem e ocupação dos povos da região da Morraria está relacionada e interligada com a história dos Povos Indígenas, à dinâmica das pessoas negras que sofreram no período de escravidão e à interação com os movimentos de opressão como colonização, mineração e exploração do território. Assim me levando a concluir que, a **história de origem das famílias tem uma forte relação com o período de opressões de sistemas coloniais e violências aos povos indígenas e negros da região.**

Ao conversar com os participantes da pesquisa sobre sua origem e chegada ao território, sempre eram citadas outras comunidades e municípios, como pode ser observado no Quadro 4 e Figura 23, dando indícios de que as comunidades se conheciam e tinham relações de convivência entre si. No relato de Maria Valeria da Comunidade Serragem, por exemplo, seu pai buscou a parteira na Comunidade de Laginha de Cima, e quando perguntada a mesma relata que tem vários parentes da Comunidade Cumbaru.

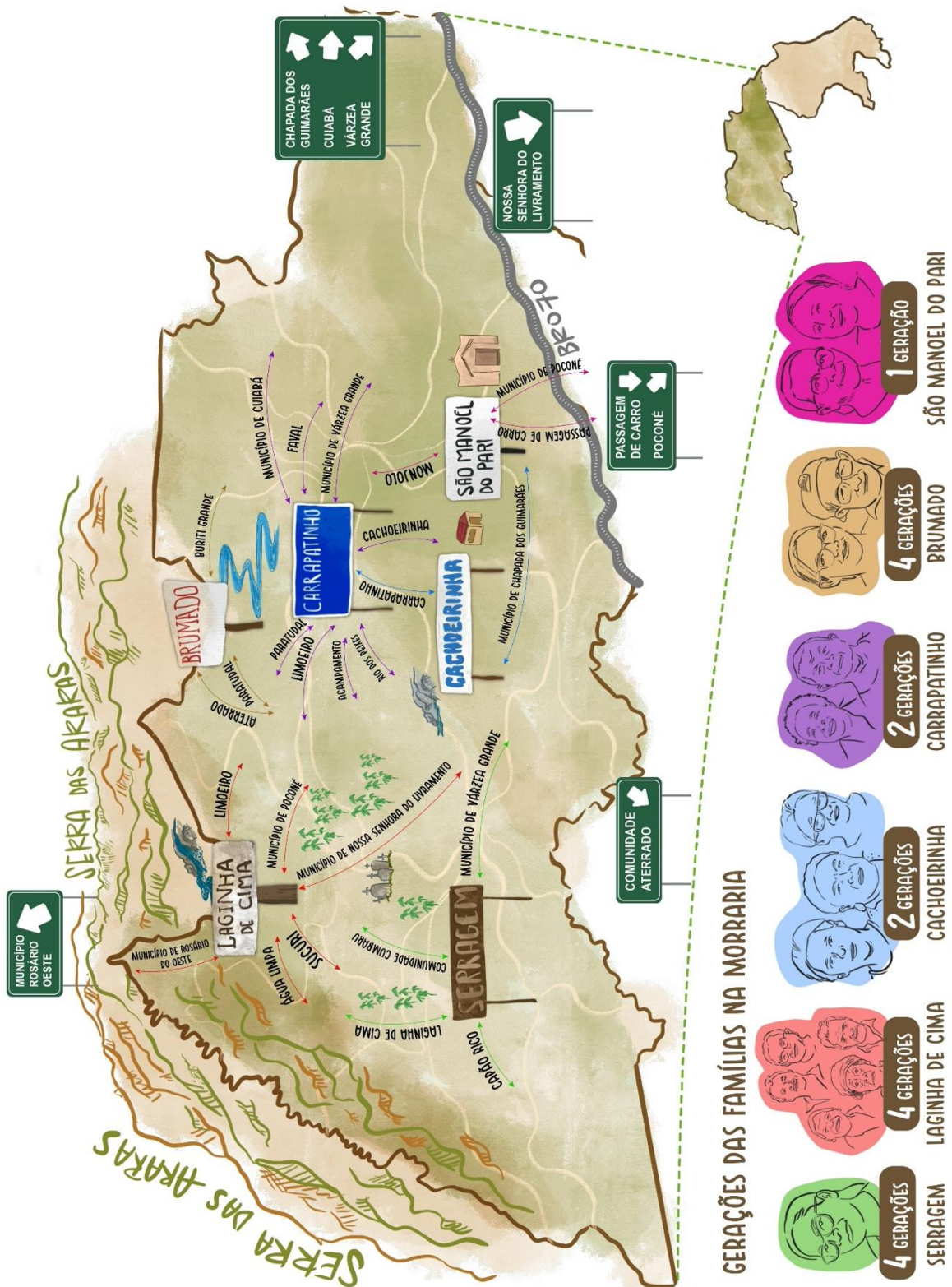
Em especial as lideranças da Comunidade de Laginha de Cima têm uma estreita relação com as comunidades de Água Limpa e Limoeiro. Os três entrevistados dessa comunidade, Seu Crispim, Seu Arnaldo e Seu Catiti, possuem relações familiares de primeiro grau entre si, e segundo relatos do seu Simão essas três comunidades são repletas de familiares, como é reafirmado pela fala de Seu Crispim:

Lá, quando eu morava na Água Limpa, lá era bastante morador, só gente da gente mesmo. É tia, tio, bastante primo, tio. Então eu tinha bastante primo

desde a minha idade, né? (Seu Crispim, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

Ainda neste sentido de relação, os relatos da Dona Adriana da Comunidade de Carrapatinho também indicam uma conexão com a Comunidade de Cachoeirinha, sendo Cachoeirinha o local de nascimento de sua mãe, local onde passou sua infância e é sede da Associação de Mulheres Raízes do Cerrado do qual participa.

Figura 22: Ilustração da sistematização das informações coletadas contendo interações entre as comunidades e municípios, pessoas entrevistadas e quantidade de gerações das famílias em vivência na Morraria.



Fonte: Autoria própria.

Em relação aos municípios Várzea Grande e Poconé, eles foram os mais citados, dentre outros como Nossa Senhora do Livramento, Cuiabá, Chapada dos Guimarães e Rosario do Oeste. Muitos entrevistados/as relataram movimentos de idas e vindas em busca de estudo em Várzea Grande, e atualmente muitos filhos/as dos participantes da pesquisa moram nas cidades bases desses municípios. Desta forma, sistematizando as informações coletadas nas entrevistas, interpreto que **existe uma relação e grande fluxo de movimentação entre as comunidades e municípios próximos.**

Quadro 7: Sistematização de informações sobre comunidade, seu tempo de existência, há quantas gerações das famílias dos entrevistados/as estão na Morraria e interação com outras comunidades.

Comunidade	Quanto tempo existe	Quantas gerações na Morraria	Interage com outras comunidades e/ou Municípios
Serragem	Pelo menos a 53 anos (nascida)	4 gerações	Laginha de Cima (nasceu pai e avo) Capão Rico Município - Várzea Grande Cumbaru
São Manoel do Pari	Pelo menos 75 anos marido nasceu	1	Passagem de Carro (nasceram 60 e 75 anos) – município Poconé Monjolo
Laginha de Cima	Pelo menos 56 anos (moradia) esposa nasceu	3 gerações	Água limpa (nasceu 80 anos, o pai nasceu) Limoeiro (avó nasceu) Sucuri (mãe nasceu) Município Poconé
	Esposa nasceu	4 gerações	Água limpa (nasceu 86 anos) Município de Livramento (avô, bisavô)
	Pelo menos 77 anos seu Crispim (nasceu) e dona Norma	2 gerações	Água Limpa (criação) Município de Rosário do Oeste

Carrapatinho	Pelo menos a 54 anos (moradia) esposa nasceu	1	Município de Várzea Grande Rio dos peixes (nasceu) <i>Limoeiro</i> Acampamento <i>Paratudal</i> <i>Faval</i>
	Pelo menos 20 anos (infância idas e vindas)	2 gerações	Cachoeirinha (mãe nasceu/ tem pelo menos 60 anos) Carrapatinho (marido e família) Município de Várzea Grande Município de Cuiabá
Cachoeirinha	Pelo menos 80 anos (nasceu)	2 gerações	Município chapada dos Guimarães
Brumado	Pelo menos 40 anos (se mudou)	4 gerações	Buriti Grande (nasceu pai, avô, bisavô) Aterrado (baixo Pantanal – município de nossa senhora do Livramento/ nasceu pai (1932), avó, bisavô /tem pelo menos 74 anos)

Fonte: Aatoria própria.

Muitos dos fluxos relatados nas falas dos/as participantes, demonstram que questões afetivas e familiares como casamentos, convites familiares e falecimentos eram motores para movimentação e mudança de famílias dentro do território, como é possível perceber nas falas de Dona Helena, Dona Norma, Dona Adriana e Seu Rafael explicitadas abaixo:

Porque eu conheci esse rapaz que morava, que nasceu e criou aqui. Meu marido nasceu e criou aqui. Aí eu conheci ele, interessei nele, ele interessou ni mim e nois casamos e fomos. Aí eu vim pra cá. (Dona Helena, Comunidade São Manoel do Pari, entrevista concedida em 08/06/2024).

É, daí meu cunhado, que é o Elizio, que já faleceu, ele foi trazendo nós para cá, porque nós estávamos longe dele. (Dona Norma, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

Aí, quando eu casei, eu ‘tava morando na minha tia, lá em Varja Grande. Aí é assim. Não, tipo, foi... Situações assim que... Precisou mesmo, né? Ele é daqui. Os povo dele é tudo daqui... (Dona Adriana, Comunidade Carrapatinho, entrevista concedida em 17/08/2024).

Quase 40, 50 anos ‘tô aqui morando aqui, já que eu moro aqui. Por causa da minha mulher. 30 e... 32 mais ou menos que eu vim. Foi eu casei com 30 anos cerrado. Aí ficou lá, fiquei lá. Porque, eu, mais ou menos, aí eu casei em 1970, dia 27 de maio. Aí se passou esse ano, quando foi no [19]71 tive um

guri, o Henrique, o mais velho, né? Aí eu vim para cá. (Seu Rafael, Comunidade Carrapatinho, entrevista concedida em 17/08/2024).

Neste sentido, a região aparenta se interconectada, e as falas acima reforçam o ponto anterior de que as comunidades possuem um grande fluxo de comunicação e relação. Sendo assim, é possível **indicar uma organização social entre as comunidades, já que os laços familiares vão estabelecer práticas de solidariedade e troca entre elas**, e influenciar na sua movimentação e dinâmica no território.

Tal relação e troca entre as comunidades, em conjunto com a longa permanência no território e construção referencial em relação à Morraria, me parecem indicar um processo de identidade territorial, no qual segundo Haesbaert (2007, p. 44) as:

[...] identidades territoriais, escolhem-se (ou, concomitantemente, reconstroem-se) espaços e tempos, geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinado território se reconhecem, de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns.

Trazendo a perspectiva sobre a percepção relativa ao modo de vida dessas comunidades, a lida com a terra parece ser um ponto em comum, todos os participantes da pesquisa têm extensos quintais e realizavam algum tipo de produção, como vistos nas falas abaixo de Dona Norma e Seu Simão, essa lida é uma atividade realizada há muitos anos, de forma coletiva e de produção diversificada:

Até 1973, ele morou na Água Limpa. Depois ele mudou para Ladjinha, e eu já fiquei casada. Aí, sempre trabalhano com roça. Ele trabalhava, nós também. Fazia fumo, fazia farinha, baitia, roçava, plantava, culhia, fazia espeto, criava gado, porco, galinha... (Dona Norma, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

Era uma comunidade tradicional, todo a minha família ali residia, todo mundo ali, né? Desde meus avós, meu bisavô, avó, meu pai, né? Meu pai, por exemplo, nasceu lá em 1932, minha mãe em 1933, né? E ficaram lá até o final da vida deles, né? Eles viveram lá. E sempre foi uma luta da agricultura familiar, né? De trabalhar nas sua lavouras, né? E até o momento do falecimento dele, né? E eu permaneci trabalhando junto com ele até nessa época de 1970. Aí que eu comecei sair. E, sim, a lavoura deles era tudo conjunto. Eles trabalhavam tudo em conjunto, só faziam a divisória das plantações. Aqui é meu, aqui é meu, então fazia aquela divisão nesse sistema que eles trabalhava. (Seu Simão, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025).

Porque aqui, nessa comunidade aqui... é uma das comunidades que mais curtiva a agricultura familiar mesmo assim, que todo mundo tem a roça. (Dona Miguelina, Comunidade São Manoel do Pari, entrevista concedida em 08/06/2024).

Meu pai criou nois, como quem diz, nós nascemo e criemo na roça. Na época das coieta meu pai dava 5, 6 viagem em Poconé de carroça para levar o mantimento vender lá, pra trazer com quem quiser... (Seu Arnaldo, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

E mesmo quando foram abordadas outras perguntas referentes a categorias de análise diferentes como “Morraria e Território” a roça era citada, como visto nas falas acima de Dona Miguelina e Seu Arnaldo. Assim analisando as respostas de todas as pessoas entrevistadas durante a pesquisa, me parece que há indícios para afirmar que as **famílias têm uma ligação com sua “terrinha”, a “roça” e as práticas da agricultura familiar.**

3.2 Percepção da paisagem

Hoje é soja. Então, assim essa as cabeceira lá é uma vazante, onde virou soja... (Dona Maria Valeria, Comunidade Serragem, entrevista concedida em 01/06/2024)

Mas agora a roça tá acabando, a floresta acabou. (Seu Catiti, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 17/08/2024).

Criança, com o tempo o de fora vai entrando vai tomando seus espaços vocês vão ficando apertado até ir saindo, até ir embora. (Dona Norma, citando dizeres de seu pai, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

Durante as entrevistas busquei também perceber o nível de mudanças na região da Morraria, seja ambiental, territorial ou social, e aspectos relacionados ao Cumbaru bem como entender se o Cumbaru já fazia parte da vida das pessoas antigamente, se ele compunha a paisagem, seus quintais e de que forma. Tais informações contribuem para entender de forma mais aprofundada aspectos relativos ao território no passado e atualmente. Também respondem, de forma complementar, ao objetivo específico da pesquisa de caracterizar as formas de manejo e uso do Cumbaru e suas relações com a gestão do território e o modo de vida morroquiano.

Neste sentido, analisando as respostas dos moradores/as e fazendo uma síntese geral, foi possível chegar em algumas diferenças gerais, entre a região quando as pessoas entrevistadas eram crianças ou jovens e atualmente, como pode se observar no quadro de sistematização abaixo.

Quadro 8: Síntese das percepções gerais das pessoas entrevistadas na pesquisa sobre mudanças no território da Morraria (antes e agora).

Antes	Agora
Água em abundância nos rios e cachoeiras	Falta de água
Mais serviços	Mais fazendas
Mais mantimentos	Mais soja
Menos fazendeiros na região	Menos pessoas
Mais pessoas na região	Menos caça
Mais floresta em pé	Período de seca maior
Meio de transporte mais de carroça e cavalo	Mais carros
Mais pés de Cumbaru (muitos nos quintais ou caminhos da roça)	Cumbaru produzindo menos
Mais uso de plantas medicinais	Mais desmatamento
Menos acesso a médicos	Mais pontes e manutenção das estradas
Maior quantidade de animais e caça	Mais acesso a saúde pública
Mais festas	Menos respeito as tradições

Fonte: Autoria própria.

As percepções variaram de pessoa para pessoa, de comunidade para comunidade, como é possível observar nas informações descritas abaixo contendo diferentes citações dos entrevistados, mas de modo geral é possível perceber que houve uma intensa modificação na região. Durante o campo pude perceber a massiva presença da soja, e quão próxima a mesma se encontra da Serra das Araras (Figura 23).

Figura 23: Plantação de soja no caminho da Comunidade Laginha de Cima, e ao fundo a Serra das Araras.



Fonte: Autoria própria.

Durante as falas da Dona Maria Valeria, da Comunidade Serragem, vale destaque aos pontos de impactos da chegada e implementação da soja na região, indo em confronto inclusive contra espaços tradicionais e ritualísticos da comunidade como o cemitério de moradores de pelo menos duas gerações anteriores a da entrevistada, o qual não teve seus limites respeitados.

Tinha mais gente, e o fluxo de gente era mais, tinha mais jovens, famílias...Encontrava com muita gente de pé, andando de a pé, montado no cavalo, de bicicleta...hoje ta reduzindo muito... Hoje você anda vai daqui até laginha não encontra ninguém...Lá no Cumbaru mesmo era uma mata, naquela vagem.Hoje é soja. Então, assim essa as cabeceira lá é uma vazante, onde virou soja. E onde o cemitério nosso é lá... E aí eu tô preocupada com esse cemitério lá, tô com medo do povo gradea ele. O meu pai tá enterrado lá, onde é a soja, Então tá só um circulozinho do cemitério, A cerca lá é desse de arame de mourão, e passaram bem piraninho o morão, cavucãdo, gradeando, se não tivesse a cerca já tinha passado por cima...É um cemitério do vô do meu pai, é muito antigo... (Dona Maria Valeria, Comunidade Serragem, entrevista concedida em 01/06/2024).

Como pode ser observado nas citações acima, em sua juventude Maria Valeria relata haver mais pessoas ocupando a Morraria e uma maior quantidade de floresta preservada, atualmente destaca chegada da soja e sua influência na região, a informação data sobre plantação de soja na cabeceira do rio, parece contribuir para o a diminuição da água em diferentes comunidades relatada por todos/as os entrevistados. O depoimento sobre o cemitério também é muito forte e demonstra como o avanço da fronteira agropecuária viola direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, como os Morroquianos.

A Comunidade São Manoel do Pari, entre as visitadas era a mais próxima da BR 070 e ainda assim segundo falas (como observado na citação abaixo), é destacado a falta de infraestrutura na região e entorno da comunidade, que só foi melhorando com a ocupação das famílias:

Era bem diferente, era bem diferente, nem carro num chegava aqui...Não Chegava carro aqui de jeito nenhum...Só cavalo, carroça, até depois existia mais a carroça, charreco. Até charreco era custoso até, era mais a carroça...Aí chegava porque não tinha passagem, não tinha ponte...Aí tudo era só uma passagem que passava carroça, essas coisas. Aí não tinha como chegar, tipo, condução aqui...E aí depois que nós... eu vim pra cá, que nós...aí fomos modificando mais as coisas. aí já foi abrindo a estrada, fazendo pontes, aí... (Dona Helena e Dona Miguelina, Comunidade São Manoel do Pari, entrevista concedida em 08/06/2024).

Figura 24: Uma das entradas para Comunidade de São Manoel do Pari, do lado esquerdo a BR 070 e do lado direito estrada de terra que leva à comunidade.



Fonte: Autoria própria.

Nas falas das irmãs entrevistadas na comunidade também foi citada uma pequena quantidade de pessoas inicialmente na ocupação da comunidade e ainda assim atualmente houve um decréscimo populacional. Indo de encontro a percepção geral de esvaziamento na região e ainda com as mudanças e movimentações de famílias da região por questões familiares, discutidas no tema anterior.

Não tinha bastante gente. Aqui quem morava mesmo aqui era só o meu sogro. Aí tinha dois filhos dele, três filhos dele que já eram casados. Um morava mais pra cá, outro mais ali, outro mais ali...Aí foram indo embora, foram tudo pra cidade. Aí minha sogra morreu, meu sogro morreu. Aí depois, vou ficar no esquema aqui... (Dona Helena e Dona Miguelina, Comunidade São Manoel do Pari, entrevista concedida em 08/06/2024).

Ainda como destaque, a ocupação do território por fazendas e aumento do desmatamento parecem ser elementos relacionados, tendo atenção similarmente ao desmatamento enquanto parte da crise climática atual, comprometendo a biodiversidade e ciclos hidrológico. Levando também a uma percepção de diminuição da quantidade de *Cumbarus* no território, e conseqüentemente uma crescente

preocupação em relação à sua manutenção, pensando no plantio futuro de mudas, e ainda aumento de seca na região.

Tinha bastante (Cumbaru perto de casa)...Sempre teve...Lá onde nois morava mesmo tinha, lá na berada do currar era um sombrião só de pé de cumbaru...Então, assim, a gente nunca preocupou, assim, de estar plantando, né?...Da agora por diante, que a gente vê, assim, que o povo...não respeita, desmata, como tá, se por aí tudo desmatado, eu acho que vai haver uma necessidade de plantar, né? Sim (mais fazendas na região mais desmatamento), por isso que eu tava falando que talvez vai ter uma necessidade de fazer plantio de Cumbaru por causa disso. Porque tanto é que essa seca que tá aí sabe que é falta de árvore né...os Cumbaru num tá carregado duma vez... (Dona Helena e Dona Miguelina, Comunidade São Manoel do Pari, entrevista concedida em 08/06/2024).

Seu Arnaldo, um dos moradores mais antigos entrevistados e conhecido por ser benzedeiro, da Comunidade Laginha de Cima, traz destaque em sua fala para o uso do Cumbaru para questões medicinais, já que não havia como ter acesso as políticas de saúde, como pode ser visto nas citações abaixo. Ao longo da sua entrevista e em resposta a outro tema como “práticas de manejo, coleta e consumo” cita diversas preparações de remédios advindos de diferentes partes do pé de Cumbaru:

[...] do primeiro o nosso médico é primeiramente ele é homem do lado de cima e daí raiz da mata, chazinho, caseiro porque não tinha o carro para ir pra a cidade, conhecimento pouco...Então, no ponto de tratamento, essas coisas que hoje estão tão... o pessoal está valorizando...que aqui vem saúde todo mês todo mês vem a enfermeira, doutor fazer consulta aqui... (Seu Arnaldo, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

Suas falas também vão de encontro a outras entrevistas, com afirmações de que a região tinha pouca infraestrutura e era um local de difícil acesso, fazendo um paralelo com as falas de Dona Helena e Dona Miguelina da Comunidade São Manoel do Pari que é mais próxima da BR 070, e tinham baixa infraestrutura, imagino que a região de Laginha de Cima devia ter menos infraestrutura ainda, o que é interessante de pensar é que mesmo assim a região era muito ocupada:

Aqui antes...eu contar como era, nós vai até amanhã. Tem tempo. Mas eu... aqui era um lugar tão dificultoso. De bastante gente, companheiro. Mas aqui, primeira coisa que eu vou dizer é que, o trânsito não tinha. Não tinha. Nos meus tempo de...6 a 10 anos, nós via carro aqui na nossa comunidade, aqui na Laginha, lá na Água limpa, de 4 em 4 anos, na época da política, que os

candidato vinham buscar os eleitos para levar... (Seu Arnaldo, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

Figura 25: Estrada a caminho da Comunidade de Carrapatinho com poucas árvores em pé, mês de agosto, época de queimadas na região.



Fonte: Autoria própria.

Outro ponto de destaque na fala de seu Arnaldo quando perguntado sobre as mudanças na região, corrobora com falas anteriores de duas comunidades diferentes sobre o desmatamento na Morraria, sendo que “...e hoje eu fico triste de ver chega uma pessoa que tem dinheiro, vai botando a máquina nele (pé de Cumbaru” e ainda destacando a dificuldade de achar espécies de Cumbaru mais antigas “E tem muitos que quer fazer, num acha mais aonde. Porque os pé (de Cumbaru) que tem em algum lugar ainda tem pé grande, mas não mais, é só meio novato”.

Dos moradores entrevistados, Seu Catiti, da Comunidade Laginha de Cima, foi a liderança com maior idade, 86 anos, durante sua entrevista também houve

contribuições pontuais de sua esposa Dona Águida. Suas falas trouxeram destaque para época de sua juventude e infância em que havia riqueza de diversidade de animais e abundância em fontes de água potável na região e Serra das Araras, fazendo com que as famílias inclusive tenham que comprar galões de água como cita em sua fala “Hoje pá nós beber... água é só comprado. Tá 80% mudado” e o aumento do desmatamento e consequente ataque de animais nativos às “roças” em busca de abrigo e alimentos, assim causando prejuízos às famílias e comunidades:

E pra bêra do rio pescar, pegar peixe... teve uma vez eu peguei 800 lambari...” Antigamente tinha...Até hoje ainda tem, onça. (na Serra das Araras)... Hoje a caça acabou. Caititu, porco queixada, esse ainda tem por aqui, veado

mateiro, mas só que tão escondido nessas biboca onde ainda não foi desmatado, que pode achar alguma fruta pra comer, porque ele sai por aqui campo fora, por causa da roça a fome e a sede...tanto com fome o bicho fareja e da roça...Mas agora a roça tá acabando, a floresta acabou. Então nele (no mato) num pode jeito de se esconder fera, agora faz com a roça lá para se ver... Perde tudo. A anta Ano passado acabou com a roça dela. (Seu Catiti e falas pontuais de Dona Aguida, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 17/08/2024).

Em suas falas também é possível observar, reafirmações sobre a diminuição da quantidade e período de frutificação de pés de Cumbaru: “Era a coisa que mais dava (Cumbaru), ficava forrado, qualquer pezinho de cumbaru. Ficava forrado de cumbaru... Ficava forrado de cumbaru. A do cumbaru, a farta da chuva, este ano...Não teve cumbaru não”. Outro destaque em sua fala é a atual mudança drástica a quantidade de chuvas e a maior abundância de mantimentos em sua infância, podendo indicar que as condições ambientais anteriormente eram favoráveis, inclusive para que os animais silvestres não viessem buscar por alimento nas roças, como fazem hoje:

otro tempo, por aqui corria, mantimento demar. A mantimento tinha dia na roça porque não tinha nada que barcar. Hoje é condução tá tendo demais não tem o que fazer. Mudou muito...e ainda de alimento [Cumbaru] num qué mais dá, eu num sei se por causa do comercio do cumbaru ou se é falta da chuva, um desses dois...e ainda de alimento [Cumbaru] num qué mais dá , eu num sei se por causa do comercio do cumbaru ou se é falta da chuva, um desses dois...Mas para mim é o que mais...Proviniente, é a farta da chuva, não tem chuva... Sem água não produz nada! Não tem o que vive sem água! (Seu Catiti e falas pontuais de Dona Aguida, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 17/08/2024).

Na Comunidade Carrapatinho, seu Rafael foi a liderança de maior idade a ser entrevistada. Ele não nasceu na comunidade, mas já mora lá há pelo menos 52 anos. Segundo o seu relato, quando chegou na região havia mais pessoas circulando, muitas ofertas de serviço, e a ocupação do território tinha poucos fazendeiros:

chegava aqui quando teve pra cá aqui, aqui era bastante morador. Aqui tinha bastante moçada, rapaziada aqui. Aqui era movimentado. Chegava dia de domingo aqui era bonito assim...hoje acabou todo esse tempo aí. - Agora vai lá hoje, lá só fazendeiro que já tem lá, que já ficou lá. Acabou tudo... O homem vendeu... Vendeu não, quase que deu essa terra. Barato. A mão dele lá eu já sempre fazia, porque sempre às vezes sempre vinha gente que procurasse

serviço ali. Aham, pagava companheiro, me ajudava. Aqui mesmo, aqui mesmo eu já culhi... Na minha vida eu culhi 78 arquere feijão...(tinha mais gente e serviço) Que agora, de uns tempo pra cá, faz uns 6 anos aí que eu não culhi um caroço de feijão. Planto e não dá mais. Era muito pouco fazendeiro. Era muito pouco. Não era nem fazendeiro, era sempre aquele que mexia com aquele boteco que fazia aquelas vendas [que] o pessoal sempre ia. Mas não era quase fazenda (Seu Rafael, Comunidade Carrapatinho, entrevista concedida em 17/08/2024).

Em contraponto, atualmente a falta de água tem gerado a perda da flora e a diminuição da frutificação, como pode ser observado na citação abaixo. Ao retornar ao campo para validar informações, Seu Rafael complementou, relatando que antigamente havia muitas Festas de Santo, (por exemplo: Santo Antônio e São José) e que atualmente a cultura das festas quase que acabou.

Olha, [tinha] muito pé de Cumbaru aqui. Acabou agora vai acabar porque são 3 ano que aqui que não chove mais, né? A chuvinha é muito pouquinho...Os Cumbaru, nem os Cumbaru, não tá mais dando um que é presta por falta de água, né?...Ali, eu já entrei nesse capão aí, já tava atrás daquela meladeira morrendo, é isso que eu falo de chuva, né? Secando pipiá, secando desde cima lá. Tá seco de jah. Mas não tô vendo coisa nenhuma que matou ele, é falta de água isso aí. Muito poço tá secando, já ouvi falar que tá secando. Que Deus alivre, se for secar aqui, nós tem que, ou morrer ou sair. (Seu Rafael, Comunidade Carrapatinho, entrevista concedida em 17/08/2024).

Dona Adriana, também da Comunidade de Carrapatinho, foi a entrevistada mais nova dentre os moradores. Ainda assim é uma liderança atuante na região, em sua fala se destaca a intensa percepção de mudança de seus tempos de infância para atualmente, principalmente em relação à abundância de água e recursos naturais, como cita “...porque antigamente tinha rio...*Hoje não tem, né?* [rio]” e ainda que hoje estão mais degradados e o aumento de desmate do Cumbaru por fazendeiros:

Então, um pouco... A mudança foi radical mesmo. Aqui mesmo, essa passagem aqui, era uma passagem bem funda. Tipo, tinha água que atravessava, né, o rio. Até a paisagem está mais degradado, né? Hoje fizeram aquela manilha ali. Hoje ‘tá super diferente, não é mais assim. Hoje, aqui, nem rio existe mais. Acho que já tem uns dois ano. Não’tá segurando mais (água). Tem uma parte ali em cima que ainda pega, segura alguma coisa. Não (plantava Cumbaru), eram só os nativo mesmo...Hoje que já está bastante gente fazendo muda, né? Por quê? Mas por quê? Porque se não fazer, daqui a um tempo não vai ter. Porque, na maioria das vezes, os Cumbaru eles são em fazenda. E os fazendeiros ‘tá derrubando, né? ‘Tá

degradando. (Dona Adriana, Comunidade Carrapatinho, entrevista concedida em 17/08/2024).

Na Comunidade Cachoeirinha, as falas de Dona Greicy, Dona Rosa e Dona Estela, vão de acordo a falas anteriores sobre uma maior quantidade de pessoas na região antigamente, destacando que atualmente existem diferentes opções de trabalho além da roça, como na fala “Antigamente era só a roça mesmo, né? Agora, o negócio tá... Agora, movimentou mais. Tem pouca gente, mas o movimentou ta mais.” “Movimentou trabalho, né? Aumentou o trabalho, sim”.

Isso faz sentido, pois a Comunidade Cachoeirinha é uma das que mais trabalham com o beneficiamento e a geração de subprodutos do Cumbaru, são conhecidas na região pela sua diversidade de produtos. Enfatizaram também mudanças, principalmente na qualidade e quantidade de água do rio que abastece a comunidade:

Há 25 anos atrás que a minha mãe morava aqui, esse rio tinha água! Mas era um rio lindo demais. Qualquer hora, qualquer época do ano, ‘cê chegava, ‘cê nadava à vontade...Tinha peixe. Minha mãe pegava a piraputanga¹⁴ à vontade nesse rio...Nossa, era uma maravilha...Fazia barulho...Tanta água! Vivia dia e noite o som da cachoeira...Dava pra ouvir. Até quando é tempo da chuva, ‘cê escuta o barulho dali da cachoeira.... Agora vai hoje, ‘tá seco o rio...Pra hoje secar!...Hoje é uma tristeza de se olhar... Mas agora, se ‘cê for lá, é triste de ver. (Dona Greicy, Dona Rosa e Dona Estela, Comunidade Cachoeirinha, entrevista concedida em 17/08/2024).

E ainda na mudança da gestão do território, com mais fazendeiros, mais desmatamento e represas, que surgem em falas como “O desmatamento, né? O fazendeiro aí pra cima mete a máquina na beira do rio. Acaba com a mata. Aqui mesmo. Aqui mesmo.” E sobre a quantidade de fazendeiros anteriormente afirmam que não havia muitos mas “O que eles quer é transformar em pasto, né?”. “Com certeza, porque eles [fazendeiro] aproveitam todo pedacinho de mata, né? Eles têm que desmatar pra plantar. Represa, né? Faz a represa na nascente, né?”.

Quando perguntadas sobre plantações de soja perto da comunidade elas afirmam que “Aqui, aqui não, né? É mais pra lá, pro Cumbaru pra lá, né? Mas é mais longe daqui, né? Aqui é mais... eles mexe mais com gado. Ainda bem, né? Não envenena nois”.

¹⁴ Espécie de peixe de água doce.

Adicionalmente, destacam o uso de agrotóxicos na região, principalmente relacionado à produção de soja, e a consequente contaminação de fontes de água das comunidades.

Dona Norma e Seu Crispim, da Comunidade Laginha de Cima, em suas falas vão ao encontro a vários pontos já citados em outras entrevistas como, por exemplo, a animação das comunidades e maior quantidade de festas no período da sua juventude. Adicional a esse ponto afirmam que a região era mais segura e afirmam que a diminuição de pessoas na região se deve por muitos não terem mais conhecimento de “trabalhar a terra” assim levando à venda de suas terras:

Vai indo tudo embora... Porque é assim. Sempre trabalhô com a cultura. Aí vai chegar num ponto que a terra vai ficando fraca. Aí não tem aquele conhecimento de trabalhá a terra, não tem este, aí acha melhor vender para outro. E aí o outro chega com aquele dinheirão, faz o que quer (Dona Norma e Seu Crispim, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

Uma questão bastante abordada em suas falas é que antes a qualidade e quantidade dos alimentos ingeridos pela família era em sua maioria mais naturais, ou seja, provindos da roça e da região, e o tempo de maturação e a diversidade de alimentos eram outros, como exemplificam:

Mas a gente comia muito essas frutas da mata. A água que nós bebiamos era a água ... da Cacimba, lá da cima. O peixe que nós comíamos era esse peixinho pescado, assim... o robalo... Era tudo sadio... É, tudo sadio... Galinha era essa galinha caipira, porco... era natural. Era bom. O gado, carne de gado, era um ano para matar uma rês [cabeça de gado]. Porque ela comia esse capim assim, esse capim natural. Porque não tinha esse mato de hoje e amanhã já mata, já tá cura. (Dona Norma e Seu Crispim, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

Complementando as falas anteriores de outros moradores da Morraria, Seu Crispim e Dona Norma adicionam a perspectiva de uma maior sensação de segurança que possibilitava um grande fluxo de circulação entre as comunidades. Atualmente, a tomada do território por empreendimentos, como a Empresa de Água Mineral, plantações de soja e ocupação por pessoas de fora, parecem estar relacionadas a um aumento da degradação no território:

Alguns preserva a mata, a mina. Mas tem outros que não, por exemplo, aqui. Esse negócio da soja, né? Ave Maria! Num deixa uma árvore, essa soja não pode ficar uma árvore. Eu acho muito errado, Deus me livre! Acaba, vai destruindo tudo. (Dona Norma e Seu Crispim, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

Afirmaram que a quantidade de pés de Cumbaru na região era maior “mas naquele tempo tinha aqueles Cumbaru varado né, que ninguém derrubava” e ainda que “Naquele tempo não tinha isso de derrubar. Derrubava só pra roça, onde ia fazer a roça ou uma casa. E tinha os Cumbaru, derrubava pra não fazer sombra nas plantação. Não mais, o resto ficava aí”.

Segundo o Decreto nº 6.040 (BRASIL, 2007) povos e comunidades tradicionais são grupos “culturalmente diferenciados...que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica” por esta razão, importância e utilidade dos “recursos” deixam de ser “recursos” e ganham outro valor junto a esses povos, o que muitas vezes propicia uma relação diferencial de respeito e manutenção com e junto a esses “recursos”. Uma questão interessante, que se relaciona com o parágrafo acima e que vai ao encontro das características de povos e comunidades tradicionais é que quando perguntados sobre a preservação de árvores e pés de Cumbaru, Dona Norma afirma em sua fala, o caráter de preservação em suas atividades de produção:

Nossa quina tá preservado... Mas, aqui dentro do nosso, aqui memo, está só aqui memo. Vai até ali na associação e pronto. Aqui tem bastante [pé de Cumbaru], eu conheço. (Dona Norma e Seu Crispim, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

Cabe destaque também em seu discurso questões de sucessão geracional no território, uma vez que relatou problemas de saúde e substituição nos trabalhos de “roça” por seu marido que também é uma pessoa de mais idade. E por último as falas de Dona Norma e Seu Crispim também reforçam a existência de uma organização social entre as comunidades “Lá na Água Limpa, Ave Maria, tinha muito morador, como ele falou. Era só, assim, a parentada. Mas era muito bom... lá era bastante

morador, só gente da gente mesmo. É tia, tio, bastante primo, tio. Então eu tinha bastante primo desde a minha idade, né”.

Seu Simão e Dona Rosa, foram as últimas lideranças entrevistadas, moradores da Comunidade Brumado, suas falas vão ao encontro às de outras comunidades em relação a diversos pontos como, a maior quantidade de ofertas de serviço encontrados antigamente, diminuição da quantidade de água disponível e ainda aumento do desmatamento e relação dessa atividade a chegada de pessoas de fora na região:

Primeiro que até em 70 não havia desmatamento, nada disso, né? Todas aquelas propriedades lá era conservada, né? Muita mata, é uma região de terra muito boa pra a cultura, né? Agricultura, né? E de lá pra cá foi mudando, né? Aí foi chegando gente de fora, estranho, porque não era da região, né? E aquilo já foi acontecendo os desmatamento, fora do limite, né?. Que a gente viveu um tempo bom, hoje não é um tempo bom nessas parte, porque a água ainda seca. Eu acho que é desmatamento, eu não sei, lá pra cabeceira dele..[rio Brumado]. (Dona Rosa e Seu Simão, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025)

O maior destaque das falas de Seu Simão e Dona Rosa nesta temática giram em torno do Rio Brumado, sua importância para a região, renda das comunidades e seus moradores e modificações do volume de água, contaminação da água, diminuição de peixes:

Porque quando eu cheguei aqui, o Rio Brumado dava muito peixe. o Rio Brumado nunca secou... que era uma água imensa que nunca secou o rio, lá nós pegava água, lá nós tomava banho, lá era água pra animal...aí quando foi d'uma época pra cá, o que eu acho falta é a água dele... e hoje já vem, um pouco de tempo pra cá, já não tem. Quando chega na seca ou eleitora, já fica só poça a poça, então já é uma falta...Quando eu cheguei aqui, nós se alimentava, vendia peixe do Rio Brumado, então o Rio Brumado foi muito famoso no peixe. Hoje já não é mais, porque a gente já não tem mais essa característica desses peixe que tinha antes, né? (Dona Rosa e Seu Simão, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025).

Ainda sobre as falas relacionadas à água, cabe destaque para atividades voltadas ao acesso à água e diversificação de fontes de renda pela venda dos peixes que foi prejudicada, e relatos da construção de grandes açudes na cabeceira do rio por fazendeiros, o que pode indicar uma das razões para diminuição do volume de águas no rio:

Agora nós teve que abrir poço artesiano, já cota quanto tempo faz, porque o rio já não dá mais água, não é água mais também assim boa pra tomar, né? Porque ela já foi uma água... que acho que é muito, contaminosa, contaminada. Nois não tinha posse artesiano! Nós tomava água no Brumado, nós lavava no brumado, o animal bebia no brumado, nunca fiquemo sem água! Assim, eu falo assim porque esses fazendeiros pra cima, né? A aí abriram esses açude pra lá, muito grande pra lá na cabeceira dele, que hoje Brumado seca, já tem quantos anos que ele seca? Já não é mais aquele rio famoso que tinha antes quando eu cheguei aqui. Nem o peixe que tinha não tem mais, o peixe também que a gente consumia, nois pescava era pra alimentação e pra vender. Isso era uma renda que nois tirava, todo mundo que conhece, pescava pra aquele menino mais velho, o Magno, saía de bicicleta vendendo os peixe. E então era uma renda que nois tinha do próprio rio, hoje não tem, né? (Dona Rosa e Seu Simão, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025).

Pensando na modificação do território e na temática de percepção da paisagem, Seu Simão traz uma atividade que não havia sido citada pelos outros moradores, o garimpo em sua comunidade de nascimento, chamada Aterrado, que fica no Baixo Pantanal, mas ainda dentro do município de Nossa Senhora do Livramento:

Aí, quando foi ali por mais ou menos 97, 97 por 98, surgiu o garimpo. Aí surgiu a questão do garimpo. A gente conseguiu que amenizar um pouco o garimpo na época, né? Só que depois voltou o garimpo de novo, agora mais ou menos uns 06 anos, 07 anos, por aí, né? E aí não teve mais freio. O garimpo tomou conta da comunidade. Então isso é só uma mudança. (Seu Simão, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025).

Apesar de ainda não citada a mineração na região da Baixada Cuiabá, onde se encontra o município de Nossa Senhora do Livramento, é uma atividade presente e de intenso investimento externo. Segundo Garcia e Bonfim (2022), a mineração foi impulso para início de atividades coloniais na região, e ainda hoje possui forte influência econômica. Segundo seu Simão ainda não existe atividades de garimpo na Morraria, ainda estão só na região da BR 070 voltadas para a região Sul do município de Livramento.

Analisando os dados coletados de todas as entrevistas, os relatos das comunidades Morroquianas mostram como o processo de mudança e ocupação da região da Morraria tem uma historicidade influenciada pelas atividades e ações coloniais e estão relacionadas à imposição de estruturas e modificações no modo e qualidade de vida das comunidades que habitam a região.

O conceito das fraturas (colonial e ambiental) e novos “deslocamentos epistêmicos dos pensamentos do mundo e da Terra no coração da ecologia” citadas por Malcom Ferdinand (2022), vão ao encontro à busca por visibilizar a perspectiva e narrativas de Povos e Comunidades Tradicionais. A partir do “porão da modernidade”¹⁵ da Morraria, é possível pensar como as formas de exploração e maneiras de colonizações históricas da região, em conjunto com o racismo estrutural, podem ser percebidos como alicerces das formas destrutivas de habitar a terra, e no caso em questão a região da Morraria.

A mudança da paisagem dentre as comunidades Morroquianas entrevistadas é citada de diferentes formas e perspectivas, mas em todas elas é evidente a diferença entre o tratamento dado ao território por aqueles “que vieram de fora” e as práticas e gestão do território pelas comunidades que vivem há muitos anos na mesma região. Ao que parece em sua maioria, as formas de uso do território por aqueles que “vieram de fora” corroborar com o conceito de habitar colonial (MALCOM, 2022, p. 56) que:

reúne os processos políticos e ecológicos da colonização europeia. A escravização de homens e mulheres, a exploração da natureza, a conquista das terras e dos povos autóctones, por um lado, e os desmatamentos, a exploração dos recursos minerais e dos solos por outro, não formam duas realidades distintas, e sim constituem elementos de um mesmo projeto colonial

Endossando ainda mais as características do habitar colonial, a monocultura, o “plantation” se coloca como mais uma atividade empregada na região da Morraria, neste caso a partir das plantações de soja e do uso de agrotóxicos de forma inadequada.

Segundo o Dôssie sobre agrotóxicos nas águas do Cerrado (LOPES; GURGEL; MELO, 2023) a Comunidade Cumbaru, (à qual de acordo com as entrevistas tem uma relação estreita com a Comunidade Serragem e outras da região) está com suas águas de uso coletivo de nascentes, mina ou pequeno reservatório, contaminadas por

¹⁵ Esta expressão do autor faz referência ao tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, vindas do continente africano nos porões de navios, com o intuito de reafirmar que os esquemas do colonialismo se atualizam até o presente.

agrotóxicos, em consequência da pulverização nas lavouras de soja nas proximidades da comunidade.

Enfatizando a “condição tóxica do Plantationoceno” em que “...os habitantes humanos e não humanos encontram-se subjugados às técnicas de transformação da Terra em recursos, entre elas a utilização de produtos químicos tóxicos na agricultura industrial” (MALCOM, 2022, p. 129).

Por fim, diante de um cenário de mudanças constantes e severas na paisagem e considerando a hegemonia de registros influenciados por visões que detêm poder político e econômico, se faz importante, como mencionado anteriormente, visibilizar todas as diferentes percepções da paisagem e das suas transformações. Essa abordagem visa possibilitar um registro mais abrangente e fiel às complexidades da realidade, valorizando as múltiplas experiências e interpretações face às mudanças ambientais e sociais em curso.

3.3 Morraria e território

Ser morroquiano pra mim, é resistência. É a pessoa ser resistente. Porque cê mesmo viu aí, né? Morar na morraria não é brincado não... O que une as comunidades? A cultura. Eu acho que a cultura é símbolo mais, que junta... (Dona Maria Valeria, Comunidade Serragem, entrevista concedida em 01/06/2024).

Inclusive, que hoje, quando a gente vai nessa reunião, assim, mais por fora, pergunta, a gente fala que nós somos Morroquianos, né? Morroquianos, né? Sim. Hoje, nós já vimos, vai apresentar “Mas ‘cês são da onde?” “Somo da Morraria, somo são Morroquianos”. Com esses conhecimentos, a gente foi conhecendo que a gente, nós conhecia só aqui, era do outro lado, mas nós não conhecia, assim, não tinha esse entendimento, esse conhecimento... Nós vivíamos em uma Morraria. Nós somos Morroquianos. Quando eu estava lá em Cáceres, aí “Você é de onde? Você é o quê?” Então, a gente já identificou morroquiano. Hoje, a gente já tem esse conhecimento. (Dona Rosa, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025).

Esta seção busca debater sobre a região da Morraria, com foco na sua gestão e características, bem como nas identidades, territórios e territorialidades engendrados nesse lugar, contribuindo assim para a consecução o objetivo geral desta pesquisa, orientado à compreensão da identidade territorial morroquiana. Adicionalmente, visa também contribuir com o objetivo específico de “identificar referências culturais associadas ao Cumbaru, no contexto das comunidades Morroquianas” intencionando

justamente compreender mais profundamente o contexto vivido por essas comunidades.

Buscando entender a vivência das comunidades, uma das primeiras perguntas foi se **“Essas comunidades sempre existiram?”**. Se sim, elas tinham o mesmo nome. Nas entrevistas todos/as afirmaram a existência das comunidades desde sempre, ou de quando chegaram na região, e apenas duas comunidades entrevistadas declararam que o nome da comunidade era diferente do nome atual, uma foi São Manoel do Pará e a outra Cachoeirinha, conforme citações abaixo:

Aí não, quando nós chegemo aqui, aqui o nome aqui falava Buritizinho Escaraçador, esse corguinho que passa aí, falava Escaraçador, né? E tem um corguinho pra cá que é Buritizinho. Ah! Aí esse aqui era o nome, Buritizinho Escaraçador, cada um falava um nome, mas era esse, são dois nomes. Aí quando, quando fez... Quando construiu essa escola aí, aí que quiseram, falou, você é aqui... (Dona Helena, Comunidade São Manoel do Pará, entrevista concedida em 08/06/2024).

Antes era Brumado, né? Aí depois da história da cachoeira ali, aí ficou cachoeira, cachoeira... Aí mudou. (Dona Greicy, Comunidade Cachoeirinha, entrevista concedida em 17/08/2024).

Nas falas de Dona Greicy e Dona Helena é possível perceber também a estreita relação dessas comunidades com a natureza, e a influência disso no nome dado às comunidades. No caso de São Manoel do Pará, apesar de afirmarem que o nome atual foi dado depois da construção da escola, anteriormente na entrevista, foi citado que existe um rio próximo que se chama Parizinho.

Consolidando essa percepção de que diversas comunidades da região da Morraria possuem **nomes associados à natureza** como rios e árvores, exemplos disso são as comunidades Brumado (rio), Buriti Grande (árvore) e Cumbaru (árvore). A fala de Seu Nilo, uma das lideranças da Comunidade São Manoel do Pará, reafirma essa relação com a natureza:

Foi por causa que naquele tempo, sabe porque é? Tinha uns corrigo. Tudo uns corrigo. E os antigo... Os antigo naquele tempo andavam assim... Rumava nome, até nas pedra. Até nas pedra, tinha muita vezes assim uma pedra... que se embunizava, assim. Daí, os antigo falava assim, eles levavam só as pedras, né? Aquela pedra redonda, comprida, uma lapidade. Porque... Rumava é assim também. aqui também foi assim, por exemplo meus avô era dono daqui, ai aqui existia esse corguinho aqui tem o corguinho, tem esse aqui que é o Escaraçador que tem ali mais na frente, tem outro Buritizinho porque tinha, tinha, tinha os pés de Buriti, lá tem os pés de Buriti. Aí tinha o...

O Parizinho, o Parizinho é mais... Fica lá na frente. Aí, pra chegar no Monjolo, tem um corrigo que se chama Capitão. Pois é, assim que vai. Assim que ficou o nome. tudo é, tudo é dos antigo, é antigo tudo que fazia... (Seu Nilo, Comunidade São Manoel do Pari, entrevista concedida em 08/06/2024)

E me parece enfatiza a estreita relação que as comunidades têm com os seres que compõem a Morraria, como os rios, morros e até as pedras. Indo de encontro à importância de dar nomes, citada por Malcom Ferdinand (2022, p. 204) onde afirma que “Não se trata apenas de dar outro nome, e sim de encontrar formas de fazer emergir os traços da Terra, das paisagens e dos não humanos, como se estes últimos também participassem da atribuição do nome”.

Havendo realizado uma reflexão em uma perspectiva mais específica, de comunidade, em um segundo momento, a intenção era entender questões de nomenclatura mais gerais, da região da Morraria. Será que antigamente usavam essa nomenclatura? Existia uma diferença entre essa região e outras? As respostas variaram, mas de forma geral **a região era conhecida por Morraria**, e existia uma **diferença entre região da Morraria e região do Baixo Pantanal**, algumas citações abaixo reafirmam essa percepção:

Então, Morraria morroquiana, não sei dizer para você quando, surgiu é eu acho que foi em 2000 e... 2009, 2010, mais ou menos, que eu participei do encontro de Cuiabá. Aí que surgiu esse nome morroquiano né? Isso, que foi nesse encontro de Cuiabá. E aí agora que tá a renovação do conselho né? E tá mais fortalecido essa questão do morroquiano. (Dona Maria Valeria, Comunidade Serragem, entrevista concedida em 01/06/2024).

Seu Nilo: ...Sim, Morraria, Morraria, tudo a vida era Morraria.

Dona Miguelina: Porque do outro lado do Livramento, né? é o Baixo Pantanal, né?

Seu Nilo: É o Baixo Pantanal.

Dona Miguelina: Aí assim, não tem morro, não tem serra ah tá e aí tudo é baixo, né? E aí esse lado que é município do Livramento mesmo. Aí é Morraria, pra cá é difícil você ir prum lado que não vê morro... Na verdade, tudo tempo teve o nome Morraria. Mas aí não tinha assim um... Como que gente falo? É assim... Porque pra lá sempre já se falou, né? Baixo Pantanal, né? E pra cá falava só Morraria. Não tinha assim um nome mais... É... Específico, né? Aí depois que nos estudo deles, tudinho...Aí foram dando conta que moraria, morroquiano. (Dona Miguelina e Seu Nino, Comunidade São Manoel do Pari, entrevista concedida em 08/06/2024).

Bom, aqui... A região conhecida como Morraria, né? Região da Morraria, porque, tipo, é nossa região aqui todinha, até no Pé da Serra, Morraria. Só

que aí cada comunidade tem o seu nome, né? Específico, assim. (Dona Adriana, Comunidade Carrapatinho, entrevista concedida em 17/08/2024).

Seu Simão: Eu, por exemplo, desde que eu comecei a conhecer, eu já conheci como Morraria. Morraria. Aí, portanto, que até naquela época diziam-se que da BR-070 pra cá era Morraria, né? E da BR-070 pra baixo, Baixo Pantanal, né?

Dona Rosa: Inclusive, que hoje, quando a gente vai nessa reunião, assim, mais por fora, pergunta, a gente fala que nós somos morroquianos, né? Morroquianos, né? Sim. Hoje, nós já vimos, vai apresentar “Mas ‘cês são da onde?” Somo da Morraria, somo são morroquianos”. Com esses conhecimentos, a gente foi conhecendo que a gente, nós conhecia só aqui, era do outro lado, mas nós não conhecia, assim, não tinha esse entendimento, esse conhecimento... Nós vivíamos em uma Morraria. Nós somos morriquianos. Quando eu estava lá em Cáceres, aí “Você é de onde? Você é o quê?” Então, a gente já identificou morroquiano. Hoje, a gente já tem esse conhecimento.

Seu Simão: O que eu quero dizer é o seguinte, até ali, a MT-060 que sai da MT-070 ali no trevo do Livramento pra ir pra Poconé. Então da MT-060 pra baixo, você encontra pouco cerrado, você encontra pouco morro, quase não tem. Aí já de lá pra cá é que já começa a ter essas morroquinhas, cerrado e coisa e tal, né? Mas daí pra lá você já pouco encontra isso. Como dizer, né? Essa ‘pranície’, né? De lá pra lá você já vai encontrando só varjão, varge e mata. Sai da mata, aí é aquele campo. Aí depois, lá mesmo pra baixo, já da 050, MT-050, é uma estrada que sai de Capão Grande, vai até o Pirizal de Baixo. Aí nós temos a 060, aquela que vai pra Poconé, a 050, que vai pra Capão Grande pra o Pirizal e temos a 051 que vai da Praia Grande pra Manduvi, lá no Pantanal. Então nós temos que ter essas três estradas aí. E aí você pegando essa última que sai ali da Praia Grande para Manduvi, aí você já não encontra mais essas serras de jeito nenhum, é só baixadão. Aí começa aquela, tem trecho assim que você olha assim, aquele campo que vai embora, é só capim. Com aqueles culpizinho compridinho, cheio daqueles culpizinho. Aí distante assim, coisa de 300 metros, 200 metros, assim, aí faz aquelas cordilheiras de mato. Aqui vai uma cordilheira, aí depois lá na frente segue outra cordilheira e nesse meio é só o varjão. Assim que é pra lá. Até o varjonal. (Dona Rosa e Seu Simão, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025).

O encontro de Cuiabá, citado pela liderança Maria Valeria, foi o I Seminário de Mobilização e Mapeamento Social, que ocorreu em Cuiabá, em outubro de 2008, promovido pela universidade de Mato Grosso em parceria com órgãos estaduais e federais, reunindo 250 lideranças com intuito de mapear grupos sociais do estado de MT, e promover sua inclusão em instrumentos de políticas públicas (SILVA e SATO, 2010).

Tais falas, vão de encontro às citações do professor Acir Montecchi, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) durante o documentário sobre a Morraria

(SILVA, 2022), às quais indicam a existência de uma diferenciação de regiões entre alto e alagada, fazendo assim um paralelo entre Morraria e Baixo Pantanal:

Então essa região toda pra gente ela se reveste de uma importância fundamental...para entender a relação com seu entorno...grande parte dos moradores da cidade eram pessoas que...que em determinadas épocas do ano também interagia com os moradores do pantanal no sentido de que eles saiam para fazer serviços na fazendas pantaneiras na época da seca, na época da estiagem, então sempre houve uma interação muito grande e de troca de fluxo entre moradores do alto e moradores da região alagada, isso definiu desenhou, descreveu uma dinâmica na forma de viver nessa região.

Figura 26: Serra das Araras ao fundo, estrada próxima à casa de Seu Catiti, na Comunidade Lajinha de Cima, na região da Morraria.



Fonte: Aatoria própria.

A região em que realizei a pesquisa era cheia de serras e morros, mas havia uma grande serra ao fundo (Figura 26), que tinha dúvida em relação ao seu nome, se era por causa dela que toda a região se chamava Morraria, mas segundo relatos dos entrevistados, **essa serra é conhecida por Serra das Araras e faz parte da região:**

Esse morro aqui, toda a vida desde que eu entendi por diante, aqui fala Serra das Araras - Serra das Araras, Ele nascia lá no Cassandi, lá na casinha de Rosario um pouquinho, ai Simão conhece lá na Cassandia né, que é Di Norato Piris, ai de lado de Norato pra cá, essa serra, nós trata ela de Serra das Araras. Daí la vai até no... Como que fala? Conto do céu, não sei. Alto do céu? que atravessa pra ir Caceres, lá pra baixo. Seu Simão - Mangaval.? Mangaval, é. Até lá o nome dela, sempre que morro, Serra das Araras... Morraria? É que aqui o município mesmo, ali Livramento trata aqui de morraria. Ah tá. morraria...É, nós também falamos morro, morraria, Serra das Araras. Mas quando tem uma pessoa que quer saber o nome certo, é Serra das Araras... (Seu Arnaldo, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

Morraria, o povo fala morraria porque nós moramos aqui na beira da serra. Lá morraria que chama, mas o nome dessa terra aí é Serra das Arara. (Seu Crispim, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

Nas entrevistas das comunidades Cachoeirinha e Serragem, as falas sobre a nomenclatura Morraria foram distintas da maioria, mas enfatizaram que as **comunidades eram conhecidas e tradicionais**. Eis a fala da Dona Adriana da Comunidade Carrapatinho “Não, aqui sempre foi... é... comunidade. Comunidade, né? Tipo... Comunidade tradicional, né?” também enfatiza essa característica tradicional e antiga das comunidades.

A região da Morraria e o município de Nossa Senhora de Livramento também passaram por um processo de regularização das áreas coletivas e tradicionais, passando a serem reconhecidas pelo estado como **assentamentos tradicionais**. Nas entrevistas realizadas, alguns moradores da Comunidade Laginha de Cima, trouxeram esse processo em suas falas:

De Laginha? Já era Laginha, mais falava em comunidade. Aí hoje virou o tempo. Agora é assentamento, Aqui é um assentamento tradicional. Beneficil que governo quis distribuir pra nós, que fiquemo muito contento. Como quem diz, a primeira surpresa que nós levemo, que fomo contemplado com as casinha, é desde 2003. Aí que... Ficou Laginha memo, assentamento PA Laginha de Cima. De 2003 para cá trocou só por esse nome né? Incumpridou mais né? Mas que aqui é Laginha de Cima... (Seu Arnaldo, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

É justo. Aí nós fiquemo aqui, hoje nós 'tá, nós 'tá num... Ficou quando veio essa casa para nós, está aí no dia, nós tivemo, emprestamo dinheiro do

Pronaf¹⁶, aí ficou aqui: Laginha, PA [Projeto de Assentamento], PA, Laginha de Cima. É porque nós ficamos sem uma terra assim. Hoje a nossa terra está no governo. Nós mesmos falamos, é meu, é meu. N: A terra aqui, fala a moda, é tradicional, é faivadinho, cada um com seus pedacinhos. Mas para receber esse benefício, teve que fazer como se fosse a terra do assentamento, pra receber as casinhas que ficou. O projeto de assentamento tradicional, que é o PA. (Seu Crispim, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

A busca por direitos territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais é um exercício constante que passa pelo reconhecimento de suas especificidades e existências nas regulamentações dos dispositivos constitucionais¹⁷ e de leis nacionais¹⁸, e a sua concretização em políticas públicas ambientais e agrárias. No caso das políticas agrárias, as diferentes modalidades de assentamentos ambientalmente diferenciados são uma alternativa, e se baseiam nas diferentes formas de uso do território pelas populações tradicionais que os ocupam ao longo dos anos (PINTO, 2023).

Seu Simão da Comunidade Brumado, foi uma das lideranças comunitárias que acompanhou e apoiou essa prescrição de assentamentos tradicionais no município. Como relata abaixo, essa regulamentação deu subsídios para acesso a alguns direitos (construção de casas de alvenaria) e foi feita pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) a partir de um levantamento prévio sobre as comunidades, realizado pelo próprio estado:

...Daquela região lá é, Sucuri, Quilombo, Campina de Cima... aí vem A ladjinha, né? Depois Buriti do Atalho, Cachoeirinha, Carrapatinho, Limoeiro bem aqui próximo, aí vem os Coxos, Brumado aqui, né? E o Paratudal, ele tá no perímetro do Brumado, né? Porque é uma sesmaria aqui no Brumado... sesmaria-Brumado que abrange o Paratudal também. Então aqui nessa região aí vem ali no Cascavel. O Cascavel, ele atinge, abrange, o São Manoel do Pari, lá na Rancharia, Morraria, né? Tudo tá dentro do Cascavel. Aí depois vai lá pra baixo, né? Lá na região Figueiral, Puna, Aterrado, né? Pai André de Baixo... Tudo, tudo. Lá na rota do Bananal, é a última comunidade que entrou

¹⁶ O Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem como objetivo “promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria de qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares. Fonte: BRASIL, 2025

¹⁷ Os dispositivos constitucionais se referem aos artigos 215, 225, 231 e o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Fonte: BRASIL, 1988.

¹⁸ As leis nacionais se referem principalmente ao Decreto n° 6.040 de 2007(Fonte: BRASIL, 2007), Convenção 169 da OIT de 1989, pelo decreto n°10.088 de 2019 (Fonte: BRASIL, 2019), Convenção da Diversidade Biológica (CDB) de 1998, pelo decreto n°2.519 de 1998 (Fonte: BRASIL, 1998), Decreto n°7.747 de 2012 (Fonte: BRASIL, 2012) e Decreto n° 11.786 de 2023 (Fonte: BRASIL, 2023).

dentro desse projeto de assentamento do Estado. E é tudo comunidade tradicional... Começou em 2004. Começou em 2004 e aí, em 2005, criou os assentamentos. Então, porque o Intermat tem conhecimento de tudo quanto é terra no estado do Mato Grosso. Em todos os municípios do Mato Grosso, o Intermat conhece a realidade tudo dessas comunidades tudinho Eles têm o histórico dele, né? E aí, por essa questão, é que eles fizeram os levantamentos, né? Aí que, depois desse levantamento, foi publicado um diário especial, né? Que 'tava sendo requerido pelo estado, né? Pra fim de assentamento, né? Estadual, né? Tudo foi feito, essa tramitação aí, tudo. E depois que criou, foi requerido pelo Estado e foi criado o assentamento, aí eu comecei a acompanhar. Na hora de começar a cadastrar as família que 'tava dentro dessas comunidades, aí eu acompanhei tudinho. Os cadastramento, das família que iam receber os benefícios, tudinho eu acompanhei. (Seu Simão, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025).

Anteriormente, ao abordar a origem das comunidades e a chegada das pessoas ao território foi possível perceber que as comunidades se relacionam e possuem um grande fluxo de movimento entre si, muito provavelmente pela forte relação de parentesco e proximidade territorial entre algumas, como cita Seu Simão em sua fala quando fala de Laginha de Cima:

Laginha de Cima, Água Limpa, Campina, Quilombo e Sucuri tudo é formado por parente. Ali, como Seu Arnaldo está aqui na Ladinha, né? Mas ali na Água Limpa tem parente dele. Lá na Campina tem parente dele, que é ali a Dona Paulina, é prima e irmã de Seu Arnaldo. Mora na Campina, né? Lá no Quilombo tem várias famílias lá, tem irmã de Seu Arnaldo lá, tem prima e irmã de Seu Arnaldo lá. Lá no Sucuri tem primo de Seu Arnaldo lá, né? E das demais famílias aqui da Ladjinha. Então, é por isso que eu falo, da Ladjinha até no Sucuri é só parentes. (Seu Simão, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025).

No entanto quando se fala em Morraria, na região e nas comunidades, o que foi possível perceber com as perguntas, foi que as comunidades são esse **local de encontro**, e que as comunidades estão **interligadas e se conhecem**, independente da distância ou parentesco, exemplo disso aparece na fala de Seu Catiti, da Comunidade Laginha de Cima:

[...] O povo falava morraria. Por causa da serra que nois mora aqui. Faz o nome do lugar. Aqui é Laginha de Cima, de ali é Agua Limpa, mais na frente é Quilombo, mais na frente é Sucurí, mais na frente é Carandá. Mais na frente monjolo, mar na frente Bacaiuva, mais na frente Piuvá... bem ali é Mutum, mas na frente é o Cumbaru, pra cá encabeceira da Raizama, Corrego Seco, Bunito, Joanna, Bololota, Rei piu que era da colônia, mais na frente Raizama, outra Raizama, mais na frente Vaquejador, ai jtá é Jangada, la na frente é Jangada. (Seu Catiti, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 17/08/2024).

Tais entendimentos, me levam a pensar que as comunidades possuem um **senso comunitário**, entre si e dentro da região da Morraria, sendo possível perceber uma **cultura de pertencimento**. Pensando na fala da Dona Adriana, liderança da Comunidade Carrapatinho, “Então, nessas andanças de estar nessas reuniões, dessas... da Fase, do grupo de mulheres, a gente foi conhecendo. Mas também por essa região de Morraria” acredito que as formas de organizações internas dos moradores, articulações entre as comunidades e apoio externos ao território de ONGs também influenciaram no reconhecimento do território e fortalecimento dos laços comunitários e de pertencimento.

Segundo o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) referências culturais podem ser conceituadas como:

Referências são as edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2000, p. 29).

Se baseando nesse conceito e buscando entender melhor as **referências culturais** e contextos das comunidades, em todas as entrevistas fiz perguntas sobre “o que você sente falta quando sai da comunidade?” ou “o que tem a cara da comunidade?”. As respostas variaram, mas de forma geral, alguns elementos se destacaram como as **festas, instrumentos musicais próprios e comidas locais**, nos quais sempre era enfatizado a construção conjunta e colaborativa, conforme alguns depoimentos abaixo:

O que une as comunidades? A cultura. A cultura. Que todo mundo - tem. Né? Por exemplo... É, se você faz uma festa, todo mundo se junta, para passar o dia junto, né? Eu acho que a cultura é símbolo mais, que junta. - As festas. - Cultura. Acho que é isso. (Dona Maria Valeria, Comunidade Serragem, entrevista concedida em 01/06/2024).

Dona Miguelina: Eu acho que é costela com banana, costela com banana, tem várias formas.

Dona Helena: “Farofa de banana.

Dona Miguelina: Rapadura, principalmente. Rapadura. Furrundu. Esse é uma comunidade que preserva isso. Essas comidas. Em outras comunidades assim, você vai, uma hora ou outra, você vai comer também. Mas ainda aqui, eu acho que o grosso daqui na comida sempre é isso. Porque aqui, nessa comunidade aqui...é uma das comunidades que mais curti a agricultura familiar mesmo assim, que todo mundo tem a roça. Tudo meio junto, é tudo assim, paiao, né? (Dona Miguelina e Dona Helena, Comunidade São Manoel do Pari, entrevista concedida em 08/06/2024).

Aqui a nossa tradição quase que não muda, desde muitos tempo é uma festa, aqui a comida das festas é carne ensopada, aquela emboladinha harmônica ensopada e daí o isoço, aquela isoçada com aqueles outros miúdos faz um sopão ou com banana, com mandioca e daí feijão, arroz é isso que é sempre a nossa comida, quase que num muda de jeito não sempre é isso aí, aí... (Seu Arnaldo, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024)

Festeiro. É muita gente que vinha. Varzea Grande, tem muita gente lá, né? (Seu Rafael, Comunidade Carrapatinho, entrevista concedida em 17/08/2024).

O que é a cara de Carrapatinho é a nossa rapadura. Não podia deixar de falar da rapadura. Porque, ah, falar é a rapadura. Porque aqui sempre foi o como se diz, o carro-chefe da comunidade. Tipo, a rapadura. Porque tipo, vem desde a época do atual dono, né? Que Deus a tenha, desde aquela época como eles conta, como era, né? ... Hoje, por exemplo, é porque tipo a cooperativa que eles tinham montado antes, tipo, desandou. Cada um foi pro seu campo. Que antes fazia todo mundo reunido, né? Tipo, eles fazia aquela grande plantação, aí cada dia fazia pra um. Aí assim. Aí foi indo e foi indo e que já não foi mais dando certo, né? Aí cada um foi fazendo pra si... A plantação de cana...É só a rapadura com coco de babaçu, massa de mamão, leite... É leite. Babaçu, mamão, leite. Tudo natural...Meu esposo que faz... Hoje 'mêmo,' hoje eles estão fazendo...Meu sogro tá fazendo. Eles levantaram de madrugada. Daqui a pouco eu acho que já deve estar quase pronto, já, porque pelo horário. (Dona Adriana, Comunidade Carrapatinho, entrevista concedida em 17/08/2024).

Um outro elemento percebido que trago como um diferencial seria a própria **natureza em abundância** e o estabelecimento de uma relação de significado e relação de valor com ela. As respostas me remeteram à citação de Eduardo Oliveira, quando fala sobre a natureza (OLIVEIRA; SANTOS, 2023, p. 16):

Dizer natureza é dizer a experiência das relações poéticas como também dizer da experiência da produção das liberdades, não como um conceito abstrato, mas como uma experiência incrustada num lugar, num território geograficamente determinado...A natureza não é estática, mas uma experiência de relação poética que gera experiências de liberdade.

As falas de Dona Norma e Seu Crispim da Comunidade Laginha de Cima, das mulheres da Associação Raízes do Cerrado da Comunidade Cachoeirinha, e de Seu

Simão e Dona Rosa da Comunidade Brumado, trazem à tona essas ligações com a natureza, e produção de liberdades citadas por Eduardo anteriormente:

Dona Norma: É o vento, que aqui venta mais. Então, a cidade parece que não venta mais, 'tá toda apertadinha. Esse ar puro, falar mais dos cantando dos pássaro, é a sariema que vem ali no terreiro comer milho. Essas coisas aí, né? A comida, esses comelão... É a sopa da banana, é a sopa da mandioca, é carne com arroz, é canjica...

Seu Crispim: É galinha com mandioca.

Dona Norma: Essas coisas. Essas comidas típicas que fala é mais na festa de menina que vai, né? Vai nas festinhas na escola. Faz tudo isso, faz quentão, faz bebida também. Faz a água. A água também é uma água que a gente vai usar e não vai pagar. Graças a Deus ainda tá tendo. A água daqui vem de lá da graça. (Seu Crispim e Dona Norma, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

A cara daqui, da Cachoeirinha, é a cachoeira, né? Eu lembro assim, apesar de eu não ser daqui... Quando o rio 'tá cheio, é aquele movimento. (Mulheres da Associação Raízes do Cerrado, Comunidade Cachoeirinha, entrevista concedida em 17/08/2024)

Dona Rosa: Então, é boa a pergunta. Quando a gente sai daqui, que a gente vai pra outro lugar, por exemplo, a gente acha falta da liberdade que nois tem aqui, da liberdade do espaço que nois tem, da tranquilidade que nois tem aqui, do rio que nois tem aí, que a gente sabe que tem o rio que tem água que dá pra a ciência, pra a criação. Então, é uma falta de criação que a gente cria aqui na comunidade do Brumado, onde nós mora. É isso aí que nois sentimo a falta! Que nois sai daqui é negócio, por causa que se 'cê sai daqui do Brumado onde nois moramos, nois vai pra outro lugar, não é aquela liberdade que nois tem aqui. Eu vejo assim, é isso aí, que a falta do rio, a cara do Rio Brumado é a falta dele que nois acha...

Seu Simão: Eu com quase dez anos de vivência aqui na Comunidade Brumado, eu vejo assim que a cara da Comunidade Brumado é o rio, o Rio Brumado. Porque eu já tenho a oportunidade e a liberdade de percorrer o rio desde aqui onde a gente reside até uma certa altura lá pra cima, de percorrer várias vezes por dentro dele. E aquele, ali eu fui tomando conhecimento do rio Brumado, e foi assim, entrando na minha mente como que era esse Rio Brumado antigamente como a história que a gente já venho... Sempre eu escuto de Rosa e de outros mais, então nesse sentido eu vejo que a cara da Comunidade do Rio Brumado. É o rio, entendeu?... E aí quando a gente sai, como ela disse, eu também vou dizer, a gente se sente farta e uma vez tão lá em Livramento e eu lembro de quando eu caminho por dentro do rio Brumado, vai ali, vai ali, né? É cheio de curva, tem um monte de curva... (Dona Rosa e Seu Simão, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025).

Essa relação intrínseca das comunidades com a natureza, me leva a pensar também em um caráter orgânico e vivo que parece característico de ambas, e constrói a cultura das comunidades, sendo que (OLIVEIRA; SANTOS, 2023, p. 18) "...a natureza se impôs para constituir a nossa "natureza", ou seja, o espaço onde vivemos produz e

constitui a nossa subjetividade.” e a natureza sendo (OLIVEIRA; SANTOS, 2023, p. 19) “...um complexo de relações que envolve inclusive o que chamamos de humano, portanto, o que chamamos de cultura... a lógica da cultura é a lógica da natureza” é possível pensar que as referências culturais dessas comunidades estão intimamente ligadas à Natureza (não genérica, mas específica da região da Morraria) e à cultura engendrada pela vida comunitária.

Falar de cultura é falar de complexidade, de interações e vivências que conferem sentidos a determinadas pessoas e grupos. Segundo Stuart Hall é compreendida enquanto “significados partilhados”, sendo que (HALL, 1997, p. 22) “pertencer a uma cultura é pertencer mais ou menos ao mesmo universo conceitual e linguístico”. Ele ainda acredita que a identidade surge a partir das relações e negociações que ocorrem na cultura. Assim, segundo Hall (2000, p. 112) o termo identidade seria:

o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós.

Tais conceitos e discussões, principalmente quando pensamos nessa provocação de sujeitos sociais, vão de encontro à fala da liderança Maria Valeria da Comunidade Serragem, que em contextos de busca de legitimação de seu território, das comunidades da Morraria e de suas características específicas, afirma que:

Então, Morraria Morroquiana, não sei dizer para você quando, surgiu é eu acho que foi em 2000 e... 2009, 2010, mais ou menos, que eu participei do encontro de Cuiabá. Aí que surgiu esse nome morroquiano né? Isso, que foi nesse encontro de Cuiabá. E aí agora que tá a renovação do conselho né? E tá mais fortalecido essa questão do Morroquiano. (Dona Maria Valeria, Comunidade Serragem, entrevista concedida em 01/06/2024).

Pensando na identidade como um processo dinâmico, orgânico e continuamente em transformação, podemos relacioná-la ao entendimento de Stuart Hall, que afirma que a identidade não é uma condição única, fixa ou imutável. Pelo contrário, ela é um fenômeno adaptativo, marcado há um só tempo pela resistência e pela capacidade de se reinventar diante das circunstâncias. Nesse sentido, as comunidades da Morraria

parecem demonstrar bem essa dinâmica. A fala da liderança Maria Valéria, ao ser questionada sobre “o que seria ser Morroquiano”, reforça essa compreensão, evidenciando que a identidade não é uma essência estática, mas algo que se constrói e se reformula a partir das experiências, reafirmando assim a natureza multifacetada e em permanente movimento da identidade:

Ser Morroquiano pra mim, é resistência. É a pessoa ser resistente, Porque cê mesmo viu aí, né? Morar na Morraria não é brincado não. É uma coisa bem desafiadora, que é tudo as coisas muito, muito difícil, muito duro né? E aí as pessoas ainda ta aqui teimando, então é algo bem, sabe, bem resistente. (Dona Maria Valeria, Comunidade Serragem, entrevista concedida em 01/06/2024).

Analisando o depoimento de Maria Valeria, ser Morroquiano está intrinsecamente conectado a Morraria, a resistência de viver e habitar esse território, neste sentido a identidade Morroquiana parece ter similaridades com o conceito de Cosmografia de Little (2001 *apud*. 2004, p. 254) que é definido como:

os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantêm seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

Sendo assim complementar ao conceito de identidade territorial citado anteriormente quando abordamos a temática de origem e chegada ao território. E ainda me parece que a territorialidade Morroquiana se manteria viva “nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que daria profundidade e consistência temporal ao território” (Little, 1994 *apud*. 2004, p. 265) da Morraria.

3.4 Memórias e histórias sobre o fruto

É, porque assim, cada região, né? Aí dá pra ver que o cumbaru teve sempre presente, né? Sempre presente, de uma forma ou de outro. (Dona Miguelina, Comunidade São Manoel do Pari, entrevista concedida em 08/06/2024).

O cumbaru aqui era uma coisa, a fruta dele era um medo danado, tem nossos

avô, mãe, pai. Nois pegava ela no mato, bom, a carinha dele nois rroía, escondido, não sei o quê. Criança, larga disso! Ele dá ferida no nariz! (Seu Arnaldo, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

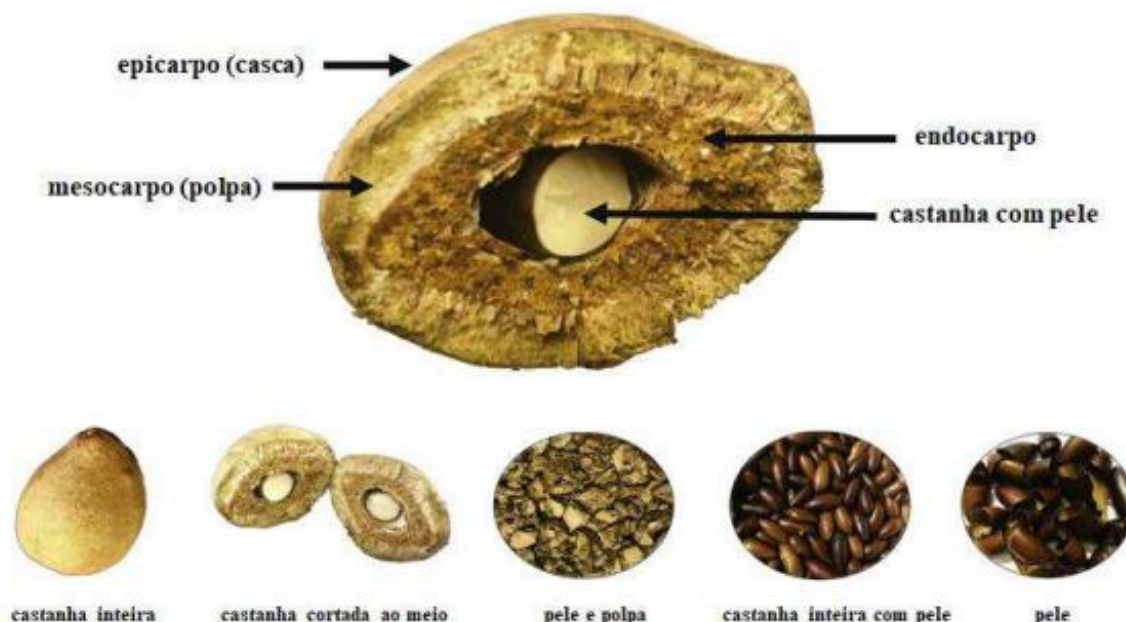
As respostas encontradas pela pesquisa, que exploram as conexões entre a memória social e o fruto Cumbaru entre os Morroquianos, estão alinhadas a três dos objetivos específicos previamente delineados. O primeiro, consiste na análise das memórias e narrativas sobre o Cumbaru entre os membros das comunidades, buscando compreender as histórias e representações que se perpetuam. O segundo envolve a comparação e a identificação das similaridades e diferenças na construção de narrativas em torno do Cumbaru, considerando as memórias de infâncias de pessoas de diferentes idades dentro das comunidades, o que permite observar as transformações e permanências na percepção do fruto ao longo do tempo. Além disso, este tópico contribui de maneira indireta para o alcance de outro objetivo, ao evidenciar referências culturais associadas ao Cumbaru, no contexto das comunidades morroquianas, contribuindo para o entendimento de sua importância simbólica e cultural no cotidiano dessas comunidades.

As rodas de conversa e entrevistas se iniciavam geralmente em perguntas voltadas à época da infância, se comiam cumbaru, como comiam, se existiam histórias e conselhos relacionados ao fruto. Nesta temática utilizo o conceito de Lélia Gonzalez onde (2020, p. 78):

a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção

Considerando assim, nos relatos de infância do Cumbaru como essa “história que não foi escrita”, mas ainda assim constituindo um “lugar da emergência da verdade” que se estruturou “*como ficção*” nos conselhos orais passados entre familiares.

Figura 27: Visão geral do fruto do Cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.).



Fonte: ALVES-SANTOS *et al.*, 2021.

Houve unanimidade entre os participantes em relatar que todos recebiam **conselhos** de seus pais, avós/ôs e mães de que **não se devia comer Cumbaru porque dava ferida/ “pereba”**, como observado na sistematização de relatos do Quadro 9. Além de dar ferida, alguns citaram feridas em **partes específicas do corpo como nariz, pernas e braços**, e outros só citavam ferida no geral. E ainda, uma outra diferenciação entre as narrativas em torno das feridas que pôde ser percebida, foi de que alguns relatos especificavam que a ferida se dava por **comer a castanha**, ou por **comer o “coco” / “carninha” (mesocarpo)**, e ainda outros **não faziam diferenciação entre partes do fruto**.

Quadro 9: Relatos sobre os tipos de ferida causados pelo Cumbaru.

Nome e Comunidade	Tipos	Histórias sobre ferida
Dona Maria Valeria – Serragem	1	Ferida no Nariz
	2	Ferida no corpo
Seu Catiti – Laginha de Cima		Ferida no Nariz
Dona Miguelina e Dona Helena – São Manoel do Pari		Ferida no corpo

Seu Arnaldo – Laginha de Cima		Ferida no nariz
Seu Rafael - Carrapatinho		Ferida (especifica que era a castanha*)
Dona Adriana - Carrapatinho		Ferida (especifica que era castanha)
Dona Greicy, Dona Rosa, Dona Estela - Cachoeirinha		Ferida
Seu Crispim e Dona Norma – Laginha de Cima		Ferida das pernas e braço (especifica que era o coco/carninha)
Seu Simão e Dona Rosa - Brumado		Ferida

Fonte: Autoria própria.

Na Comunidade Brumado, achei interessantes duas percepções: a primeira na ênfase dada de que eram as **mães as maiores preocupadas em relação ao consumo de Cumbaru**, como pode de se perceber nas falas a seguir:

Dona Rosa: Só que quando a mamãe descobria que nois comeu cumbaru... Quando nois comia, comia a polpa dela. Aí tentemo quebrar pra comer o coquinho ali dentro. E aí quando a mamãe um dia achou nois, foi ver lá na beira de estrada quebrada, e a mamãe, daquele jeito, não muito papai, mas mamãe, ela queria saber como que aconteceu, o que vocês fizeram com isso, vocês que fez, porque aqui não passa ninguém, aqui é vocês...Mas mesmo assim, nós, a hora que pegava longe dela, comia, né? Comia. Papai não falava nada, mas mamãe se pegasse lá no pé de cumbaru, comendo...

Seu Simão: Minha mãe, demais, impedia a gente não comer o fruto cumbaru com essa questão. Que dava ferida, que dava isso, que dava aquilo. Não come porque não dá. E a meu pai não importava também, meu pai não ligava pra isso. E a minha mãe, minhas avós, tudo tinha esse hábito de não deixar a gente comer o cumbaru por causa dessa questão de ferida... (Dona Rosa e Seu Simão, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025).

Essa ênfase dada às mulheres, do meu ponto de vista, realça o protagonismo delas na construção da cultura e identidade do território, assim como a longa tradição de repasse de conhecimento oral via as mulheres, indo de encontro à citação de Lélia Gonzales sobre a relação da função materna e a sua influência na construção de cultura (2020, p. 88):

A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente. Ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura...

A segunda percepção se refere a **outros tipos de efeitos maléficos** que seriam advindos do consumo do fruto do Cumbaru, como na fala de Dona Rosa, da Comunidade Brumado, em que cita que sua mãe:

Ela não falava ferida, falava pereba, aí esse daí dá desenteria, esse daí dá diarreia, então arrumava um monte de obstáculo, né, do cumbaru.... Porque se ele fazia um mal, se dava ferida (ela falava “pereba”, mas significa ferida). Ferida, vai ficar ferida, o sangue fica grosso, o sangue fica lá. Se ela inventava aquele monte de coisa, eu não sei de onde que ela tirou, não sei se foi da mãe dela que falava isso pra ela. (Dona Rosa, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025).

E ainda para além desses, também foi citado o **efeito de “dar fogo”** que apareceu nas falas das comunidades Brumado e Cachoeirinha, conforme segue abaixo. Cabe ressaltar que durante outras saídas de campo, fora do contexto da pesquisa, por questões profissionais, ao conversar com lideranças de outras comunidades, essa propriedade afrodisíaca era citada, incluindo apelidos como o “Viagra do Cerrado”. Inclusive na Comunidade Buriti do Atalho, uma liderança mulher citou que sua mãe a impedia de comer Cumbaru “por dar fogo na menina”:

Ah, porque eles falava que ele ia virar ferida, dá ferida, que ele é quente, já falava, você vê, falava dessa quintura desde antigamente. Mas hoje a gente brinca, ah, é afrodisíaco, né, mas de repente o trem era mesmo e a gente não sabia, né? (Mulheres da Associação Raízes do Cerrado, Comunidade Cachoeirinha, entrevista concedida em 17/08/2024).

E aí diz que dava fogo na moça, tudo! As mães falavam que não podia comer, porque isso daí também, aí faz ficar moça mais rápido. Ela falava pra nós “Isso daí dá fogo numa menina. A menina não pode comer cumbaru, porque aí quando assusta, tá aí, aí não tá no tempo de vir, já vem, por causa do quê? Essa fruta a gente não come, isso aí é pra animal, não é pra gente”... ? E ela falava que dava tudo isso. Ela falava que ia ficar moça antes de chegar o momento, porque é muito quente, põe mulher com fogo, e isso era, inventava toda aquela coisa. Até que ela falava assim, pra nós, que nós, ela não contava, quando eu vinha, não contava o que era isso... , porque isso aí dá cólica, isso é muito quente, dá cólica. Quando vem pra você, vem com dor, vem isso aí... (Dona Rosa, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025).

Todas essas diferentes construções de conhecimento em torno dos efeitos do consumo do Cumbaru indicam que houve um entendimento a partir da experiência e vivência entre o cumbaru, as pessoas e seu ambiente. Ou seja, houve uma interação, um entendimento sobre a árvore, levando à conclusão de que ter esse conhecimento significa, neste caso, menos doenças. Tal percepção, me leva ao estudo de Igor

Scaramuzzi (LIMA *et al.* 2018, p. 64) que descreve a relação de quilombolas com castanheiros no Pará e conclui que para os quilombolas “Entender as árvores e seus ouriços significa ter menos trabalho e maior sucesso.”.

Durante as entrevistas foram citados outros frutos e árvores permitidos pelos mais velhos, como por exemplo Jatobá, Embaúba, Buriti, Babaçu e Bacaiú [Bocaiuva]. Esse tipo de diferenciação entre o proibido e o permitido vai de encontro à percepção de Stuart Hall (1997, pp. 15-30) de que o universo da cultura também se constitui “como mapas conceituais compartilhados e sistemas classificatórios utilizados por determinados grupos sociais para conferir sentido à realidade. Nessa concepção, não existem significados culturais essenciais, fixos e imutáveis...”.

Levando assim a considerar, segundo os relatos, que o Cumbaru fazia parte desses “mapas conceituais compartilhados” onde havia conselhos que afirmavam que o consumo de Cumbaru dava ferida, e ao “sistema classificatório” das comunidades da Morraria de que o consumo do Cumbaru enquanto alimento era proibido. Desta maneira, a experiência de percepção dos mais velhos, de ver feridas em seus filhos após comer Cumbaru, levou à produção de sentido em torno dessa experiência, corroborando com a citação de Eduardo Oliveira (OLIVEIRA; SANTOS, 2023, p. 21) de que “A cultura é o que produz sentido. A natureza é o que sustenta o sentido produzido como experiência”.

Apesar dos conselhos e proibições dos mais velhos todos os participantes da pesquisa relataram que quando **crianças comiam Cumbaru escondido**, em sua maioria quando **estavam juntos de outras crianças**, seja em brincadeiras, no quintal de casa, ou no caminho do trabalho para roça. As respostas indicam que existia uma grande quantidade de **pés de Cumbaru nas proximidades**, não era preciso ir longe para encontrar um pé de Cumbaru.

Muitos apontaram que gostavam do **gosto e cheiro do Cumbaru**, como confirma a fala de seu Rafael da Comunidade Carrapatinho, “Andei comendo e eu ia até ‘agotiar’ gostoso, quando tava duro que tava caindo. [Risos] Era gostoso que era” e que estes eram **característicos do fruto**, apontando também seu tempo de maturação como se percebe na fala da Comunidade Brumado:

Nois, a primeira vez que nois comemos, é que nois ia na roça. O papai criou nois tudo na roça, trabalhano, capinando, fazendo várias coisas... E aí, nois ia pra roça e numa beira da estrada, assim, tinha aqueles pé de cumbaru que ficava cheirando quando ia cair, né? Aí, a gente ficava cheirando. Aí, nós pegava pra comer... (Dona Rosa, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025).

Devido à proibição do consumo, as crianças **não armazenavam o Cumbaru**, mas ainda **consumiam seu fruto de diferentes formas, intensidades, e partes**, dentre elas foram citadas: “carninha” /polpa, semente crua, semente com melado de açúcar, semente assada (Quadro 10). Para consumir a castanha, eles relataram **abrir o fruto de forma artesanal**, em sua maioria com pedras de diferentes tamanhos. Dois moradores ao explicarem como abriam o Cumbaru, citaram costume de quebrar como os “coquinhos do babaçu”. Cabe também destacar que em um dos relatos da atividade de abrir o Cumbaru levou a acidentes.

Quadro 10: Formas de consumo e brincadeiras com o Cumbaru durante a infância dos moradores entrevistados da região da Morraria (em * estão marcadas as brincadeiras).

Nome e Comunidade	Quant.	Consumo/brincadeiras na infância
Dona Helena – São Manoel do Pari	1*	Brincadeira de comidinha com folhas novas vermelhas (imitando alimentos)
	2*	Com Cumbaru grande brincava de engorda do porco/ “ <i>capa do porco</i> ”, vaca gorda/ “ <i>capadão da vaca gorda</i> ”, (imitando animais)
Dona Miguelina e Helena – São Manoel do Pari/ Seu Arnaldo – Laginha de Cima/	3	Comiam a polpa/mesocarpo (“ <i>roer a carne</i> ”)
Seu Arnaldo – Laginha de Cima	4	Comiam a semente com melado de açúcar
Seu Arnaldo – Laginha de Cima	5	Comiam a semente assada
Seu Arnaldo – Laginha de Cima	6*	Brincadeira de “ <i>tiaquaia</i> ” Chocalho (Instrumentos musicais)
Seu Arnaldo – Laginha de Cima	7*	Brincadeira de carga de carrinho (imitando trabalho do campo)
Seu Rafael e Dona Adriana - Carrapatinho	8	Comiam mais o fruto (“ <i>roíam a carne</i> ”) e as vezes a semente cru
Dona Adriana - Carrapatinho	9*	Brincadeira de “ <i>Casinha do mato</i> ” debaixo do pé de cumbaru*
Dona Adriana - Carrapatinho	10*	Brincadeira de comidinha com fruto (imitando alimentos)

Raízes do Cerrado - Cachoeirinha	11	Só comiam castanha
Seu Crispim e Dona Norma – Laginha de cima / Raízes do Cerrado – Cachoeirinha/ Seu Simão e Dona Rosa – Brumado	12*	Brincadeira de boizinho (cumbaru macio, palitos e cordinha)
Seu Simão e Dona Rosa – Brumado	13*	Brincadeira de “curralzinho” (imitando trabalho do campo)
Seu Simão e Dona Rosa - Brumado	14	Comiam a polpa e “coquinho” [castanha].

Fonte: Autoria própria.

Um outro questionamento levantado durante as entrevistas, foi se o Cumbaru além de ser consumido enquanto alimento, também era utilizado em brincadeiras, em resposta as comunidades entrevistadas relataram **8 tipos diferentes de brincadeiras** em torno do pé de Cumbaru e seu fruto, e ainda **6 formas e intensidades diferentes de consumo alimentício do Cumbaru** (Quadro 10).

Para além das brincadeiras e formas de consumo, enquanto alimento, também foram citados pelos moradores o **uso de diferentes partes do Cumbaru como remédios**, rumo ao outro tema abordado: Práticas de manejo, coleta e consumo do Cumbaru, cabendo destaque também para algumas propriedades do fruto que foram citadas como: **“depurativo”, “antibiótico” e “afrodisíaco”**.

Outro ponto que cabe destaque é o relato de que o pé de Cumbaru era utilizado como **instrumento de caça**, por ser uma árvore que tem sua frutificação durante o período da seca. Além do gado, muitos outros animais silvestres se alimentam de seu fruto. Assim fazendo uso desse conhecimento, as comunidades comentaram também sobre essa forma de uso, conforme fala da Comunidade Brumado:

No pé dele, achava comido, furado a castanha, furado a castanha, e comido o coquinho dele. Aí nois perguntou um dia pra o papai, o papai falou assim, que nois, que contou que nois fomos na roça, ele achou, nós que estamos comendo o cumbaru, né? Mas o papai nunca importou. Aí falou “Vocês ‘tão comendo cumbaru, né? Onde vocês pego esse cumbaru?” Aí, ali no cerrado, no lugar de vir aqui pra roça, nós lá temos pela aí. “Papai, lá tem uns cumbaru que tá furado a castanha e tá comido o coquinho dele”. Aí falou “Ah, sei que tá. Vou lá bijar, mas lá é paca. É paca que come”...É, aí ia lá no pé do cumbaru e ‘tava comido. Aí todo comido. Meu irmão também, o Diogo também. E aí saia procurando o pé do cumbaru que estava comido, porque

aí sabia que era a paca. Até hoje a gente conhece por aqui e agora. Aí que foi avançando. Mas sabe por isso que a mamãe falava “O cumbaru foi feito pra o animal, não foi feito pra a gente comer”. (Dona Rosa, Comunidade Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025).

A partir dos dados coletados, é possível inferir que o Cumbaru fez parte da infância dos entrevistados/as, **e a percepção de uso e consumo do fruto era diferente da atual**. A ideia era de que o Cumbaru era **comida de animal, remédio, ou ferramenta de atividades do campo**, como mourão (cerca que divide as propriedades ou roças) e brasa (utilizada para esquentar o ferro ou cozinhar).

Apesar da proibição do consumo alimentício do Cumbaru, a fama desta árvore na região da Morraria me pareceu entrar em um “sistema classificatório” **positivo**, pois ainda tinha uma função prática nas comunidades. No entanto, gostaria de trazer uma percepção que me intrigou, em conversas informais com uma liderança local da região do Baixo Pantanal, do município de Poconé, vizinho a Nossa Senhora do Livramento e muito próximo da região da Morraria. Ao ser perguntado sobre o Cumbaru, o “sistema classificatório” parece muito distinto, pois:

Então, assim, o cumbaru é considerado pelos... Pelo ancestral, né? Pelo pessoal que vivia no Pantanal, como os pantaneiros, os antigos pantaneiro, que eles não gostam do tipo dessas árvores, né? Que... Ah, fala de cumbaru pra ele, “não, é assombrado, o cumbaru você não pode passar meia noite, porque alguém vai chamar ocê”, porque ele é uma árvore que quando o pessoal morria... assim, porque na fazenda morria criança que nunca foi batizado, então sempre era enterrado num pé de cumbaruzeiro. Então aí era aquela ficção, né? Os pantaneiro... “eu enfrento uma onça, mas não passo debaixo do cumbaruzeiro, porque pode ser que alguém chama ou uma criança chora, principalmente meia-noite”.

Então o cumbaruzeiro tem essa... Essa ficção, esse termo de pessoal achar ela uma árvore assombrada. Alguém com depressão, se tiver numa fazenda, diz que o cumbaruzeiro chama pra suicídio. Então, assim, o cumbaru é uma árvore assim... No Pantanal, pros pantaneiros, não é uma árvore que eles gostam, né? É uma árvore amaldiçoada, no modo de dizer.

[...]

Então, o cumbaru tem uma também. Antigamente, não deixava comer. Por exemplo, assim, se você conversar com um pantaneiro bem antigo, uma hora seria bom nós ir pra... uma hora, vamos ver que tivesse um tempo, né? Pra você conversar com um daqueles pantaneiros bem antigo mesmo. Ele vai falar essas coisas também pra você. Tipo, o cumbaru, antigamente, não comia castanha dele porque dava ferida. Então, até nisso, se... Se uma criança tá comendo castanha de cumbaru, o pessoal mais velho não come. Você vai ficar com o corpo todo enferidado.”E agora é uma castanha que o pessoal vende, né? O Sesc tem uma cooperativa de castanha. Eu mesmo já

comi agora. Antes eu não comia por causa disso. Mas agora eu já comi. Ela é torrada, né? Só que antigamente eu comia ela crua.

Agora é torrada. Então antigamente, quando eu comia crua, ela dava ferida. E agora não, agora torrada ela não dá ferida, então acho que ela tinha mesmo alguma coisa assim que... porque pra dar ferida no corpo...

[...]

Uma história assim, quando o cumbaru caía, verde, aí os cavalos ficavam roendo, aí os fazendeiros mandavam cortar também, porque senão os cavalos não engordam, os cavalos ficam roendo aquela castanha do cumbaru e não sai pra pastar. Aí os cavalos também ficavam doentes, tinha essa ficção

também do cumbaru. Então ela não é, tipo assim, uma árvore que os pantaneiros gostam, né? (Liderança local da região do Baixo Pantanal, município Poconé, entrevista concedida em 12/02/2024).

Assim trazendo uma percepção negativa sobre o Cumbaru, nessa região diferente na Murraria, tal distinção, realça a importância do ambiente, contexto e território para a construção de sentidos, indo assim mais uma vez de acordo com a explicação de Stuart Hall (1997, pp.15-30) de que:

na medida em que produz os sistemas classificatórios que utilizamos para conferir sentido à realidade, a cultura também nos posiciona enquanto sujeitos. É a partir dos sistemas classificatórios disponíveis nas culturas em que estamos inseridos, portanto, que definimos quem somos e quem podemos ser.

Ou seja, as diferentes percepções em torno do Cumbaru parecem indicar que existe uma **diferença entre a cultura da região da Murraria e do Baixo Pantanal**. Essas distintas narrativas indicam:

um conjunto de construções, mas sobretudo de um processo cultural – ou seja, a maneira como determinados sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constroem sua história, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes. (INRC, 2000, p. 14).

Assim, é possível analisar que as memórias e narrativas sobre o Cumbaru nas comunidades entrevistadas possuem diversas similaridades (como conselho de que consumo de Cumbaru dava ferida) e diferenças (quais partes do Cumbaru se podia comer), e que quando comparadas a outras regiões existe uma diferença nas referências culturais e sentidos atribuídos (diferença entre região da Murraria e Baixo Pantanal).

3.5 Práticas de manejo, coleta e consumo Cumbaru

Na verdade, eu acho que assim, o Baru, o Cumbaru, eu acho que sempre fez parte da vida do agricultor, duma forma ou de outra, desde, de tudo. Você vê que a gente aproveita de tudo dele, nois aproveita. (Dona Miguelina, Comunidade São Manoel do Pari, entrevista concedida em 08/06/2024).

Olha, hoje, pode-se dizer que tem uns quatro, cinco ano mais ou menos que começou esse rebuliço do Cumbaru O povo começou a descobrir agora que você tinha o ouro na sua propriedade e não sabia. Por exemplo, essas coisas, tipo, por aqui 'memo', né? É de agora. De pouco tempo, desses cinco anos pra cá que está descobrindo que, né? Que você pode vender, pode fazer tanta coisa. Então, algo que você desperdiçava antes por não saber, né? Falta de informação. Então, hoje 'tá sendo bastante proveitoso. (Dona Adriana, Comunidade Carrapatinho, entrevista concedida em 17/08/2024).

Para “caracterizar as formas de manejo e uso do cumbaru e suas relações com a gestão dos territórios e o modo de vida morroquiano”, cabe discutir também questões sobre manejo e comercialização do fruto, diferentes formas de beneficiamento e uso, quantidade e distribuição no território, e a relação das comunidades com a árvore.

Para entender as questões de manejo do Cumbaru, uma primeira dúvida era se existia alguma atividade voltada ao seu plantio, mas de forma geral todos afirmaram **não fazer extensos plantios ou plantar Cumbaru**. Apenas um relato do Seu Arnaldo afirma que antigamente houve uma tentativa de se plantar de forma extensiva, mas que não deu certo, e a razão é que existe muito Cumbaru na região, ele se dá naturalmente, como afirmam duas lideranças de diferentes comunidades:

É porque ele é nativo né. Por exemplo, aqui ó, você está vendo ali? Tudo aquele ali é mato. Então, natural, natural. Vai nascendo. Só nascendo. Vai só nascendo e crescendo. Então assim, a gente nunca preocupou, assim, de estar plantando, né? Mas, é... Da agora por diante, que a gente vê, assim, que o povo...não respeita, desmata, como tá, se por aí tudo desmatado, eu acho que vai haver uma necessidade de prantar, né? Porque tem até essa até por lei, não sei, normativa, que se derruba uma árvore planta dois, né? Porque tanto é que essa seca que tá aí sabe que é falta de arvore né... (Dona Miguelina, Comunidade São Manoel do Pari, entrevista concedida em 08/06/2024).

Não, eram só os nativo mesmo. Hoje que já está bastante gente fazendo muda, né? Por quê? Mas por quê? Porque se não fazer, daqui a um tempo não vai ter. Porque, na maioria das vezes, os Cumbaru eles são em fazenda. E os fazendeiros 'tá derrubando, né? 'Tá degradando. (Dona Adriana, Comunidade Carrapatinho, entrevista concedida em 17/08/2024).

Ainda falando sobre manejo, um ponto que me pareceu interessante foi o costume de “arrodear” as árvores de Cumbaru, para proteger da sombra de outras espécies, e da preocupação dos mais velhos com a sustentabilidade da espécie, como pode ser percebido na fala do Seu Arnaldo abaixo. Atualmente a preocupação em manter a continuação da espécie, protegendo suas mudas de forma natural, é também descrita na fala de Dona Norma:

É, uma coisa que sempre...Hoje eu já tenho isso, como quem diz, para contar uma história. Bastante mais de idade do que eu ia falar. Eu bastante que gostava de ardear ele, não fala rodear porque corta a carne, branco dele, até no cerne ela morre. Esse aqui tinha muitos, como quem diz, nós mesmos, rosseiros que rodeavam. Mode de sombra, e não fazer sombra nas outras plantas embaixo. E tinha muitas pessoas de idade que eu lembro falavam “oi isso ai, la na frente vai fazer farta. E hoje está fazendo... (Seu Arnaldo, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

O cumbaru é engraçado. Aí na associação, a companhia já chegou a plantar a muda do cumbaru aí. E aqui ele cai e fica aquelas castanhas ali, ele nasce embaixo do cumbaru. Aí eu proíbo o Crispim de roçar, aqui mesmo não faz dia, ele roçou tudo aqui. Eu falei, “Pode deitcha esses pé tudo aí. Não roça. Ele não é sujeira. (Dona Norma, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024).

Outro aspecto se refere à **mudança de visão para uso comercial do fruto do Cumbaru**. Quando ocorreu essa mudança na percepção sobre o valor do Cumbaru? Quando ele passou de comida de animal para alternativa de fonte de renda? As respostas variaram, como pode se ver nos exemplos abaixo:

Só mesmo pra comer lá embaixo do pé, Não tinha esse negócio, Porque o baru era comida pra gado, Pra bicho...Foi em 2015 mais ou menos que eu fui participar de um encontro lá em Poconé, lá na comunidade Bandeira, que lá tem uma cooperativa das mulheres é comunidade cooperativa Brilho da Selva que é o nome da cooperativa é só de mulheres, cooperativa de quebra, A gente foi convidado para participar, a gente foi, aí a partir desse encontro a gente começou a olhar o cumbaru mais, sabe? (Dona Maria Valeria, Comunidade Serragem, entrevista concedida em 01/06/2024)

Acho que, assim, talvez até o ano 2000, por aí, nós não tinha ainda esse conhecimento que o baru é uma fruta do cerrado muito viável para gente, de tudo jeito, porque nós não tinha conhecimento assim, a gente comia ele, mas era cru e era assim, igual nós falamos, já escondido, né? por esse motivo, que falava que dava ferida. Mas aí, acho que foi assim a partir dos conhecimentos até mesmo assim dos populares assim, aí um falava, mas por que não? Porque daí assim, nós já, já teve bastante assim, até curso sobre isso. E aí foi fazendo, foi vendo assim que, Sim, uma coisa é você comer ele puro, cru. Outra coisa é torrar, fazer paçoca, arrumar no francisquito, arrumar na rapadura. Comer ele, degustar ele assim, torrado, assim. É outra coisa

(Dona Miguelina, Comunidade São Manoel do Pari, entrevista concedida em 08/06/2024)

Ah, mas aqui nós via notícia, em Poconé, em Cáceres, nós via essa conversa de juntar o cumbaru, mas aqui para nós já chegou ali de 2007 para cá, né? É, do 2019 para cá. No mais todo ano, como quem diz, essas castanha como quem diz, ficava tudo. Farta no pé, ninguém (Seu Arnaldo, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024)

Olha, hoje, pode-se dizer que tem uns quatro, cinco ano mais ou menos que começou esse rebuliço do Cumbaru O povo começou a descobrir agora que você tinha o ouro na sua propriedade e não sabia. Por exemplo, essas coisas, tipo, por aqui 'memo', né? É de agora. De pouco tempo, desses cinco anos pra cá que está descobrindo que, né? Que você pode vender, pode fazer tanta coisa. Então, algo que você desperdiçava antes por não saber, né? Falta de informação. Então, hoje 'tá sendo bastante proveitoso. Por exemplo, a Fase que é... Como que a gente fala? Que articula o grupo de mulheres, que acompanha tudo. Tipo, começou a venda através deles, né? Eles vinham, faziam... (Dona Adriana, Comunidade Carrapatinho, entrevista concedida em 17/08/2024)

Assim, percebe-se que a mudança de visão ocorreu aproximadamente há **10 anos**, cabendo destaque para os anos de 2019 e 2020, nos quais em mais da metade das entrevistas foram anos citados devido ao início da compra de Cumbaru por organizações de fora. Segundo relato da liderança da Comunidade Brumado, em 2019 o município de Nossa Senhora do Livramento colheu 84 mil toneladas de Cumbaru.

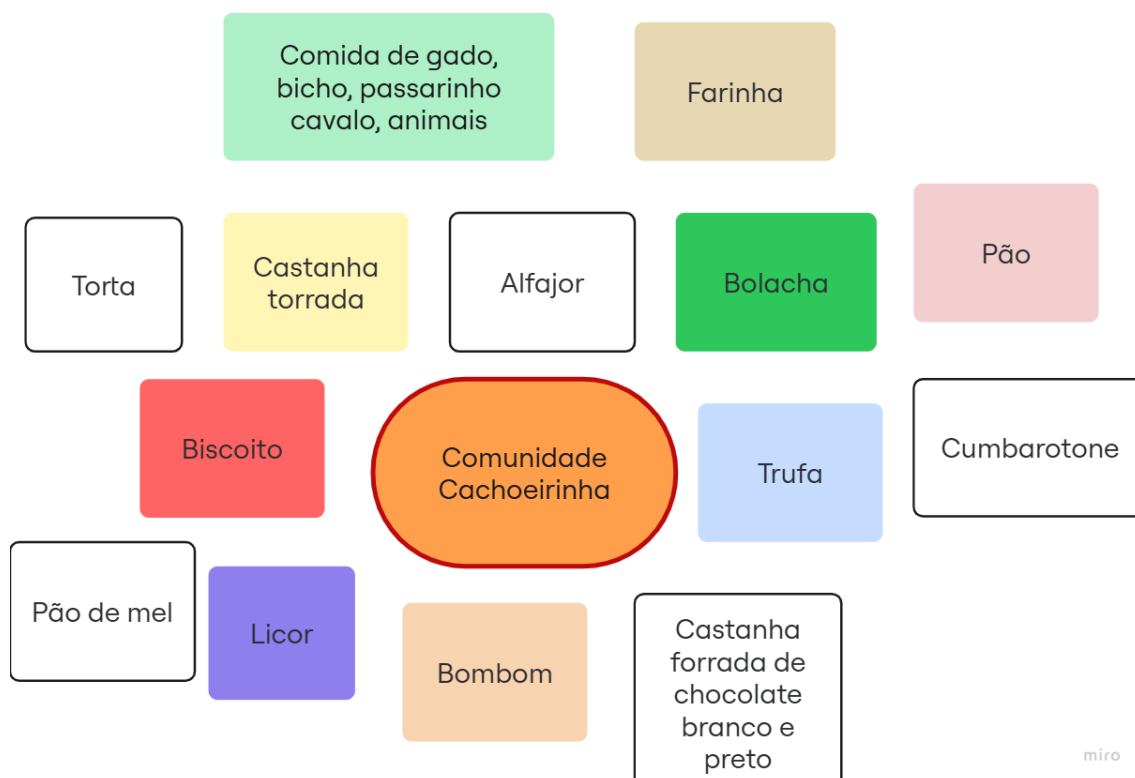
Outro ponto de destaque, na mudança de visão é a importância e influência do apoio de organizações não governamentais e participação da comunidade em espaços de movimento social e fortalecimento institucional. Ainda ponderando sobre a sociobiodiversidade, um ponto de reflexão pensando na identidade Morroquiana enquanto territorial é na influência e formas de incidência da estruturação de cadeias da sociobiodiversidade sobre as relações de comunidades com seus territórios, especialmente em contextos de ameaças territoriais, como a soja e desmatamento no caso da Morraria, onde o Cumbaru entra como um fator de ligação e permanência no território.

As comunidades que mais se destacaram, segundo falas das lideranças que me guiaram em campo (segue abaixo), no trabalho com Cumbaru e suas diferentes formas de uso e beneficiamento, foram **Cachoeirinha e São Manoel do Pari**, as quais também receberam apoios externos, o que aponta para a relevância do desenvolvimento em rede para o fortalecimento de cadeias da sociobiodiversidade.

Seu Simão: Mas o aproveitamento do fruto do cumbaru começou em São Manoel do Pari e na Cachoeirinha. Porque as outras comunidades só juntam, só colhem... São Manoel do Pari, como eu já disse e vou falar de novo, em 2019, ele já trabalhava com cumbaru. Eu acho que eles começaram a trabalhar cumbaru bem primeiro do que a Cachoeirinha. Bem primeiro. E através da FASE, da CPT, que eles começaram a trabalhar...
 Dona Rosa: Na verdade, a Comunidade Cachoeirinha é o que mais desenvolve o cumbaru como produto, em produção. A Cachoeirinha é a comunidade que mais desenvolve o cumbaru em produto de alimentar a cachoeirinha. (Dona Rosa e Seu Simão, Comunidades Brumado, entrevista concedida em 20/06/2025)

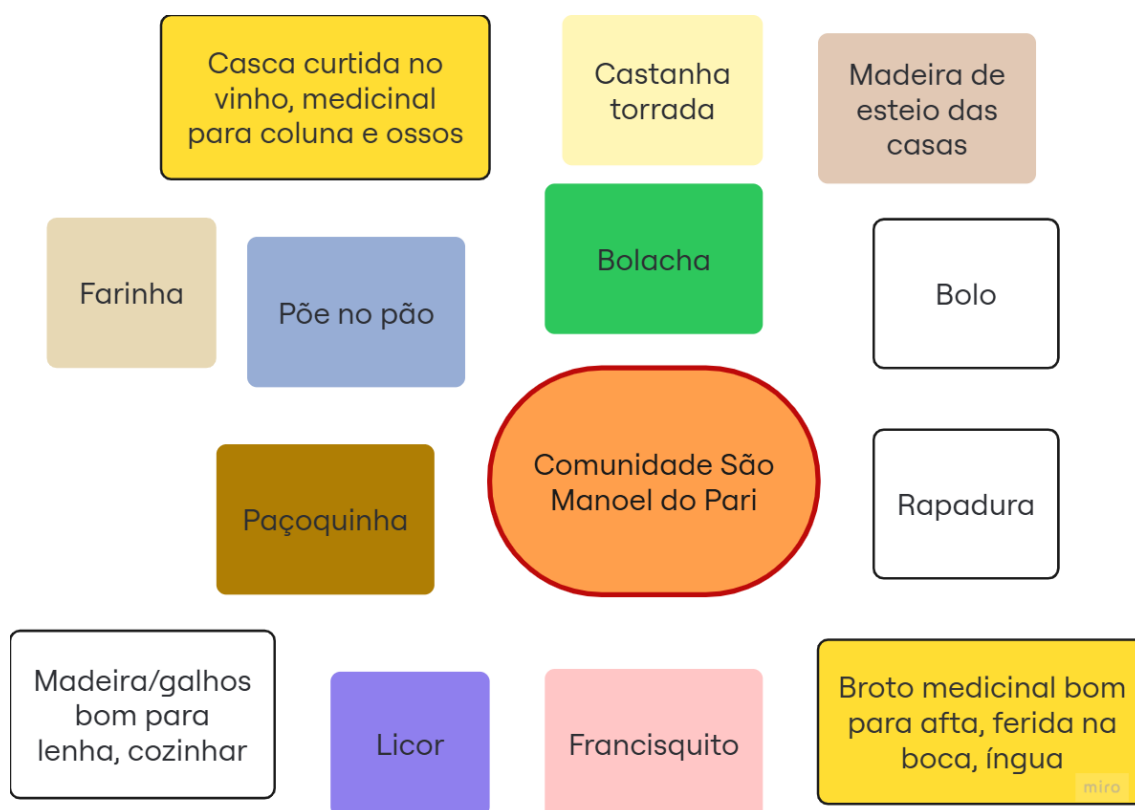
Como pode se observar nos diagramas de uso e tipos beneficiamentos das comunidades Cachoeirinha e São Manoel do Pari (Figuras 29 e 30), as formas e usos são diversos em quantidade e qualidade, cabe destacar que as duas comunidades foram as que mais tiveram formas únicas de uso do Cumbaru, e a Comunidade São Manoel do Pari é a segunda que mais relatou formas medicinais de uso.

Figura 28: Diagrama de usos e tipos de beneficiamento do Cumbaru na Comunidade Cachoeirinha, caixas com bordas pretas significam que este uso do Cumbaru só foi relatado nessa comunidade.



Fonte: Autoria própria.

Figura 29: Diagrama de usos e tipos de beneficiamento do Cumbaru na Comunidade São Manoel do Pari, caixas com bordas pretas significam que este uso do Cumbaru só foi relatado nessa comunidade.



Fonte: Autoria própria.

No entanto, outras comunidades da região da Morraria, também estão realizando atividades voltadas à comercialização do fruto. Em 2025, a Comunidade Serragem inaugurou um barracão de armazenamento do Cumbaru, através de recursos do projeto “Cumbarusando Mato Grosso” financiado pelo Programa REM MT (SAPICUA, 2024 e MIDIAJUR, 2025). A intenção é apoiar o processo de armazenagem e beneficiamento do Cumbaru, e o fortalecimento da cadeia de valor deste fruto da sociobiodiversidade.

A **coleta do Cumbaru**, é presente em todas as comunidades entrevistadas. Apenas um entrevistado da Comunidade Carrapatinho, relatou não catar Cumbaru, mas cede seu quintal para que outras pessoas possam catar. Cabe destacar o **protagonismo feminino** nesta atividade, uma vez que alguns relatos enfatizaram a liderança e o

pioneirismo das mulheres na cata do Cumbaru, bem como a importância da atuação na região de diversas associações de mulheres, como a Raízes do Cerrado que trabalha especificamente com Cumbaru.

Segundo a cartilha, para promoção de equidade na participação das mulheres nas cadeias de valor apoiadas pelo programa REM MT (2023, p. 15), as mulheres participam de mais atividades da cadeia como o processamento da castanha, seleção, quebra e torra, e os homens ficam mais envolvidos nos trabalhos pesados.

Analisando os relatos, o Cumbaru se apresenta atualmente **como uma importante fonte de renda alternativa** para essas comunidades, assim também influenciando a permanência e modo de vida no território. Indo assim de encontro às recomendações da cartilha de sociobiodiversidade do Programa REM MT, que abarca a cadeia do Cumbaru na região (2023, p.17), este fruto “tem um potencial promissor para se tornar uma castanha de renome, com suas propriedades nutritivas e sabor único... pode ser uma fonte de subsistência e uma alternativa econômica viável para famílias do campo”.

Apesar da coleta do Cumbaru ocorrer em todas as comunidades entrevistadas e dos avanços que vêm sendo realizados nessa cadeia, foram relatados pelas lideranças **problemas de distribuição e venda da coleta do Cumbaru**, segundo relatos alguns moradores realizaram a coleta esperando a busca por compradores, mas estes não apareceram após a época da colheira, gerando uma sensação de descredito na venda do fruto.

Segundo pesquisa de Graciele Amaral, que estudou a cadeia socioprodutiva do Cumbaru na mesma região de forma mais aprofundada (AMARAL e RIBEIRO, 2025, p. 17) existem:

diversas oportunidades de melhorias nas etapas de produção e nas relações de comercialização. As principais dificuldades na produção incluem a distância das áreas de coleta, transporte inadequado, falta de locais apropriados para armazenamento e carência de tecnologias de beneficiamento” sendo “essencial estabelecer parcerias com instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação para visibilizar essas carências e promover soluções.

Fazendo uma sistematização de todos os dados coletados nesse sentido, foram identificados **35 tipos de uso e/ou beneficiamento** do pé de Cumbaru, abrangendo diversas partes da árvore, para além do fruto. Destes **7 foram apontados para uso medicinal**, utilizando partes como broto e casca, seja para o tratamento de doenças em seres humanos ou animais. Os dados podem ser observados na Quadro 11, e figuras 31, 32, 33, 34 e 35 de diagramas de uso das comunidades, segue abaixo:

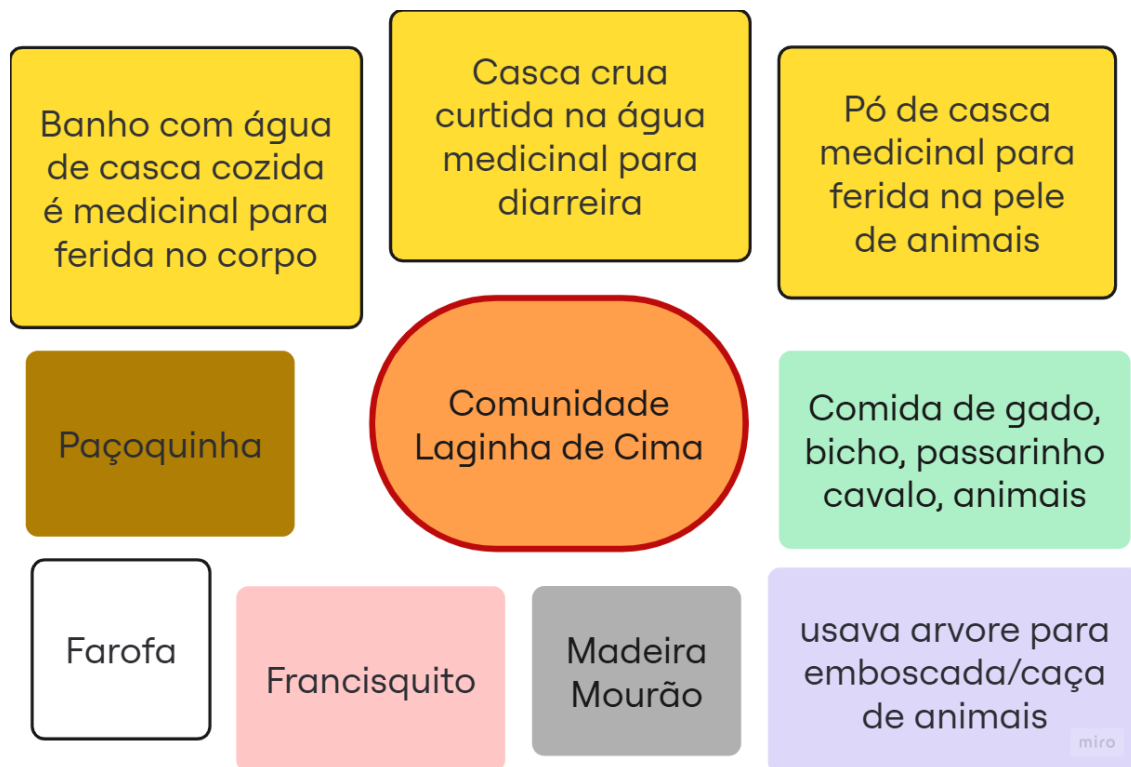
Quadro 11: Tipos de uso e beneficiamento do Cumbaru relatados na região da Morraria.

	Tipos de usos/beneficiamentos	Comunidades
1	Comida de Gado, bicho, passarinho, cavalo, animais	Serragem, Laginha de Cima, Carrapatinho, Cachoeirinha, Brumado
2*	Casca para remédio para dor de barriga	Serragem
3	Trufa	Serragem, Cachoeirinha, Carrapatinho, Brumado
4	Bombom	Serragem, Cachoeirinha, Carrapatinho, Brumado
5	Doce	Serragem
6	Madeira para Mourão, para fazer cerca/ Lasca de fazer cerca (dura bastante)	Serragem, Laginha de cima, Brumado
7	Francisquito (biscoito tradicional de festa religiosa)	São Manoel do Pari, Laginha de Cima
8	Rapadura	São Manoel do Pari
9	Bolo	São Manoel do Pari
10	Licor (base de leite)	São Manoel do Pari, Cachoeirinha
11	Paçoquinha (doce e Salgada)	São Manoel do Pari, Laginha de Cima
12	Poe no Pão	Serragem, São Manoel do Pari,
13	Bolacha	São Manoel do Pari, Cachoeirinha, Brumado
14*	Broto medicinal bom para afta, ferida na boca, íngua, dor/inflamação na gengiva	São Manoel do Pari
15*	Casca curtida no vinho, medicinal para coluna e ossos	São Manoel do Pari
16	Madeira era esteio das casas, madeira boa	Serragem, São Manoel do Pari
17	Madeira/galhos boa para lenha, cozinhar é bom	São Manoel do Pari
18*	Pó da casca medicinal para ferida na pele de animais	Laginha de Cima

19*	Casca crua curtida na água medicinal para diarreia e dor de barriga	Laginha de Cima
20*	Banho com água de casca cozida é medicinal para grosseira/ferida no corpo/ferida de mosquito	Laginha de Cima
21*	Casca na água é depurativo para o sangue, afina o sangue	Laginha de Cima
22	Paçoquinha consumido durante a festa Junina (doce ou salgada)	Laginha de Cima
23	Usava a árvore Cumbaru como emboscada na caça de animais	Laginha de Cima, Brumado
24	Biscoito	Cachoeirinha, Carrapatinho
25	Alfajor	Cachoeirinha
26	Castanha Torrada	Cachoeirinha, Brumado, São Manoel do Pari
27	Farinha	Cachoeirinha, Brumado, São Manoel do Pari,
28	Pão	Cachoeirinha, Brumado
29	Casca para brasa do ferro	Brumado
30	Farofa	Laginha de Cima
31	Pão de Mel	Cachoeirinha
32	Castanha forrada de chocolate branco e preto	Cachoeirinha
33	Torta	Cachoeirinha
34	Cumbarotone	Cachoeirinha
35	Brigadeiro	Brumado

Fonte: Autoria própria.

Figura 30: Diagrama de usos e tipos de beneficiamento do Cumbaru na Comunidade Laginha de Cima, caixas com bordas pretas significam que este uso do Cumbaru só foi relatado nessa comunidade.

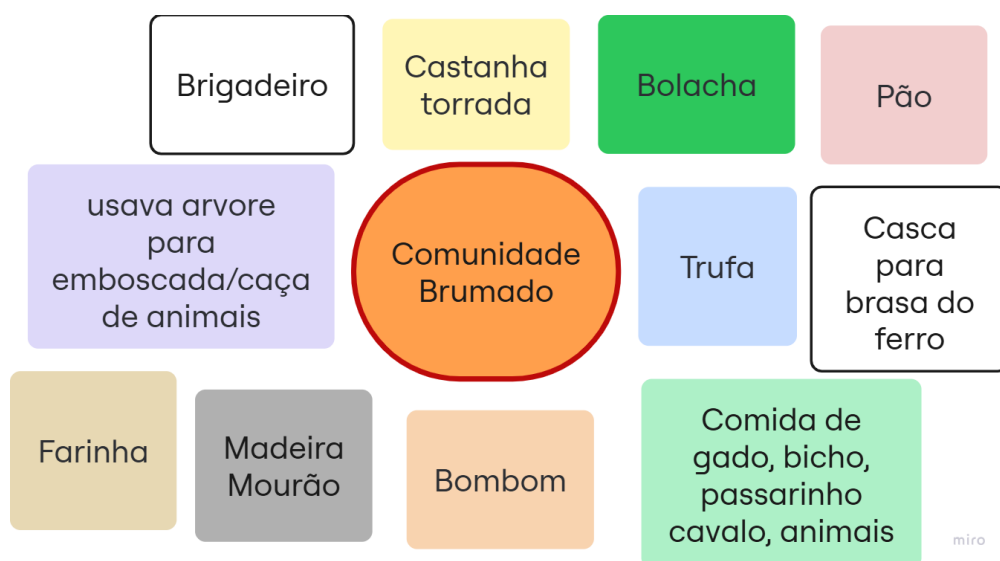


Fonte: Autoria própria.

Pensando nas formas de uso e beneficiamento do Cumbaru, cabe destacar a fala de Seu Arnaldo, conhecido como benzedeiro da Comunidade Laginha de Cima, que afirma que o Cumbaru é um antibiótico e depurativo do sangue, enfatizando também a importância do pé de Cumbaru para manutenção da fauna da região, uma vez que:

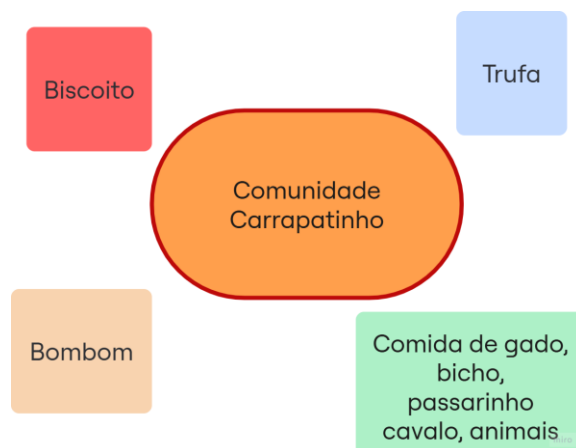
É bom, como que nois fala, vira uma selva no pé de uma árvore de cumbaru que tem no mato... É cotia, paca. Tudo gosta, ele é uma coisa muito gostoso, desde o tempo que eu criança que nois comia ele escondido de pai com a mãe, mas ele é uma coisinha gostosa. A carninha dele é uma maravilha. Nos ia roendo, roendo... (Seu Arnaldo, Comunidade Laginha de Cima, entrevista concedida em 09/06/2024)

Figura 31: Diagrama de usos e tipos de beneficiamento do Cumbaru na Comunidade Brumado, caixas com bordas pretas significam que este uso do Cumbaru só foi relatado nessa comunidade.



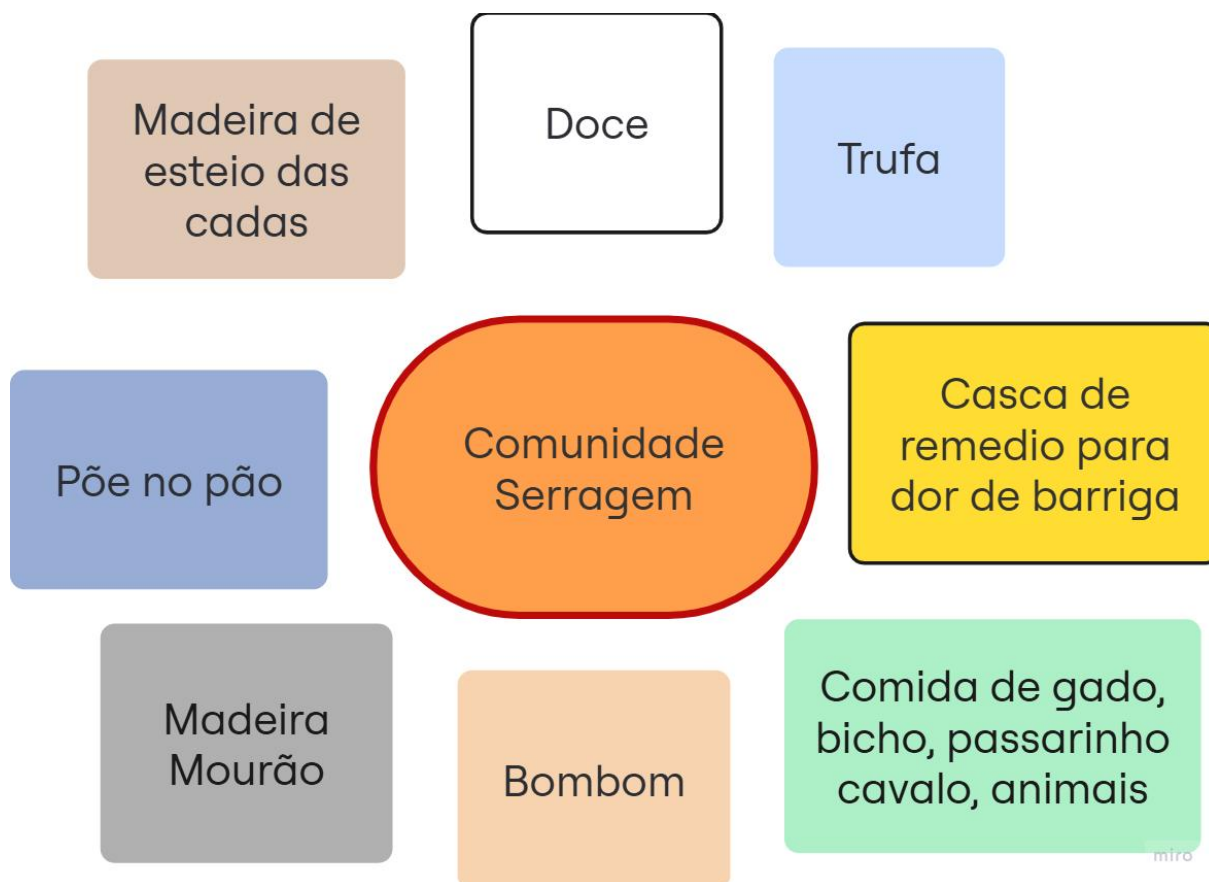
Fonte: Autoria própria.

Figura 32: Diagrama de usos e tipos de beneficiamento do Cumbaru na Comunidade Carrapatinho, caixas com bordas pretas significam que este uso do Cumbaru só foi relatado nessa comunidade.



Fonte: Autoria própria.

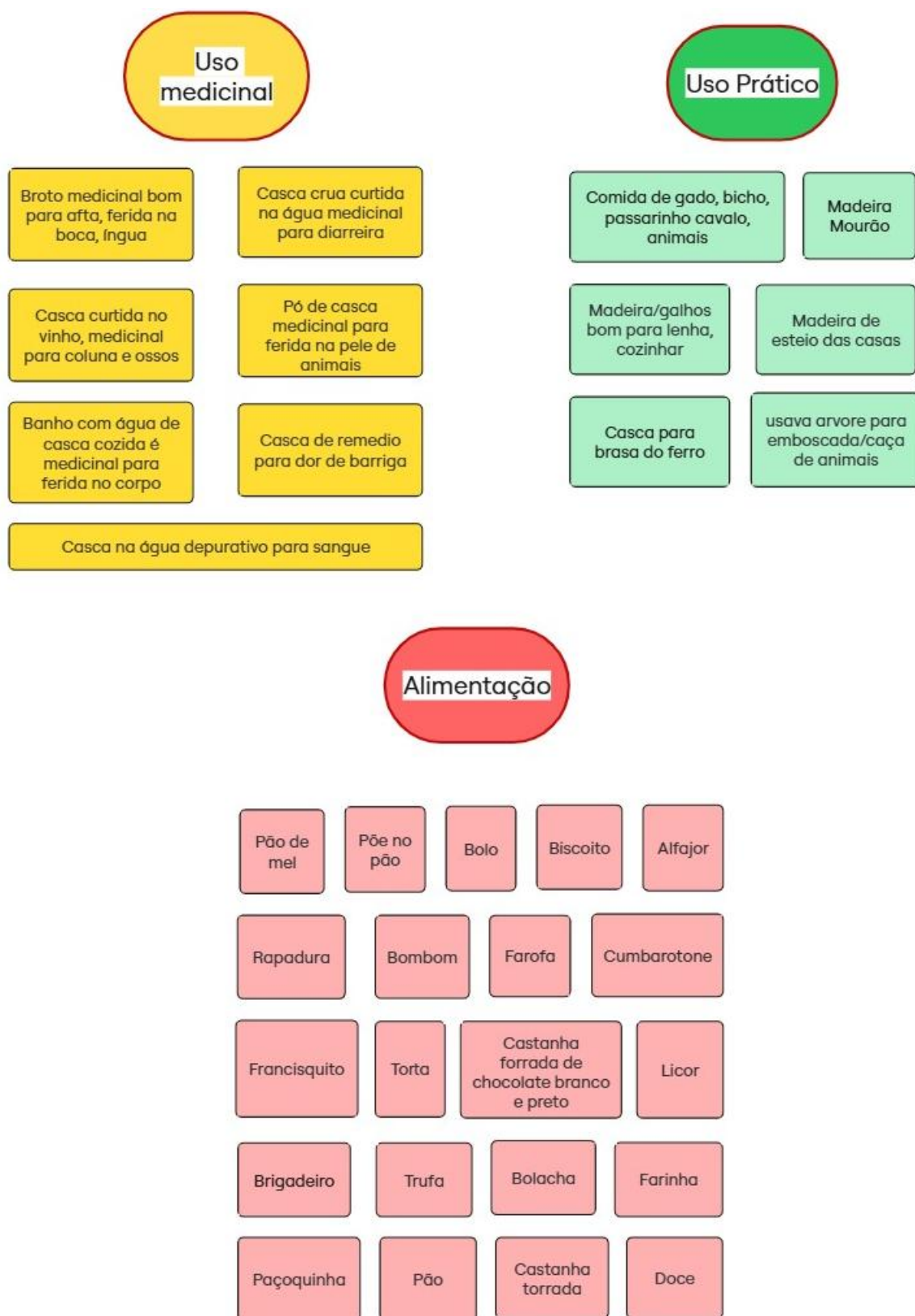
Figura 33: Diagrama de usos e tipos de beneficiamento do Cumbaru na Comunidade Carrapatinho, caixas com bordas pretas significam que este uso do Cumbaru só foi relatado nessa comunidade.



Fonte: Autoria própria.

Observando as respostas encontradas sobre esta temática, foi possível identificar demonstrações de conhecimento das comunidades relacionadas à localização das espécies de Cumbaru no território, diferentes usos, técnicas de armazenamento e beneficiamento, comportamento da espécie e relação com fauna da região. Neste sentido, tamanha quantidade e diversidades de formas de uso do Cumbaru mapeadas demonstram a **forte interação e ligação** que as comunidades da morraria possuem com o **pé de Cumbaru**.

Figura 34: Diagrama de usos e tipos de beneficiamento do Cumbaru divididos nas categorias de uso medicinal, uso prático e Alimentação, coletados nos relatos das comunidades.



Conclusão

Sendo uma pesquisa de caráter qualitativo, e interpretativo, não é possível tirar afirmações conclusivas, mas sim pincelar algumas pistas do que poderia vir a ser a identidade e a territorialidade, ou melhor, as identidades e territorialidades das comunidades morroquianas, e sua relação com o Cumbaru.

A análise dos diversos aspectos, revelou que as narrativas do Morroquianos não são lineares, tendo um caráter orgânico e dinâmico, com elementos que se intermesclavam e sobrepunham. Como se trata de compreender essa relação por meio de narrativas e memórias, os resultados das entrevistas corroboram um dos princípios fundamentais que sustentam os modos de enunciação da oralitura da memória (MARTINS, 2021, p. 80). Nesse sentido, destaca-se “A vinculação do narrador a um universo narratório que o antecede, mas que, simultaneamente, o constitui e nele o inclui”, reforçando a natureza multifacetada e interligada das histórias e dos significados construídos por meio dessas narrativas.

Assim, buscando compreender e sistematizar as respostas das entrevistas voltadas ao Cumbaru é possível indicar que:

- a) o Cumbaru faz parte da paisagem do território morroquiano;
- b) o Cumbaru fez parte da infância, das brincadeiras e das construções sociais da infância, criando elos comunitários e de irmandade entre as comunidades da Morraria;
- c) o cumbaru está em interação com as famílias há várias gerações fazendo parte do dia a dia delas, seja em relações de lazer, saúde, social e mais atualmente de trabalho;
- d) As comunidades da Morraria possuem forte interação e ligação com o pé de Cumbaru;
- e) o conselho unânime entre os entrevistados/as e de outras pessoas da região, de que o Cumbaru dava ferida ter se perpetuado até as gerações atuais, indica que existe uma preocupação e ocorre uma preservação do conhecimento sobre o fruto repassado oralmente;

d) o Cumbaru possui um valor econômico no território sendo fonte alternativa de renda para as comunidades, e possui potencial para promover a melhoria da qualidade de vida de seus moradores;

f) o Cumbaru a depender da época do ano, influencia a dinâmica e atividades no território;

g) o Cumbaru e a sua atual valorização, enquanto fonte de renda alternativa, leva a atividades que estabelecem vínculos com o território, como o plantio e preservação de mudas de sua espécie, no reflorestamento de áreas degradadas pelo avanço da fronteira agrícola.

Desta forma, o Cumbaru se apresenta como um dos elementos que congregam a dinâmica de sociabilidade na territorialidade, ou seja, na construção de lar, e de território, sendo este terreno que nutre a construção das identidades de seus moradores. Ainda analisando os dados e contexto geral da pesquisa e território é possível deduzir que existem elementos culturais ao redor da árvore do Cumbaru, que geram diferentes percepções e classificações sobre ela.

Em torno da dinâmica do Cumbaru na infância dessas comunidades, nesse ensinamento passado de forma, principalmente oral, pelas mães, em uma ordem social matriarcal, de geração em geração se criam vínculos e laços socioculturais e econômicos que caracterizam e dão personalidade e identidade ao território e à territorialidade morroquiana. Desta forma, o Cumbaru se apresenta como um importante elemento territorial de identidade, fazendo um paralelo com a lógica de pesquisa de Farias e Brito (2022, p. 45) na qual a “...dinâmica do açaí em comunidades ribeirinhas cria vínculos territoriais e de territorialidades, assim, estabelecem poder sobre o território, fortalecidos tanto pelos elementos materiais como imateriais produzidos e reproduzidos cotidianamente”.

Sobre a Morraria e Morroquianos/as, a dinâmica dessas comunidades em seus territórios é constituída pela vida no campo, trabalho na roça, e interação cotidiana com outras espécies de flora e fauna que influenciam seus meios sociais, de lazer e trabalho. Neste sentido, sendo o território um reflexo da forma como as comunidades Morroquianas fazem da Morraria seu lar, ou seja, se territorializam, e tendo o Cumbaru

feito parte desta constituição do morador da Morraria enquanto sujeito, na infância e em outras fases de sua vida, tudo indica que o Cumbaru se relaciona com a identidade e territorialidade da Morraria.

Ao analisar as narrativas, acredito que uma boa indicação para se pensar em uma lógica da Morraria, seria uma lógica da natureza ou lugar próprio, à qual segundo Eduardo Oliveira (OLIVEIRA; SANTOS, 2023p. 21) é corajosa ou defende “uma singularidade e do respeito dos processos múltiplos de habitar o solo e suas paisagens” na qual o tempo é marcado pela lógica do cotidiano e vivência com todos os seres.

Assim, pensando na construção de políticas públicas de uso sustentável de frutos da sociobiodiversidade, em especial o Cumbaru, é necessário cada vez mais subsídios que destaquem a cultura ecológica existente ao redor do fruto, na Morraria e em outras regiões do estado, buscando sempre a valorização dos povos que sustentam a floresta e uma construção a partir de elementos baseados na realidade e vivência desses povos.

Por fim, gostaria de enfatizar que todas as percepções e análises feitas aqui partem do lugar de profissional aliada que ocupo, sendo extremamente importante o incentivo para que as próprias comunidades analisem suas realidades. É importante que mais estudos sobre essas relações entre espécies sejam realizados e o conhecimento seja complementado, podendo de alguma forma contribuir para o entendimento de que existe uma relação de fato entre Povos e Comunidades Tradicionais e seres e produtos da sociobiodiversidade.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, D.; BASSO, F.; PIRES, L. Guia de governança em cadeias de valor da sociobiodiversidade: experiências e aprendizados de grupos multi-institucionais do Castanha do Brasil e Borracha-FDL no Acre. Brasília: GIZ, Núcleo Maturi, UICN, WWF-Brasil, 2012. 54 p. Disponível em: [livro_governanca_de_cadeias_de_valor.pdf_\(d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net\)](http://livro_governanca_de_cadeias_de_valor.pdf_(d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net)). Acesso em: 26 jul. 2023.
- ALVES-SANTOS, ALINE MEDEIROS; FERNANDES, DANIELA CANUTO; NAVES, MARIA MARGARETH VELOSO. **Baru (*Dipteryx alata* Vog.) fruit as an option of nut and pulp with advantageous nutritional and functional properties: A comprehensive review**. NFS Journal, v. 24, p. 26-36, 2021.
- AMARAL, G. S., & RIBEIRO, A. R. **Cadeia Socioprodutiva do Cumbaru/Baru (*Dipteryx alata* Vog.): Potencial de Produção e Circuito de Comercialização**. Revista Georaguaiá – ISSN:2236-9716 – V. 15 n.1 Jun-2025.
- ARAÚJO, F.E.; ANJOS, R.S.; ROCHA-FILHO, G. B. **Mapeamento Participativo: Conceitos, métodos e aplicações**. Bol. Geogr., Maringá, v. 35, n. 2, p. 128-140, 2017.
- ASSIS, J. F. **Memórias e Saberes em referências socioculturais na Transição Agroecológica do Assentamento de Reforma Agrária Oziel Alvez III, Planaltina, DF**. Dissertação. Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – Universidade de Brasília, 2022. 119 p.
- BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Disponível em: [\[Constituição\]](#). Acesso em 01 set. 2025.
- BRASIL. Casa Civil. **Decreto Nº 11.786**, de 20 de novembro de 2023. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e o seu Comitê Gestor. Disponível em: [\[D11786\]](#). Acesso em 01 set. 2025.
- BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 2.519**, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Disponível em: [\[Decreto 2519.pdf\]](#). Acesso em 01 set. 2025.
- BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 7.747**, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Disponível em: [\[Decreto nº 7747\]](#). Acesso em 01 set. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.

- BRASIL. MDA. **Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. [Brasília]: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 15 de set. 2025. Disponível em: [[Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar](#)]. Acesso em: 9 set. 2025.
- BRASIL. MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. MMA. Ministério do Meio Ambiente. MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (Grupo de Coordenação). **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, julho de 2009. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/sociobiodiversidade/PLANO_NACIONAL_D_A_SOCIOBIODIVERSIDADE-_julho-2009.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.
- BRASIL. MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. MMA. Ministério do Meio Ambiente. MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (Grupo de Coordenação). **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, julho de 2009. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/sociobiodiversidade/PLANO_NACIONAL_D_A_SOCIOBIODIVERSIDADE-_julho-2009.pdf. Acesso em: 18 dez. 2022.
- BRASIL. Secretária-geral. **Decreto nº 10.088**, de 5 de novembro de 2019. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Disponível em: [[D10088](#)]. Acesso em 01 set. 2025.
- BRAKO, L.; ZARUCCHI, J.L. Catalogue of the flowering plants and gymnosperms of Peru. **Monographs in Systematic Botany from the Missouri Botanical Garden**, 45(4), 1-1286, 1993.
- CABRAL. C., & CAETANO, E., **Produção associada, educação e cultura do trabalho: produção da vida na comunidade tradicional São Manoel do Pari**. Trabalho & Educação, v.29, n.2, p.133-147, maio-ago. 2020
- CAMPOS, A. C., e REZENDE, M. A. **Mulheres e sociobiodiversidade do cerrado mato-grossense: raízes que sustentam a vida e o modo de ser e viver de um povo**. Revista Diversidade e Educação, v. 11, n. 2, p. 669-688, 2023.
- CAMPOS, A. C., **Raízes do Cerrado: modos de vida de mulheres negras camponesas, estudantes e professoras da EJA em Nossa Senhora do Livramento, MT**. Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cuiabá, MT, 2024.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Boletim da Sociobiodiversidade**. Brasília: Conab, 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuário-e-extrativista/boletim-da-sociobiodiversidade>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- CONWAY, G. R. **Análise participativa para o desenvolvimento agrícola sustentável**. Rio de Janeiro: ASPTA, 1993.

- CORREA XAKRIABÁ, C. N. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada**. Brasília – DF, 2018. 218 p. Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.
- Cumbarusando Mato Grosso gera renda para famílias da Baixada Cuiabana**. SAPICUÁ, 27 nov. 2024. Disponível em: [['Cumbarusando Mato Grosso' gera renda para famílias da Baixada Cuiabana | Sapicuá](#)]. Acesso em: 30 ago. 2025.
- EMBRAPA CERRADOS. SANO, S. M.; RIBEIRO, J. F.; BRITO, M. A. **Baru: Biologia e Uso**, Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004.
- EMBRAPA. ÁRVORE do baru é excelente alternativa para cultivo em ILPF. **Embrapa.br**, 8 set. 2021. Disponível: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/64724803/arvore-do-baru-e-excelente-alternativa-para-cultivo-em-ilpf>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER). **Agricultura familiar em números: 1ª aproximação**. Compilado por Antônio Rocha Vital. Cuiabá, 2015. 89p
- EVARISTO, Conceição. *Conceição Evaristo: a escritivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira*. [julho 2021] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Disponível em: [Conceição Evaristo: a escritivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira \(geledes.org.br\)](#). Acesso em: 10 fev. 2024
- EVARISTO, Conceição. *Escritora Conceição Evaristo é convidada do Estação Plural: depoimento* [jun. 2017]. Entrevistadores: Ellen Oléria, Fernando Oliveira e Mel Gonçalves. TVBRASIL, 2017^a. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xn2qj1hGsoo>. Acesso em 10 fev. 2024.
- FARIA, Andréa A. C; NETO, Paulo S. F. **Ferramentas de Diálogo: qualificando o uso das técnicas de DRP – Diagnóstico Rural Participativo**. Brasília: IEB, 2006
- FARIA, R. A. P.G., COELHO, M. F. B., ALBUQUERQUE, M. C. F., e AZEVEDO, R. A. B. **FENOLOGIA DE *Brosimum gaudichaudii* TRÉCUL. (MORACEAE) NO CERRADO DE MATO GROSSO**. Ciência Florestal, Santa Maria, v. 25, n. 1, p. 67-75, jan.-mar., 2015
- FERREIRA, H. M. C., JUNIOR, D. R. C., OSWALD, M. L. M. B. **Metodologia de Pesquisa Científica em Informática na Educação: abordagem qualitativa**. Ed. Sociedade Brasileira de Computação. 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 29. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GARBIN, V.H.; SILVA, M.J.; OLIVAL, A. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território Baixada Cuiabana – MT**. Fundação Cândido Rondon. 2006.
- GARCIA, P. M. P., & BONFIM, C. S. **A mineração e os limites geográficos na colonização de Cuiabá e Mato Grosso**. Terræ Didática, 18(Publ. Contínua), 1-16, 2022

- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- GOMES, Carlos V. et al. **Oportunidades de Apoio a Atividade Produtivas Sustentáveis na Amazônia**. Brasília: GIZ, 2012.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HAESBEART, R. et al. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. 136.p 2007.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 112.
- HALL, S. The work of representation. In: _____ (ed). **Representation. Cultural Representations and Signifying Practices**. London/Thousand Oaks/New Delhi Sage/Open University, 1997, p. 22 e pp. 15-30.
- HAMPATÉ BÂ, Amadou. A Tradição Viva. In: **História Geral da África. I: Metodologia e pré-história da África**. 2º ed. Brasília. UNESCO. 2010. p.167-213p.
- Hazell, 2009; Ameen & Raza, 2017 apud CAMPAGNOLLA & MACÊDO, **Revolução Verde: passado e desafios atuais**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 39, n. 1, e26952, 2022.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- INTERMAT. Instituto de Terras de Mato Grosso. **Projetos de Assentamentos do Estado de Mato Grosso INTERMAT**. Diretoria Rural, maio de 2022.
- IPAM, Diagnóstico de Povos e Comunidades Tradicionais em Mato Grosso: Subsídio para processo de Inclusão Participativa no Subprograma de Agricultura Familiar do REM (2020). Janeiro, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1VjCus3R1Kh8CMjgrM13srsIx89ob-fvs/view>
- IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC: Manual de Aplicação. Brasília, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf (acessado em julho 2025).
- ISPN. **Como o baru ganhou o mundo. E o que o Fundo Ecos tem a ver com isso**. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Fundo Ecos, 2024. Disponível em: [[Como o baru ganhou o mundo. E o que o Fundo Ecos tem a ver com isso - Fundo Ecos](#)]. Acesso em: 10 ago. 2025.
- ISPN. **Cururu, siriri e furrundu: a vida em uma comunidade tradicional no interior de Mato Grosso**. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Fundo Ecos, 2023. Disponível em: [[Cururu, siriri e furrundu: a vida em uma comunidade tradicional no interior de Mato Grosso - Fundo Ecos](#)]. Acesso em: 10 ago. 2025.

- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LARANJA, R. L. B.; BRANDÃO, M.V.; BRADUSCO, F.A.; SILVA,.; NOBRE, H.; DAMACENO. G.K.T.; LEMES,A., **A experiência de transição agroecológica a partir de sistemas agroflorestais da Comunidade Serragem, município de Nossa Senhora do Livramento – MT**. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristovão, Sergipe. V.15 n. 2, 2020.
- LIMA, A. G. M., SCARAMUZZI, I., OLIVEIRA. J.C., SANTONIERI, L. CAMPOS, M. A. A., CARDOSO, T.M. **Práticas e saberes sobre agrobiodiversidade: a contribuição de povos Tradicionais**. Brasília – DF, IEB Mil Folhas, 2018.
- LITTLE, P.E. 2001. Apud. **Territórios sociais e Povos Tradicionais no Brasil**. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290.
- LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 23., jun. 2002, Gramado/RS. Natureza e sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia. [S.l.: s.n.], 2002. p. 1-37. Mimeografado.
- LOPES, H, R., GURGEL, A. M., MELO, L. C. **Vivendo em territórios contaminados [livro eletrônico]: um dossiê sobre agrotóxicos nas águas de Cerrado**. Palmas: APATO, 2023
- MALCOM, F., **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo Ubu Editora, 2022.
- MARTINS, L. M. **Afrografias da memória: o Reinado do Rosário no Jatobá**. 2.ed., ver e atual, São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte [MG]: Mazza Edições, 2021.
- MELO, S.A.B.X., SILVA, F. S., MELO, A. X., BENTO, T. S. Cadeia Produtiva Cumbaru (*Dipteryx alata* Vogel) em Poconé, Mato Grosso. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 34, n.1, p. 37-58, jan/abr. 2014.
- MENDES, Deroní de Fátima Leite. **O fim do uso comum da terra e suas implicações na identidade territorial de comunidades tradicionais: O caso do Taquaral e Nossa Senhora da Guia-Cáceres-MT**, UNEMAT, Cáceres, 2005. (monografia)
- MENDES, M. A. **História e geografia de Mato Grosso**. 4. Ed. Cuiabá: Cafarnaum, 2012. 354 p.
- MIRANDA, L., e AMORIM, L. **Mato Grosso: atlas geográfico**. – Cuiabá: Entrelinhas, 2000. 40 p.
- MORRISON, Toni. **A origem dos outros: Seis ensaios sobre racismo e literatura**. 1ªEd. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Morroquianos celebram conquista de barracão para armazenamento de Cumbaru**. MIDIAJUR, 07 jan. 2025. Disponível em: [\[Morroquianos celebram](#)

- [conquista de barracão para armazenamento de Cumbaru | Midia Jur](#)]. Acesso em: 30 ago. 2025.
- MOURA, Maria. **Formação da FASE em Mato Grosso incentiva troca de saberes e sementes**. FASE, 05 de nov. 2021. Disponível em: [[Formação da FASE em Mato Grosso incentiva troca de saberes e sementes - FASE](#)]. Acesso em: 10 ago. 2025.
- NEVES, R. J. Modelagem e Implementação de Atlas Geográficos Municipais – **Estudo de Caso do Município de Cáceres-MT**. 2008. 184 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- NOGUEIRA, Mônica; FLEISCHER, Soraya. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 1, 2005, p. 125-157.
- OLIVEIRA, E. & SANTOS, R.S.S. **Poética da Natureza, inspirações curriculares**. Coleção Estética da Libertação Africano-Brasileira Ensaios de Filosofia Africana. Salvador, Segundo Selo, 2023.
- OSORIO, P. S. **Os Festivais de Cururu e Siriri: mudanças de cenários e contextos na cultura popular**. UFMT. Anuário Antropológico, Brasília, UnB, v. 37, n. 1: 237-260. 2012
- PACHECO, W.L. **Povos e comunidades tradicionais nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade: oportunidades para negócios sustentáveis na região Centro-Sul de Rondônia**. Porto Velho. Ed. Ecam, 2016.
- PAES-DE-SOUZA, M.; SILVA, T. N. da; PEDROZO, E. A.; SOUZA FILHO, T. A. de. O produto florestal não madeirável (PFNM) Amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica de cadeia e rede para potencializar a exploração local. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 3, n. 2, p. 44-57, maio/ago. 2011.
- [PEREZ-CRUZ, Consuelo A.](#) y [VILLARROEL, Daniel](#). **Modelo de distribución espacial de la almendra chiquitana (*Dipteryx alata* Vogel, Fabaceae) en Bolivia**. *Ecología en Bolivia* [online]. 2020, vol.55, n.3, pp.160-172. ISSN 1605-2528.
- PINHEIRO, G. S., **O gesto, o corpo e a voz: rituais congadeiros no Reinado do Rosário de Jatobá**. Resenha, 2021. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafró/resenhas/ensaio/1636-leda-maria-martins-afrografias-da-memoria>.
- PINTO, P. M. B. **Titulação dos assentamentos rurais: o que está em jogo quando a mercantilização da terra é priorizada em detrimento da reforma agrária?** Rio de Janeiro : FASE, 2023.
- PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história diferente**. Projeto História, São Paulo, n. 14, fev. 1997b. p. 25-39.

- PRESSBURGER, Miguel. **Terras Devolutas: O que fazer com elas?** Rio de Janeiro: AJUP/FASE, (Coleção: Socializando Conhecimentos, nº 7). 1990.
- PROGRAMA REM MT. **Promovendo a equidade: participação das mulheres nas cadeias de valor apoiadas pelo programa REM MT.** Disponível em: *MULHERES-NA-CADEIA-DE-VALOR.pdf (acessado em agosto 2025).
- PROGRAMA REM MT. **Sociobiodiversidade: conheça as cadeias de valor do Babaçu, Castanha do Brasil, Cumbaru e Pequi.** Disponível em: [*Cartilha 5REM.indd](http://*Cartilha5REM.indd) (acessado em agosto 2025).
- Rosana Torrinha Silva de Farias et Daguinete Maria Chaves Brito, **O açai no contexto do território e da territorialidade ribeirinha na Amazônia brasileira**, *Confins* [En ligne], 54 | 2022, mis en ligne le 18 mars 2022, consulté le 25 juillet 2025. URL : <http://journals.openedition.org/confins/44303> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.44303>
- ROSS, J. L.S. **O contexto geotectônico e a morfogênese da Província Serrana de Mato Grosso.** Rev. IG, São Paulo, 12 (1/2), 21-37, jan./dez./1991
- SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer.** Ubu Editora/PISEAGRAMA, 112 pp. 2023.
- SANTOS, Antonio Bispo. **Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal.** Organização Anderson Tibeiro Oliva et al., 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades)
- SANTOS, Milton. **Território e dinheiro.** In: TERRITÓRIO territórios. Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia/UFF; AGB, 2002. p. 9-15.
- SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. História, memória e identidade. In: OLIVEIRA FILHO, João Batista et al. (org.). **Memórias de gerações.** Brasília: Fundo Nacional de Cultura/MinC, 2013. p. 61-75.
- SILVA, C. F. M. **Nossa Senhora do Livramento: Santuário do Pantanal Mato-grossense.** Cuiabá-MT: Carlini & Caniato Editorial, 2016.
- SILVA, Jose Du Carmo da. **Povos da Morraria e seus Costumes: Língua, memória e cultura.** Documentário. Edital Cultura Cáceres Aldir Blank 2022. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YKQXceQBAk>. Acesso em: 22 fev. 2024.
- SILVA, R e SATO, M. **Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil.** Ambiente e Sociedade. Campinas. ed. 13. p.261-281, dez. 2010
- Silva, R. e M. Sato. **Mapa Social: mapeando os grupos sociais do estado de Mato Grosso - Brasil.** Cuiabá, MT: UFMT. 2012.
- SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas.** Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018
- SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis, afeto, mídia e política.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

- TEIXEIRA, A.; WERLE, H. J. S.; SILVA, M. A. da. **Unidades do relevo de Mato Grosso: uma proposta de classificação.** Sociedade & Natureza, [S. l.], v. 8, n. 15, 2021. DOI: 10.14393/SN-v8-1996-61935. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/61935> . Acesso em: 22 feb. 2024.
- TOLEDO, V. M. e BASSOLS N. B. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais.** Editora Expressão Popular. 1º ed. 272 p. São Paulo. 2015.
- VERDEJO, Miguel E. **Diagnóstico rural participativo: um guia prático.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2010.
- VIEIRA, S. N., et al., **A “chacra” e a diversidade vegetal na Morraria em Mato Grosso.** INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v.17, n.3, p. 398-409, jul./set. 2016

Apêndices

Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Informado

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “**Cumbaru no modo de vida e território morroquiano, uma narrativa a partir da memória**”, de minha responsabilidade, **Joanna Fernanda Ramos**, estudante de *mestrado* do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais - MESPT da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Mônica Nogueira. O objetivo geral desta pesquisa é compreender como o Cumbaru (*Dipteryx alata Vog*) se relaciona com a identidade e a territorialidade das comunidades Morroquianas da Morraria, em Mato Grosso. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todas as informações necessárias antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, se você assim preferir, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiabertas com perguntas-chave que serão gravadas e transcritas, registros fotográficos dos locais e pessoas, diário de campo, observação direta, e caminhadas na região. É para estes procedimentos que você está sendo convidado/a a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa contribuir com o conhecimento sobre as narrativas das comunidades morroquianas relativas ao Cumbaru para subsidiar o desenvolvimento de ações de fortalecimento da comunidade e do aproveitamento que faz desse fruto nativo.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 99857-0596 ou pelo e-mail joannafernanda100@msn.com. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Eu e a minha orientadora garantimos que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de rodas de conversa na comunidade. Os

registros fotográficos também serão entregues em formato impresso aos participantes, podendo ainda serem publicados, posteriormente, em veículos de comunicação científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura da pesquisadora

Nossa Senhora do Livramento, ____ de _____ de _____

Apêndice 2 – Autorização de uso de imagem e som

Eu, _____, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a no projeto de pesquisa intitulado “*Cumbaru no modo de vida e território morroquiano, uma narrativa a partir da memória*”, sob responsabilidade de Joanna Fernanda Ramos vinculado/a ao/à Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais - MESPT da Universidade de Brasília.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para análise por parte da equipe da pesquisa, apresentações em conferências profissionais e/ou acadêmicas, atividades educacionais relacionadas a temática e outros.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e som de voz são de responsabilidade do/da pesquisador/a responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com o participante.

Assinatura do participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Nossa Senhora do Livramento, ___ de _____ de _____

Apêndice 3 – Termo de Aceite

O/A Sr./Sra. _____, _____ da Comunidade _____, está de acordo com a realização da pesquisa “Cumbaru no modo de vida e território morroquiano, uma narrativa a partir da memória”, de responsabilidade do/da pesquisador/a Joanna Fernanda Ramos, estudante do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) do Programa de Pós Graduação Interunidades, vinculados á Faculdade UnB Planaltina (FUP), ao Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) e á Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília, realizada sob orientação da professora Mônica Celeida Rabelo Nogueira, após revisão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília.

O estudo envolve a realização de fotografias e entrevistas semiestruturadas/abertas *que serão gravadas e depoíst transcritas* com pessoas mais velhas e ou que moram a mais tempo nas comunidades. A pesquisa terá a duração de um mês, com previsão de início e término no mês de julho/2025.

Eu, _____, _____ da Comunidade _____, declaro conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Nossa Senhora do Livramento, de _____ de 20 _____.

Nome do/da responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do/da responsável pela instituição